



Revista Brasileira de  
**História**  
**Militar**



Ano XVI - Nº 35

Abril 2024

## EXPEDIENTE

A Revista Brasileira de História Militar (RBHM) é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, com o objetivo de divulgar artigos de história militar, geopolítica e metodologia da pesquisa nas áreas de interesse, produzidos por acadêmicos e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros.

Os ensaios publicados estão dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. A RBHM destinase também a divulgar eventos acadêmicos de história militar e geopolítica, a publicação de anais relacionados à assuntos militares.

ISSN 21766452

FUNDADOR

César Machado Domingues

EDITOR-CHEFE

Ricardo Cabral

EDITOR ASSOCIADO

César Machado Domingues

CONSELHO CONSULTIVO

Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Luiz Carlos Carneiro de Paula (IGHMB)

Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN)

César Campiani Maximiano (USP)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ECEME)

CONSELHO EDITORIAL

Alair Figueiredo (UERJ)

Bruno Melo de Oliveira (UNIFA)

Carlos Roberto Carvalho Daróz (Universo)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)

Manuel Rolph Cabeceiras (UFF)

Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Sandro Teixeira Moita (ECEME)

Wellington Amorim (Escola Naval)



**Imagem da capa: “Das Gefecht bei Bau am 9. April 1848. (A Batalha de Bau - ou de Bov em dinamarques, como é mais conhecida.)”.**

Pintura de Georg Bleitreu de 1852. Acervo do Museumsverband Schleswig-Holstein und Hamburg , em Rendsburg – Alemanha.

A Batalha de Bov (alemão: Bau) foi o confronto entre as tropas da Dinamarca e os ‘freikorps’ de Schleswig-Holstein, apoiados por unidades prussianas e voluntários da Confederação Alemã ocorrida em de abril de 1848 na área de Flensburg, então parte do Reino da Dinamarca.

No início de 1848, após a morte do Rei Frederico VII provocar questões dinásticas na região, os alemães étnicos de Schleswig-Holstein rebelaram-se contra a Dinamarca e buscando se associar à Confederação Germânica, apoiados por tropas do Reino da Prússia e voluntários, deram início a Primeira Guerra de Schleswig-Holstein.

A guerra, que durou de 1848 a 1851 e terminou quando - sob pressão internacional - os prussianos retiraram suas forças resultando em uma vitória dinamarquesa sobre os rebeldes locais.

Um segundo conflito eclodiu em 1864: a Segunda Guerra de Schleswig-Holstein, como parte do processo de unificação da Alemanha, concluído ao fim da Guerra Franco-Prussiana em 1871.

Um fato interessante é que logo após serem derrotados pelos dinamarqueses, muitos dos combatentes alemães de Schleswig-Holstein vieram para o Brasil lutar como Mercenários em troca de terras ou de pagamento, ficando conhecidos como Brummers, que em alemão significa “resmungões”. A destacada participação deles na Batalha de Monte Caseros é tratada nesta edição.

## EDITORIAL

Nesta primeira edição de 2024, transitamos por diversos cortes temporais e espaciais, começando com o artigo do Dr. Cláudio Umpierre Carlan, professor no Programa de pós graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas, tratando de representações e estratégias de legitimação do Poder, no Império Romano. Ainda sobre o Poder avançamos no tempo com o Prof. Ibiraci de Alencar Chagas abordando as concepções “clauswitzianas” dos conceitos de Estado e de Nação.

Em seguida, o pesquisador da Universidade Federal de Pelotas Rudolph Schubert explora a destacada participação de mercenários alemães no Exército Brasileiro durante a Guerra do Prata contra Oribe e Rosas (1851 – 1852) e, já no Século XX, contamos com a participação de Gerson de Jesus Monteiro Jr. - do Centro Universitário Favoni - escrevendo sobre o contexto histórico que levou à Revolta do Forte de Copacabana e ao movimento tenentista no Brasil.

Fechando o rol de trabalhos, trazemos o Dr. Alexandre Luiz Alves da Silva - da Escola de Guerra Naval - buscando identificar os elementos integrantes da Cultura Estratégica do Brasil e também o Dr. Fabrício Àvila, pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia – ISAPE, analisando a Proliferação Nuclear Horizontal em guerras irregulares complexas.

Complementando este número da revista, a seção Livro em Destaque, apresenta a obra: “Forjando a Espada” de Benjamin M. Jensen, enquanto a seção: Filme em destaque, comenta a Minissérie “Masters of the Air”;

A todos que colaboram para manter viva a Revista Brasileira de História Militar nosso muito obrigado.

**Cesar Machado Domingues**  
*Editor Associado*

# SUMÁRIO

<b>Defesa e Invasões: Representações e Estratégias no Império Romano</b> .....	<b>6</b>
Cláudio Umpierre Carlan	
<b>Notas sobre Política, Estado e Nação em Carl von Clausewitz</b> .....	<b>16</b>
Ibiraci de Alencar Chagas	
<b>Quando Fuzis Calaram Canhões Uma Análise da Ação da Infantaria Brummer na Batalha de Monte Caseros</b> .....	<b>33</b>
Rudolph Schubert	
<b>A Revolta do Forte de Copacabana: Uma análise do contexto histórico do Movimento Tenentista</b> .....	<b>46</b>
Gerson de Jesus Monteiro Junior	
<b>Elementos da Cultura Estratégica no Brasil</b> .....	<b>58</b>
Alexandre Luiz Alves da Silva	
<b>Proliferação Nuclear Horizontal em Guerras Irregulares Complexas</b> .....	<b>77</b>
Fabrício Àvila	
<b>Livro em Destaque</b> .....	<b>84</b>
<i>Forjando a Espada</i>	
<b>Filme em Destaque</b> .....	<b>86</b>
<i>Masters of the Air</i>	

# Defesa e Invasões: Representações e Estratégias no Império Romano

Cláudio Umpierre Carlan<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo começa com uma apresentação da numismática como um documento alternativo, analisando as questões políticas relativas ao mundo romano durante os séculos IV e V. Enfatiza-se nessa discussão, a importância do uso de uma variedade de fontes: textuais, iconográficas e arqueológicas. Usando como fonte iconográfica a coleção numismática do acervo do Museu Histórico Nacional / RJ, analisamos a imagem como uma fonte de propaganda, legitimando o poder imperial.

**Palavras-Chaves:** Exército, Moedas, Estado, Iconografia.

**Abstract:** The paper begins by discussing political issues relating to the Roman world in the 3<sup>rd</sup> c. AD and in the beginning of the 4<sup>th</sup> c. The paper emphasizes the importance of using a variety of historical sources, such as iconographic, archaeological, and art historical. Using iconographic sources to study a numismatic collection at the National Historical Museum, at Rio de Janeiro, Brazil, the paper aims at studying images as a source for propaganda aiming at justifying imperial rule.

**Key-word:** Arms, Coins, State, Iconography.

## INTRODUÇÃO

As fronteiras romanas sempre foram um motivo de real preocupação. Durante o período republicano (509 – 27 a.C.), Roma sofreu uma série de ameaças, sendo a mais famosa imposta por Breno, chefe gaulês da costa adriática da Itália, que em 387 a.C., invadiu e saqueou a cidade. No Principado, Augusto (63 a.C. – 14 d.C.) manteve um interesse particular pela conquista da Germânia (atual Alemanha). Porém, a expansão é finalizada quando Armínio (16 ou 17 a.C. – 21 d.C.), germano de nascimento, porém cidadão romano e treinado na arte da guerra pelos mesmos, aniquilou o exército comandado pelo cônsul Públio Varo (46 a.C. – 9 d.C.), na Batalha da Floresta de Teutoburg.

No segundo século da Era Cristã, o imperador Adriano (76 – 138), mandou erguer na Bretanha, a Muralha de Adriano, com a intenção de deter os constantes invasores pictos (originários da Escócia).

Entre os anos de 235 e 268, o Império Romano viveu um conturbado período de guerras civis conhecido como Anarquia Militar. De uma maneira geral, os imperadores eram nomeados por seus

---

<sup>1</sup> Professor Associado IV de História Antiga do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas; membro da AVCFN (Associação de Veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais).

soldados, sendo assassinados logo depois. Alguns chegaram a governar poucos dias. As legiões escolhiam seus generais como governantes, na esperança de receber uma recompensa. Quando o comandante não fazia o prometido era morto pelos seus legionários. Segundo relatos da época, alguns imperadores eram nomeados pela manhã e assassinados à noite.

Esses comandantes, permitiram o ingresso dos povos germanos, vulgarmente chamado de *bárbaros*, nas fronteiras imperiais. Porém, tinham que cultivar a terra, servir no exército romano (liderados pelos seus chefes) e vigiar as fronteiras. Mesmo assim, Aureliano, preocupado com quantidade de povos que entravam no império, mandou construir uma rede de fortificações, que servirá de modelo para os povos vindouros. Como podemos analisar na representação a seguir:



**Foto:** Cláudio Umpierre Carlan, agosto de 2007. Portão São Paulo, Muralha de Aureliano, Roma, Itália. Muralha construída pelo Imperador Aureliano (214 ou 215 – 275), para impedir as invasões dos povos bárbaros. Dos 19 km originais, ainda existem aproximadamente 12 km. As paredes eram de 3,5 m de espessura, por 8 m de altura. Durante o governo do Imperador Honório (384 – 423), foram construídas as torres circulares (característica da Antiguidade Tardia) e ampliada à altura dos muros para 16 m. Inicialmente o portão recebeu o nome de Ostiense, porque era caminho do comércio para porto de Óstia (ânforas de vinho e azeite), via rio Tibre. Mais tarde, foi rebatizado de São Paulo. À frente do portão está voltado para Basílica de São Paulo, na mesma avenida. Hoje, está localizada próxima a Estação Ostiense, no bairro de Testaccio, construído por Mussolini para abrigar a classe operária. O Monte Testaccio, localizado no mesmo bairro, é o local de escavações da Escola Espanhola de Roma.

## FORTIFICAÇÕES

O homem, durante a sua passagem pelo planeta, desenvolveu diversas formas simbólicas, tanto artísticas quanto linguísticas, expressas pela sua consciência.

A moeda, como documento, pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade. Tanto político e estatal, como jurídico, religioso, mitológico, estético.

A impressão iconográfica das moedas, deixando-se de lado as inscrições, revela figuras diversas: animais, vegetais, brasões, objetos, edifícios e emblemas mais ou menos estilizados. Geralmente, essas figuras referem-se ao local de cunhagem e à respectiva autoridade, designada de um modo claro para os seus contemporâneos por uma figura, uma atitude, ou atributos cujos significados hoje muitas vezes nos escapam.

Apesar de não haver criações notáveis no período sobre as representações numismáticas, devemos citar que muitos reversos exibem o tema das portas de cidades, uma maneira dos imperadores demonstrarem seu interesse em manter a segurança da população. As duas únicas exceções, de acordo com Gomes Marques, são as portas de Trêves, em um sólido de Constantino; e um medalhão que representa os portões de Londres, de Constâncio II (MARQUES: 1982,133).

Existe uma controvérsia quanto a esta afirmação de Gomes Marques. Sears concorda com ele, identificando o anverso como os portões de Londres. Cohen afirma ser um campo militar ou praça forte. Dezesesseis das dezoito peças do acervo do Museu Histórico Nacional (MHN) possuem essa representação, apresentam uma estrela que, segundo RIC (Roman Imperial Coinage) e o próprio Cohen (COHEN: 1892, 437), identifica as moedas cunhadas no Oriente. Ao analisarmos os respectivos exergos, achando ARLQ (Arles), RΩQ (Roma), SAMNTH (Antioquia), SMHA (Heracléia), SMNE (Nicomédia), SMKT (Sisico) entre outras, concordamos com os autores acima citados.

A partir do século III começa a haver uma variação das amoedações que trazem edifícios ou construções militares como tema. Neste caso devemos destacar uma certa originalidade da cunhagem, pois não foram encontradas outras representações iguais nas coleções referentes ao século IV, tanto no MHN como nos catálogos mais antigos por nós pesquisados.



**Foto:** Cláudio Umpierre Carlan, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1998. Moeda do Imperador Constâncio II, filho e herdeiro político de Constantino I, o grande. Peça de bronze, denominada AE3, cunhada entre os anos de 324 e 337, em Nicomédia (exergo ou linha de terra SMNE, segunda casa monetária da Nicomédia). Excelente visualização tanto do anverso quanto do reverso. No anverso, a legenda FL IVL CONSTANCIVS NOB C (Flávio Júlio Constâncio Nobilíssimo Cêsar, o título nobilíssimo era destinado aos membros da família imperial). Os detalhes do cabelo, manto e diadema estão bem representados. No reverso, aparece uma representação de construção, fortaleza ou catedral, com duas torres circulares e uma estrela logo acima. Segundo Cohen seria parte de um campo militar aberto. Gomes Marques acrescenta que, tanto as peças de Constâncio II como a de seu pai, Constantino, são as que melhor representam os temas que envolvem as construções.

Estado de conservação bem conservada (BC), de diâmetro de 1.01mm, peso de 2.17g, alto reverso 11 horas.

De acordo com o *Dicionário de Semiótica*, o significado do termo “construção”, aparece como um sinônimo de “artificial” opondo-se a “natural”, uma referência à ação do homem que transforma a natureza (GREIMAS e COURTÉS: 1979, 80). Em uma política imperial onde a moeda tem um grande poder de circulação, os habitantes do vasto Império Romano tomariam conhecimento da obra realizada pelo seu governante. Além disso, ainda há o significado da segurança representada pela própria fortificação.

Como podemos notar na muralhas de Barcelona, recinto amuralhado, conservado hoje, com alguns caracteres medievais e reconstruções posteriores, foi adicionado entre os anos de 270 e 310, pelo magistrado *Coelius*, provavelmente sobre os restos de uma muralha anterior, para fortificar o assentamento urbano da então colônia romana. Converteu *Barcino*, atual Barcelona, em um dos mais impressionantes recintos fortificados do ocidente romano. A pequena cidade havia se transformado

em uma autêntica fortaleza. Usurpadores como Máximo (final do século IV), e reis visigodos como Atila (372? – 415), transformaram a cidade em sua capital. Esse recinto defendeu o local durante mais de 600 anos e, segundo as tradições catalãs, na capital da Catalunha.

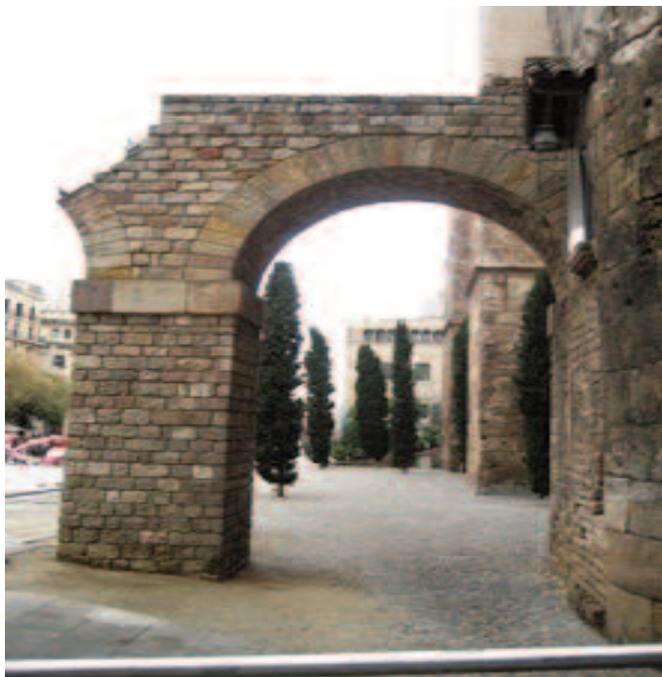


**Foto:** Cláudio Umpierre Carlan, maio de 2007. Portão principal da muralha romana de Barcelona (porta praetoria). As torres circulares, comum no século IV e um arco do antigo aqueduto, hoje destruído. Entre as torres, notamos a via principal, a *decumanus maximus*.

O acesso a cidade era feito por uma via central, *decumanus maximus*, de 825 metros, que atravessava o local desde a porta *praetoria* (hoje portal do bispo), até a porta *decumana*. Também havia outra via, perpendicular a anterior, *cardo máximo*, de 550 metros, que unia a porta *principalis sinistra* e a porta *principalis dextra*. As vias secundárias, *decumani minores*, paralelas a *decumanus maximus* e *cardines minores*, repetindo o esquema, paralelas ao *cardo máximo*.

Nos espaços delimitados por essas ruas estavam construídas os *domus* (casas), os edifícios públicos *termae*, banhos, e outros, como o fórum, o templo, o mercado, o senado municipal, contemplavam a cidade.

A água fornecida para *Barcino*, se realizava por meio de aquedutos, que a transportavam dos rios Besos e Collserola. Dentro da torre que defendia o lado noroeste da porta, se conserva a última arcada dos aquedutos da cidade, construído no primeiro século cristão. Conforme ilustração abaixo:



**Foto:** Cláudio Umpierre Carlan, maio de 2007.

Fora da cidade, se localizavam as tumbas e os mausoléus, como a necrópolis cristã que se conserva até hoje, na praça Vila de Espanha.



Fotos: Cláudio Umpierre Carlan, julho de 2007. Antiga necrópolis cristã de Barcelona, hoje localizada no bairro Gótico, próxima as Ramblas e Centro Histórico.

## LITERATURA, ESTRATÉGIA E AS CIDADES NO SÉCULO IV

Poucos sabemos sobre a literatura nas cidades romanas do século IV. A maioria dos autores, estão preocupados com as invasões germânicas, conhecidas como bárbaras, ou a questão religiosa. A obra de Vegécio, por exemplo, *Da Arte Militar*, tenta impor um padrão estratégico utilizado durante o período do Principado (séculos I e II), porém, pouco viável para século IV, quando as legiões já contavam com soldados “bárbaros” em suas formações.

Públio Flávio Vegécio Renato (? – 450 ?), historiador militar romano, escreveu sua obra em homenagem ao imperador, sem citá-lo. Acredita-se tratar de Teodódio I, o grande. Ele mesmo se auto identificava como *Homem Ilustre*, ou seja, próximo ao governante. Pouco sabemos sobre sua vida.

Outros que retratam esse período são Lactâncio e Eusébio de Cesareia. Ambos cristãos, Lactâncio professor de retórica e preceptor do filho mais velho de Constantino I, o grande, Crispo; Eusébio, bispo de Cesareia, biógrafo oficial e amigo pessoal de Constantino, provavelmente o grande responsável pela suposta cristianização do Imperador, até hoje muito discutida.

Lactâncio narra a última grande perseguição aos cristãos, realizada por ordem de Diocleciano (301), seguindo as intrigas do seu genro, também imperador Galério. Do ponto de vista histórico, Lactâncio faz uma descrição da cidade de Nicomédia, transformada em capital da parte Oriental do Império por Diocleciano. Toda a reforma na região, para poder receber a corte imperial. Destaca a posição estratégica, prevendo uma séria de invasões, tanto germânicas, quanto persas sassânidas. Os cristãos, foram acusados por Galério, de hasterem fogo no palácio imperial de Nicomédia, dando início a perseguição.

Eusébio escreveu a primeira história da Igreja Cristã e sobre a vida de Constantino. Preocupou-se mais deixar claro para os leitores, a força divina do Deus Cristão, do que os problemas encontrados nos *limes* do império. Porém, sua obra é fundamental para os pesquisadores do início do século IV. Cita o papel das reformas constantinianas para reorganizar o império, a rivalidade do Senado com Imperador e o estabelecimento de um novo eixo político com a transferência da corte para Constantinopla.

Nesse período destacamos a obra de Santo Agostinho, bispo de Hipona (atual Annaba, na Argélia). Em seus relatos, Agostinho analisa a importância política e econômica das cidades por ele visitadas. Sobre Mallorca, por exemplo, ele descreve toda a importância econômica da região, como ponto de reabastecimento do trigo vindo do norte da África, sua posição estratégica para os romanos (que demoram dois anos para conquistar a ilha), a conquista, em 425, pelos vândalos de Podgorico Walka (alto programado rei de Mallorca), que manteve uma forte presença militar, tentando controlar a população romana do local (SANTO AGOSTINHO: 2006, 382).

## O EXÉRCITO E A DEFESA DO IMPÉRIO

O século IV, período conhecido com Antiguidade Tardia ou Baixo Império, sempre foi, erroneamente, associado a uma época de crises e decadência no Mundo Romano. Ao contrário do que pensavam, durante a Tetrarquia, coube a Diocleciano e seus colegas (Maximiano, Galério e Constâncio Cloro), reorganizarem o Império, tanto administrativamente, quanto militar e socialmente. A energia desses governantes livrou Roma da invasão e da revolução anárquica. O mais dotado para a administração, Diocleciano, estendeu e retomou essas medidas durante 20 anos, antes de sistematizar uma obra que foi, ainda, completada por Constantino.

Na tentativa de restaurar as fronteiras, Diocleciano cria 12 dioceses, dirigida por um vigário, ligadas politicamente a quatro prefeitos pretorianos, encarregados da parte militar; e quatro governantes, responsáveis pela administração. Assim o imperador consegue facilitar o sistema de defesa, reduzindo a gravidade da “guerra em duas frentes”. O efetivo do exército aumenta de 450 para 500 mil soldados e as legiões são compostas por 5 mil legionários (FERRIL, 1989: 36). Ocorre uma variação tática: são incorporados lanceiros de cavalaria, *lanciarri*; companheiros, comitês; infantes, *ioviani e herculiani* (RODRIGUEZ GONZALEZ: 2005, 101).

Constantino retira essas forças fronteiriças, ampliando o exército móvel para 10 mil elementos (ZOSIME: 1971, 112). A estimativa é de 110 a 120 mil homens, sem incluir a África, estavam prontos para o combate. Boa parte dessas tropas era composta por povos germânicos, chefiados pelos comandantes provinciais, os *duces*, subordinados ao general tarimbeiro, comes. Ironicamente em inglês um Duque, *dux* no singular, supera a hierarquia de um conde, *comes*.

Constantino também reduz o número das legiões para mil legionários, dissolve os pretorianos, mantém a logística Diocleciana de taxaço em espécie. São criados os guardas imperiais especiais, *scholae palatinae*.

Com a evolução da situação política, fica praticamente impossível para o exército romano manter a ofensiva. Para isso, os imperadores tratam de fortificar as cidades aumentando o número de soldados

e reserva de defesa. Mercenários de origem germana, são incorporados ao exército romano, aumentando o efetivo (DEPEYROT, 1987: 44).

As tropas romanas atravessaram o Reno e o Danúbio, ao longo de cujos cursos se reconstruía uma sólida defesa. A Mesopotâmia é reconquistada e o Império Sassânida é obrigado a ceder territórios além-Tigre. No Oriente, Roma nunca avançara tão longe. Como exemplo, podemos citar os combates travados entre Constâncio II, filho e herdeiro político de Constantino I, o grande, e o rei persa Sapor II, nos quais o Imperador Romano obteve os mais variados resultados. Esses combates estão representados nas moedas existentes nos lotes de números 26 e 27 do Museu Histórico Nacional, no qual aparece a figura de Constâncio, à esquerda de quem observa, de armadura, a cavalo, derrotando um inimigo persa, de joelhos, com os braços levantados, como se estivesse suplicando misericórdia. Como podemos observar nessa cunhagem do Imperador Constâncio II:



**Foto:** Claudio Umpierre Carlan, acervo do Museu Histórico Nacional, agosto de 1998.

**Anverso:** DN CONSTANTIVS PF AVG - **Reverso:** FEL TEMP REPARATIO / SMTS

No anverso aparece o busto de Constâncio, face voltada à direita do observador, com o diadema de duas pontas, o manto imperial preso aos ombros. No reverso, a imagem representa um soldado ou legionário romano (ou o próprio imperador) derrotando um inimigo germânico. Este pedindo misericórdia. Em outros exemplares notamos tratar-se de uma representação de um inimigo persa, pois o uniforme estava mais destacado. A riqueza dos detalhes, como escudo, a lança, a espada do vencido caindo ao solo, o escudo sendo pisoteado pelo vencedor demonstra a importância em destacar tal fato. Na legenda FEL TEMP (REPA) RATIO, retorno aos tempos felizes ou bons tempos, e o exergo ou linha de terra, segunda casa monetária de Tessalônica. Peça de bronze, estado de conservação bem conservada (BC), de diâmetro de 1,3 mm, peso de 2.77g, alto reverso 10 horas. Existem 68 variantes desta peça na coleção, dos mais variados centros monetários.

Mas não podemos esquecer que a função do exército, mais do que se defender de ataques externos ao Império consistia em reprimir a dissidência interna, pois era sua presença que garantia o poder romano no interior das fronteiras do Império (FUNARI: 2002, 93).

A experiência vinha provando quão insuficiente era o antigo exército, bem como sua inadaptação às novas condições da guerra agora impostas pelos adversários. Do mesmo modo, mantêm-se e aperfeiçoam-se as muralhas urbanas: perante os invasores, dotados de rudimentares técnicas bélicas de assédio, as cidades constituem redutos quase inexpugnáveis. O próprio equipamento individual começa a sofrer mudanças que, segundo Peter Brown, desde o final do século III, já mostram indícios dos aparatos dos futuros cavaleiros medievais (Brown: 1972, 98).

Outra questão importante é a incorporação de não-romanos nas fileiras do império. Os numerosos cativos e grupos étnicos que pedem asilo são instalados em território romano, a fim de repovoar e recultivar regiões em que a mão de obra é rara. Trata-se dos chamados letos ou gentios,

que a administração deve manter sob vigilância, e cujos filhos são agora obrigados, como filhos de soldados, a entrar no exército. Os efetivos da cavalaria aumentam muito, porque a mobilidade torna-se a principal estratégia militar

Os imperadores continuam sendo aclamados pelas tropas e, no século IV, se não levam seus deveres militares a sério, seu poder é efêmero. Muitas vezes, como nos casos de Juliano (331/332 – 363) e Valentiniano I (321 – 375), devem a proclamação às provas previamente dadas de seu valor militar e não se afastam do exército, participam das expedições e arriscam a vida, no caso de Juliano contra os persas, perdendo-a.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o século IV, as tropas romanas atravessaram o Reno e o Danúbio, ao longo de cujos cursos se reconstruía uma sólida defesa.

A Mesopotâmia é reconquistada e o Império Persa-Sassânida é obrigado a ceder territórios além-Tigre. No Oriente, Roma nunca avançara tão longe. Como exemplo, podemos citar os combates travados entre Constâncio II e Sapor II, nos quais o Imperador Romano obteve os mais variados resultados. Tais combates estão representados nas moedas existentes nos lotes de números 26 e 27 do Museu Histórico Nacional. Aparece a figura de Constâncio, à esquerda de quem observa, de armadura, cavalo, derrotando um inimigo que, de joelhos, com os braços levantados, como se estivesse suplicando misericórdia. Apesar de a moeda estar um pouco deteriorada pelo tempo, nota-se, que a imagem central do imperador romano — que é o centro do poder — sempre aparece maior que a do persa. Através da análise desse pequeno objeto de bronze, cujo diâmetro é de 2,5mm, e o peso, de pouco mais de 4 gramas, podemos destacar também a crescente importância da cavalaria, representada aqui pela personificação de Constâncio.

A cunhagem monetária associada ao retrato e à propaganda configurava dois aspectos intimamente ligados em Roma. As moedas, por sua vez, associavam-se a um e a outro, também em forma muito íntima. Elas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm.

Nesse caso, a numismática conserva um fragmento da história do homem e, segundo Frère: "

...se coloca hoje como uma disciplina científica através da qual podem ser estudados muitos aspectos de uma determinada sociedade...É uma ciência que tira da aridez do seu estudo grandes subsídios históricos" (FRÈRE: , 11).

## AGRADECIMENTOS:

Aos colegas da Revista Brasileira de História Militar, em especial a professor Alair Figueiredo Duarte pela oportunidade de trocarmos ideias, a Pedro Paulo Funari, André Leonardo Chevitarese, Ciro Flamarion Cardoso (In Memoriam), a Associação de Veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais. Ao apoio institucional da CAPES, FAPEMIG e Universidade federal de Alfenas.

A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

## Fontes Numismáticas

Moedas do Imperador Constâncio II. Cunhada entre os anos de 330 e 351. Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Medalheiro de número 8, lote número 33, lâminas 345.

## Referências

AGOSTINHO de Hipona. *A Cidade de Deus. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira*. 3ª ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

BASTIEN, Pierre. HUVELIN, Hélène. *Trouvaille de Folles de la Période Constantienne (307-317)*. Belgique: Éditions Cultura Wetteren, 1969.

BROWN, P. *O Fim do Mundo Clássico. De Marco Aurélio a Maomé*. Tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

BRUUN, Patrick. *Studies in Constantinian Numismatics*. Papers from 1954 to 1988. Acta Instituti Romani Finlandiae. V. 12. Rome: Illus, 1991.

CHARTIE, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CARLAN, Claudio Umpierre. *Moedas, propaganda e poder. As moedas do Imperador Constâncio II (317-361) e o acervo do Museu Histórico Nacional*. São Paulo: Fonte Editorial, 2023.

COHEN, Hernry. *Description Historique des Monnaies. Frappés Sous L'Empire Romain. Communément Appelées Médailles Impériales*. Deuxième Edition. Tome Septième e Huitième. Paris: Rollim e Feuardent, Éditeurs, 1880-1892.

DEPEYROT, G. *Economie et Numismatique (284-491)*. Paris: Errance, 1987.

EUSEBIUS PAMPHILI, Bispo de Cesaréa. *Historia Eclesiástica*. Tradução Luis M. de Cadiz. Buenos Aires: Editora Nova, 1950.

- FERRIL, Ather. *A Queda do Império Romano. A explicação militar*. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- FRÈRE, Hubert. *Numismática. Uma Introdução aos Métodos e a Classificação*. Tradução e Adaptação: Alain Costilhes e Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. CARLAN, Claudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. N. 62. Campinas: UNICAMP /IFCH, 2007.
- LACTÂNCIO. *De Mortibus Persecutorum*. Paris: Ed. J. Moreau, 1954.
- MARQUES, Mario Gomes. *Introdução à Numismática*. 1a. ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1982.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de Historiografía Antigua y Moderna*. México: FCE, 1993.
- RODRIGUEZ GONZALEZ, J. *Diccionario de las batallas de la Historia Romana (733 a. C. – 476 d.C.)*. Madrid: Signifer libros, 2005.
- THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VIII. London : Spink and Sons Ltda, 1983.
- VEGÉCIO. *A Arte Militar*. Introdução de Paulo Matos Peixoto. Tradução brasileira de Gilson César Cardoso de Souza. 1ª ed. São Paulo: Editora PAUMAPE S.A., 1995.
- ZÓSIMO. *Histoire Nouvelle*. III. 18. éd. Paris: F. Paschoud, 1979.

# Notas sobre Política, Estado e Nação em Carl von Clausewitz

Ibiraci de Alencar Chagas<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo se dedica a identificar elementos fundamentais das concepções políticas sustentadas pelo general prussiano Carl von Clausewitz acerca dos conceitos de Estado e de Nação – entendida essa última a partir de noções mais básicas, como sociedade e cidadania. As ideias de Clausewitz são analisadas contra o plano de fundo de uma concepção política realista e pragmática de grande relevância ao longo do século XIX e XX, formulada pelo político alemão August Ludwig von *Rochau* e intitulada de *Realpolitik*. A discussão é vinculada ao contexto histórico europeu do início do século XIX, fortemente influenciado pela Revolução Francesa de 1789 e pelas Guerras Napoleônicas, bem como pelas expectativas e dilemas envolvendo a unificação política dos estados germânicos – questão que, para os analistas políticos europeus, encontrava-se na ordem do dia à época.

**Palavras-Chave:** Clausewitz; Política; Estado; Nação.

**ABSTRACT:** This article is dedicated to identifying fundamental elements of the political conceptions upheld by the Prussian general Carl von Clausewitz regarding the concepts of State and Nation – the latter understood through more basic notions such as society and citizenship. Clausewitz's ideas are analyzed against the backdrop of a realistic and pragmatic political conception of great relevance throughout the 19th and 20th centuries, formulated by the German politician August Ludwig von Rochau and titled *Realpolitik*. The discussion is linked to the European historical context of the early 19th century, heavily influenced by the French Revolution of 1789 and the Napoleonic Wars, as well as the expectations and dilemmas involving the political unification of the German states – a matter that, for European political analysts, was at the forefront at that time.

**Keywords:** Clausewitz; politics; State; Nation.

O pensador alemão Carl von Clausewitz, largamente reconhecido como o autor da obra mais relevante, no Ocidente, sobre a teoria bélica, *Da guerra (Vom Kriege)*, condensa, numa célebre frase aforismática – que nomeia o tópico de número 24, do capítulo primeiro dessa mesma obra, o qual trata da natureza essencial da guerra –, a relação íntima e necessária entre a política e a guerra: “a guerra é uma mera continuação da política por outros meios” (no original: “Der Krieg ist eine bloÙe Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln”). Clausewitz salienta a conexão intrínseca entre a política e a guerra ao afirmar que “a guerra não é apenas um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma execução das mesmas por outros meios.”

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestre em Literatura e Diversidade Cultural e graduado em Licenciatura em História pela mesma instituição. É integrante do Grupo de Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso (ELAD/CNPq). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1378803767681315> E-mail: [ibiraci.chagas@nova.educacao.ba.gov.br](mailto:ibiraci.chagas@nova.educacao.ba.gov.br).

(CLAUSEWITZ, 2003 [1832-1837], p. 27), ou, ainda, “o conceito de que a guerra é apenas uma parte das relações políticas e, assim, de forma alguma autônoma.” (CLAUSEWITZ, 2003 [1832-1837], p. 511). Diante dessas afirmações, faz-se claramente necessária, de modo imperioso, uma análise mais cuidadosa da concepção geral acerca da política no pensamento de Clausewitz, com vistas a proporcionar uma compreensão mais segura do próprio conceito de guerra que o filósofo concebia.

A princípio, deve-se observar que Clausewitz nunca desenvolveu os seus pontos de vista políticos numa teoria sistemática, comparável ao que fizera acerca da guerra no *Vom Kriege*. De fato, ele somente os expressou em ensaios, memorandos oficiais e não oficiais, cartas em resposta a eventos específicos e como parte de seus estudos históricos. Deve-se, porém, fazer notar que tais pontos de vista foram obtidos a partir de um cruzamento de fontes de informação ricas e diversificadas: seus estudos historiográficos, suas análises dos conflitos políticos e militares de seu tempo e suas experiências pessoais enquanto militar da ativa. Como um homem do seu tempo, todavia, o pensamento político de Clausewitz gira em torno de um conjunto de conceitos típicos da mentalidade europeia do início do século XIX. O primeiro desses, é a noção de *Estado*. Como observa Hugh Smith (2004, p. 199), “para Clausewitz, muito simplesmente, o Estado é aquilo em torno de que a guerra e a política giram.” Numa carta datada de 9 de setembro de 1824, e endereçada ao general prussiano August Wilhelm Anton Neidhardt von Gneisenau, Clausewitz afirma: “a principal concepção subjacente ao Estado é a defesa contra o inimigo externo.” (apud SMITH, 2004, p. 199). É interessante observar o quanto, nesse ponto em particular, o pensador alemão se distancia da concepção hobbesiana contratualista. Thomas Hobbes – conforme se encontra no capítulo décimo terceiro do seu *Leviatã*, intitulado “Da Condição Natural da Humanidade relativamente à sua Felicidade e Miséria – defende a existência de um estado natural originário de disputas contínuas, no qual os indivíduos combatiam uns aos outros com o objetivo de extrair vantagens pessoais:

e, portanto, se dois homens desejam a mesma coisa, da qual, não obstante, ambos não podem desfrutar, tornam-se inimigos; e no caminho para o seu fim (que é principalmente a sua própria conservação, e às vezes apenas o seu deleite), esforçam-se por destruir ou subjugar uns aos outros. (HOBBS, 1996 [1651], p. 83).

O próprio Hobbes (1996 [1651], p. 86) se refere a esse estado de coisas como sendo “uma condição de guerra de todos contra todos”. Com vistas a por termo a essa situação caótica, cada indivíduo abre mão do direito de gerenciar a sua própria existência, transferindo-o ao Estado:

na introdução dessa restrição a si mesmos (na qual os vemos viver em comunidades), está a previsão de sua própria preservação e de uma vida mais satisfatória por meio disso; ou seja, livrar-se daquela condição miserável de guerra, que é consequência necessária (...) das paixões naturais dos homens, quando não há poder visível para mantê-los sob controle e obrigá-los, pelo temor de punição, ao cumprimento de seus acordos e à observância das leis. (HOBBS, 1996 [1651], p. 111).

Com efeito, muito embora sendo ambos adeptos de uma tradição de pensamento que ficou conhecida, mais recentemente, como *Realismo político*, Clausewitz, ao contrário de Hobbes, enfatiza a existência de vínculos psicológicos e históricos entre os indivíduos que constituem uma Nação. Em verdade, o filósofo prussiano

considerava como dado uma divisão natural da humanidade em nações culturais, cada uma com qualidades e características únicas. (...) Seu ponto-chave era que cada nação é uma comunidade genuína ligada por laços psicológicos e históricos. Não se trata de alguma entidade mística, transcendente (...) mas de um grupo humano real desfrutando de um grau de unidade, um senso comum de propósito e o direito de se desenvolver e se defender. (CLAUSEWITZ, 1992, p. 200).

Assim, a concepção hobbesiana generalista de uma *guerra de todos contra todos* não se mostra condizente com a perspectiva sustentada por Clausewitz no âmbito da existência dos indivíduos. O ponto fundamental aqui é a relevância dada, por parte do general prussiano, ao conceito de Nação. Em seu pensamento, a formação do Estado não obedece, apenas, a um motivo de ordem prática, de um simples acordo racional vantajoso entre indivíduos geograficamente aproximados, em um determinado contexto territorial. As vicissitudes e peculiaridades históricas de uma dada comunidade humana promovem, de modo espontâneo, a elaboração de vínculos culturais, os quais se manifestam sob a forma de liames psicológicos específicos a cada povo. Dá-se, pois, uma interconexão intrínseca entre unidade política e identidade cultural. Em seu artigo *Os alemães e os franceses (Die Deutschen und die Franzosen)*, de 1807, escrito logo após o seu retorno da França, o general prussiano indica esse ponto de vista ao questionar:

por outro lado, se os franceses agora dominam a Europa, se subjugaram a Alemanha, que os manteve afastados por séculos, e alcançaram supremacia moral nos campos de batalha em todos os lugares nos últimos anos, então é igualmente natural perguntar: estará a causa na *essência daquela nação*, no ímpeto que receberam da Revolução, ou em circunstâncias mais acidentais, como por exemplo o talento do seu líder atual? (...) Não é irrelevante questionar se os *caracteres nacionais* contribuíram significativamente para isso; ao contrário, a resposta é essencial. Pois o *caráter de uma nação*, mesmo na medida em que sua natureza original e frágil pode ser afetada por costumes mutáveis, não é tão facilmente remodelado como parecem pensar os filósofos e moralistas. (grifos nossos) (CLAUSEWITZ, 1992, p. 252).

Para Clausewitz, a Nação é uma entidade que sempre precede o Estado. Para ele, “o ‘princípio vital’ de uma nação é se tornar um Estado” (SMITH, 2004, p. 200), muito embora nem todas as nações consigam alcançar tal finalidade. Como observa Hugh Smith (2004, p. 200), de acordo com o general prussiano, “para a Nação, o Estado é a única forma de expressar plenamente a sua identidade natural e realizar as suas aspirações políticas e morais. Por sua vez, o Estado obtém vitalidade e energia da Nação.” Com efeito, a sua percepção do assunto se baseia, pois, numa noção “do Estado como uma individualidade histórica, um organismo que, para sobreviver e prosperar, deve acima de tudo reunir e manter o poder.” (PARET, 1992, p. 171). Daí o seu apoio à unificação política do povo alemão, ao qual, não obstante, faltava, ainda, a existência de uma legítima consciência nacional, muito embora compartilhasse, indiscutivelmente, um caráter nacional distinto. A esse respeito, refletindo sobre a condição do povo alemão, Clausewitz (1992, p. 258) faz notar que

a consciência nacional é algo completamente diferente do caráter nacional e da nacionalidade, e é um grande erro, por mais antigo e difundido que seja, supor que não

possuímos os dois últimos porque nos falta o primeiro. A própria tendência intelectual que temos descrito, que destrói a nossa consciência nacional e nos torna cosmopolitas, é na verdade parte da nossa nacionalidade. Temos poucos preconceitos saudáveis; o puro espírito de crítica que habita em nós encontra sempre o bem lado a lado com o mal. Portanto, damos às outras nações o que lhes é devido, ao mesmo tempo que insistimos nas nossas próprias falhas – o que destrói a consciência nacional, cuja maior força reside nos preconceitos.

Em sua época, portanto, o general prussiano notava uma dupla tendência a afetar o povo alemão, impedindo-o de alcançar essa consciência nacional coletiva, a qual deveria funcionar como fundamento para a real manifestação da Nação – a partir da qual, por sua vez, recordemo-nos, o Estado se desenvolveria. A primeira dessas, era aquilo que se poderia denominar de *provincialismo profundamente enraizado*, representado pela atuação regional dos governos locais (os príncipes), das guildas comerciais e da Igreja – todos esses se opondo ao estabelecimento efetivo de uma autoridade centralizada. A segunda tendência era a existência de um cosmopolitismo inspirado pela filosofia e pela cultura francesa ao nível da mentalidade dos alemães. É justamente em relação a essa tendência cosmopolita que Clausewitz se refere aos *preconceitos saudáveis*, o que viria a desenvolver uma identidade nacional própria, contrapondo-a às diferenças prévias atribuídas a um outro povo. Em paralelo, o estímulo ao adequado interesse da população pelos assuntos públicos – em detrimento de preocupações estritamente individuais –, ao lado da abolição de privilégios classistas injustificáveis e da criação de efetivas instituições políticas nacionais seriam as medidas que viriam a complementar o processo efetivo de estabelecimento de um Estado realmente firmado na nacionalidade do país.

Não se deve confundir, contudo, o ponto de vista clausewitziano com aquele defendido pelos revolucionários norte-americanos e franceses. Com efeito, a mera vontade do povo, em si mesma, não se constitui na real origem de qualquer princípio de soberania ou de um verdadeiro poder político: conceber a política como uma prática que tem a sua origem nas demandas coletivas e que as deve tomar como finalidade última de seu exercício, pareceria, ao filósofo prussiano, uma generalização infundada e uma insólita e injustificável abstração. Abordagens doutrinárias e ideológicas que buscassem justificar demandas políticas puramente a partir de tais princípios, não passavam, de maneira geral, de pretensões vazias, insustentáveis. A esse respeito, Clausewitz sustentava que, apenas em contextos muito específicos, uma “ideologia poderia ser poderosa por si só, de modo que princípios abstratos de liberdade e justiça, vigorosamente promovidos por pessoas instruídas, constituíssem automaticamente uma força independente para a mudança.” (MORAN, 1989, p. 189). Um exemplo de tal contexto seria a França às vésperas da Revolução, dadas as incontornáveis tensões estabelecidas entre a burguesia e a nobreza. Muito pelo contrário, o general prussiano “acreditava que as ideias políticas adquiriam importância e legitimidade em virtude da sua congruência com as condições materiais e sociais existentes.” (MORAN, 1989, p. 190). Para Daniel Moran (1989, p. 191), de acordo com o pensamento de Clausewitz, a “ideologia era, finalmente, um instrumento, não um fenômeno independente, mas um meio cuja eficácia dependia da sua conformidade com as forças que a impulsionavam e com os fins aos quais era aplicada.”

Na perspectiva do general prussiano, o arranjo político mais desejável subjacente à sua concepção de Estado seria “um rei forte e empreendedor, apoiado por um gabinete de conselheiros e

ministros.” (SMITH, 2004, p. 205), ou, nas palavras de Peter Paret (1985, p. 304), “um executivo autônomo composto pela coroa e pela alta burocracia.” Não que Clausewitz defendesse, simplesmente, um modelo político autocrático; porém, antes, algo mais próximo de uma monarquia hereditária, que desfrutasse de uma autoridade natural e longamente estabelecida e que tivesse obtido o necessário êxito em promover os genuínos interesses da Nação ao longo de sua história. Em seu artigo *Agitação*, escrito em algum momento no início da década de 1820, esse ponto de vista é desenvolvido:

se existe um conselho de homens experientes e um ministério unificado, eles constituem um corpo que nunca morre ou sofre qualquer mudança drástica, de modo que certos princípios podem ser estabelecidos e preservados através dele. Como tal órgão existe sob a autoridade do príncipe, nunca poderá ser um obstáculo ao seu poder e independência, e apenas fará o bem, fortalecendo o governante fraco e abrindo os olhos dos míopes. (CLAUSEWITZ, 1992, p. 352).

Diante dessa perspectiva, inclusive, a existência de uma carta constitucional não teria sentido algum. Nesse mesmo artigo, Clausewitz busca desconstruir aquilo que, em seu tempo, era ventilado como sendo as duas principais justificativas para a existência de constituições nos Estados modernos: a administração interna e, sobretudo, a política exterior. Acerca da política interna, ainda em se tratando do âmbito constitucional, Clausewitz (1992, p. 355) trata alguns dos seus princípios fundamentais, a exemplo de direitos e deveres legais, como abstrações *desencarnadas*. A ação parlamentar, sobre a qual se fundamentam os regimes constitucionais, “pode reforçar a política de um governo, mas também pode prejudicá-la, e um é tão provável quanto o outro.” (CLAUSEWITZ, 1992, p. 351) Não se constitui, portanto, em si mesma, forçosamente, de acordo com o general prussiano, em um elemento virtuoso e benéfico:

ele não via razão para que a difusão do governo representativo, mesmo quando derivado de uma apreciação realista e desinteressada das condições sociais, contribuísse para a paz. Pelo contrário, na sua maneira de pensar, as paixões políticas do povo francês só ganharam consequências reais depois da reforma constitucional as ter atrelado às ambições perenes do Estado francês – que por sua vez obteve uma energia sem precedentes de um movimento que inicialmente tinha parecido empenhado em sua destruição. (MORAN, 1989, p. 194-195).

Particularmente se referindo à Alemanha – inserida numa realidade geopolítica específica, muito diferente daquilo que se verificava em países como Estados Unidos, Inglaterra ou Holanda –, Clausewitz (1992, p. 352) afirma que ela “só pode sobreviver aos perigos que enfrenta através do sigilo, da resolução e da destreza diplomática, e esses não são os atributos naturais dos órgãos parlamentares.” Em verdade, “se alguma instituição pode contribuir para a sabedoria, firmeza e consistência da política externa de um Estado, é, na nossa opinião, um ministério e um conselho de Estado.” (CLAUSEWITZ, 1992, p. 352). A função de tais instituições seria sempre, lembremo-nos, deliberativa, consultiva e executiva, nunca decisória em si mesma. Os partidários da existência de uma Assembleia Nacional “não se concentram no cerne da questão, mas na superfície. Eles não estavam preocupados com as ações e políticas reais dos governos, mas com os belos discursos dos

parlamentos.” (CLAUSEWITZ, 1992, p. 352). Uma vida pública que envolvesse a participação ativa e direta de toda a sociedade nos assuntos e decisões de Estado merece, da parte do general prussiano, apenas, a qualificação de turbulenta:

como se essa vontade febril de administrar tudo não fosse na verdade uma espécie de doença; como se, mesmo quando essa participação ativa é garantida, ela não chegasse finalmente a algumas almas inquietas na capital e nos centros comerciais, com a massa de pessoas permanecendo como espectadores nas ruas. Mas as massas também serão despertadas, é claro, e as suas paixões oscilarão de um lado para o outro; porém, esse ir e vir é precisamente o problema. (CLAUSEWITZ, 1992, p. 352).

Dessa forma, para Clausewitz, as justificativas para a participação da coletividade dos indivíduos, diretamente, no funcionamento e na elaboração de resoluções por parte do próprio Estado, somente possibilitaria que as paixões individuais alcançassem a esfera pública de funcionamento das instituições estatais, exercendo uma ação deletéria sobre essas. Tal perturbação inviabilizaria, de todo, por parte dessas instituições, o cumprimento satisfatório de suas funções políticas e administrativas. O general prussiano propõe que, ao contrário, para que o indivíduo esteja

devidamente vinculado ao Estado, ele deve compreender os principais interesses desse último. Esses devem ser grandes e permanentes, e o apoio do cidadão a essa direção permanente deve constituir a sua participação. O governo deve ser tão organizado que mereça a sua confiança. Essa confiança não precisa ser cega ou absoluta. Ele pode avaliar as ações do governo e seu coração pode lhes dar maior ou menor aprovação. Nesse julgamento e com maior ou menor aprovação por parte do indivíduo, o governo poderá reconhecer as estrelas que o guiam e lhe permitem viajar com mais facilidade e rapidez. (CLAUSEWITZ, 1992, p. 353).

O conceito de existência *pública*, ou seja, a participação de cada indivíduo na dinâmica mais ampla de funcionamento do conjunto de instituições que compõem o Estado, conforme proposto por Clausewitz, exclui a ingerência direta do homem comum em tal funcionamento: a política é assunto restrito apenas a profissionais devidamente capacitados para tanto. Essa perspectiva elitista e meritocrática posiciona, de forma restritiva, a intervenção na esfera estatal ao alcance daqueles que compreendem a razão de ser do Estado e o caminho que lhe cumpre percorrer para realizar seus objetivos fundamentais. Em verdade, “ele acreditava em uma elite de educação e realização. Mas todos os indivíduos capazes mereciam acesso a essa elite, por razões de pura justiça, e porque isso contribuiria para uma sociedade mais saudável e, assim, aumentaria o poder do Estado.” (PARET, 1992, p. 172). Ao homem comum, menos contemplado com talentos dessa envergadura pela natureza, todavia, também compete uma forma de participação nos assuntos públicos. Com efeito,

esse tipo de vida pública está de acordo com a condução ordenada dos assuntos privados, que certamente devem ocupar a maior parte, se não a mais nobre, das energias do cidadão. Também nesse aspecto, o cidadão faz parte do Estado. A honestidade, diligência, ordem, energia e esforço com que ele cuida de seus próprios assuntos contribuem significativamente para isso. (CLAUSEWITZ, 1992, p. 353).

Trata-se, portanto, de um tipo de participação *indireta* na coisa pública. Ao se dedicar aos seus assuntos pessoais e profissionais com correção e honestidade, o indivíduo comum proporciona ao Estado, de maneira indireta, a sua parcela de auxílio para o bom funcionamento das instituições que gerem a sociedade. Como observa Peter Paret (1985, p. xiv), Clausewitz “acreditava que a Prússia seria mais forte política e militarmente se os seus súditos passivos se transformassem em cidadãos ativos.” Na verdade, trata-se, nitidamente, de um círculo virtuoso, uma vez que

a força da monarquia aumentaria se os seus súditos pudessem identificar mais estreitamente os seus interesses com os do governo. Ao racionalizar e humanizar as suas instituições, ao aprender a proteger e educar os seus cidadãos de forma mais equitativa e eficiente, o Estado cumpriria melhor a sua missão de tornar possível a vida civilizada, de justificar a si mesmo proporcionando espaço para o desenvolvimento pleno e harmonioso do indivíduo, e de responder ao desejo de autopreservação e crescimento inato em todo organismo político. (PARET, 1985, p. 7).

Eis uma caracterização extremamente lúcida – conquanto nitidamente idealizada – do próprio princípio do Estado-nação, em sua essência. Todavia, estivessem as instituições do Estado, diretamente, ao alcance da ingerência do indivíduo comum, defende o general prussiano, ele as macularia com a sua falta de entendimento, seu despreparo técnico e suas paixões intensas, oscilantes e transitórias. De fato, o general prussiano sempre fora um contumaz descrente das reais motivações e da confiabilidade das massas. Assim, a subversão dessa ordem política dualista e excludente – que divide a sociedade em aptos e inaptos para a gerência efetiva da coisa pública –, ocorreria como consequência, apenas, de ambição, vaidade e interesse próprio por parte daqueles que almejam a instauração de um regime parlamentar. Essa intromissão apenas poderia resultar, pensava ele, em perturbações que colocariam em cheque o adequado funcionamento do Estado. Em verdade, para Clausewitz,

objetivos políticos simplistas e a crença de que a agitação política poderia dar origem a novas instituições políticas eram uma fonte de problemas – não porque estivessem errados em si mesmos, mas porque eram fúteis e careciam de uma base sólida. Os sistemas políticos (...) devem refletir interesses genuínos na comunidade, e não doutrinas abstratas como a democracia ou a igualdade. (SMITH, 2004, p. 205).

Possivelmente, o exemplo mais emblemático dessa solução *clauswitziana* seria aquela dada para o problema da *Landwehr*. A *Landwehr* prussiana era a milícia de cidadãos, improvisada em 1813 e colocada em pé de igualdade com o exército de linha pela Lei de Defesa de 1814, tendo perdurado, em sua forma original, por apenas cinco anos. A sua subordinação ao exército regular, em 1819, tem sido geralmente vista como a vitória dos aristocratas sobre os burgueses e dos conservadores sobre os liberais. (SHOWALTER, 1971, p. 3). Não obstante a existência do fantasma revolucionário, que assombra a alma daqueles que julgam intimidante armar e organizar a população civil em milícias, Clausewitz (1992, p. 331) entende que

armar o povo – ou seja, adotar a instituição da *Landwehr* – eleva o potencial defensivo do Estado a um ponto que não pode ser igualado pelas forças regulares. Com o mesmo apoio financeiro e o mesmo sacrifício por parte da população, um exército permanente

nunca alcançará a força de combate global que é possibilitada pelo sistema *Landwehr*, quaisquer que sejam os detalhes da sua organização.

Seu maior argumento – muito condizente com a sua visão sempre prática das coisas – é simplesmente comparar 1806, e a ignominiosa catástrofe de Jena, com os valorosos sucessos de 1813, em Leipzig: “a *Landwehr* aumenta o perigo da revolução; desarmar a *Landwehr* aumenta o perigo de invasão e escravidão. Com base na evidência histórica, qual é o maior perigo?” (CLAUSEWITZ, 1992, p. 332). As considerações de Clausewitz responderão a essa pergunta, inequivocamente, com a última alternativa, uma vez que, para ele, “as exigências de segurança externa deveriam determinar os arranjos políticos internos.” (SMITH, 2004, p. 210). Ademais, esse receio em armar o povo, essa desconfiança nutrida acerca de sua própria população, por parte do governante, parece-lhe improcedente:

que o governo reúna à sua volta representantes do povo, escolhidos entre aqueles que partilham os verdadeiros interesses do governo e são conhecidos do povo. Que esse seja o principal apoio, amigo e aliado do governo (...). Com essa instituição, deixe o governo mobilizar as energias de um povo valente contra os seus inimigos e rivais externos; com essa instituição, deixe o governo acorrentar forças imprudentes caso elas se voltem contra a sua própria comunidade em frenesi e agitação. (CLAUSEWITZ, 1992, p. 333).

Claramente, o filósofo prussiano advoga uma solução possível para o dilema vivido à época pela Confederação Germânica e seus 38 Estados:

o seu sistema político autoritário e a sociedade estratificada precisavam mudar para alargar a base do governo. As forças sociais e políticas emergentes tinham de ser acomodadas sem pôr em risco a estabilidade. Os talentos de todos os cidadãos tinham que ser aproveitados sem abrir o caminho para a revolução. (SMITH, 2004, p. 203).

Eis, portanto, o complexo problema político associado ao desenvolvimento das forças produtivas na economia germânica e ao estabelecimento de novos agentes sociais associados ao capitalismo e que cobravam maior destaque social e mais explícita participação junto à esfera governamental. A falência do modelo estatal absolutista e os distúrbios atrelados ao episódio revolucionário francês – distúrbios esses que devem ter impressionado, de maneira muito profunda, a mente juvenil daquele cadete de 13 anos, enviado, junto aos exércitos germânicos, para dar combate às forças revolucionárias no ano de 1793 – sempre seriam um alerta acerca dos riscos de que esse dilema fosse ignorado ou que lhe fosse proposta uma solução inadequada. Nessa conjuntura, como observa Hugh Smith (2004, p. 203), três desafios se mostravam mais urgentes:

encorajar a população a ter o devido interesse e a desempenhar um papel ativo nos assuntos de Estado; reduzir ou eliminar os privilégios de classe e outras barreiras à eficiência e à utilização eficaz dos talentos dos cidadãos; e adaptar as instituições existentes, tanto políticas como militares.

É desnecessário fazer notar que o primeiro ponto era, justamente, aquele que mais inquietava o general prussiano. A partir do seu contato direto com a realidade da França revolucionária, Clausewitz

se torna “fascinado pela carga libertadora de energia que dela se desprende e que se transforma na eficiência e no poder político e militar da nação, especialmente nas mãos de Napoleão.” (RUSCONI, 1999, p. 10). Assim, como observa Peter Paret (1985, p. 304), “ele conclui que o propósito do governo é induzir energia e honestidade nos assuntos privados do cidadão, bem como a compreensão dos principais interesses do país.” Todavia – e nunca é demais que nos recordemos disso – Clausewitz estava muito longe de ser um liberal. Ele não advogava uma pura e simples eliminação plena de quaisquer privilégios sociais, porém, antes, “acreditava que alguma medida de privilégio era essencial para encorajar várias classes a apoiar o Estado.” (SMITH, 2004, p. 204). Nota-se, por conseguinte, que seu relativo conservadorismo político se modula por uma aguda percepção das exigências trazidas pelo momento histórico, colocado em perspectiva perante o objetivo maior de consolidação e desenvolvimento da pátria germânica. Também para ele, a unificação alemã haveria de ser uma realidade, muito embora sem prazo para que se materializasse. De qualquer forma, quando ocorresse, viria, somente, por intermédio da subjugação e da dominação: “a Alemanha só pode alcançar a unidade política de uma forma – através da espada, quando um Estado subjuga todos os outros.” (CLAUSEWITZ, 1992, p. 350). A propósito disso, em sua essência mesmo, “a guerra é um conflito entre grandes interesses, que se resolve com derramamento de sangue – só assim se difere de outros conflitos.” (CLAUSEWITZ, 1976 [1832-1837], p. 149). Dada a primazia dessa dinâmica conflitual, a guerra poderia ser comparada, “com mais precisão, ao comércio, que também é um conflito de interesses e de atividades humanas; e está ainda mais próximo da política, que por sua vez pode ser considerada como uma espécie de comércio em maior escala.” (CLAUSEWITZ, 1976 [1832-1837], p. 149). A partir dessa afirmação de Clausewitz, pode-se entender, sem maiores empecilhos, a função capital do Estado. Como faz notar Hugh Smith (2004, p. 208), para o filósofo prussiano, “a função do Estado é gerir o mercado político, desenvolvendo políticas que satisfaçam, tanto quanto possível, diversas preocupações, ao mesmo tempo em que protege os interesses da Nação.” Por esse motivo, o Estado deve estar posicionado numa condição absolutamente para além de quaisquer disputas no âmbito dos interesses particulares de indivíduos e grupos que integram a sociedade. Inclusive, para Clausewitz (1992, p. 345), foi justamente a incapacidade do Estado absolutista francês em apaziguar esse choque de interesses de grupos específicos que se revela um fator essencial na eclosão do movimento revolucionário:

a Revolução Francesa aconteceu por duas razões principais. A primeira é a relação tensa entre as classes, o grande favoritismo demonstrado pela nobreza, a grande dependência e, é preciso dizer, em parte a grande opressão dos camponeses. A segunda é a administração desorganizada, tendenciosa e esbanjadora.

Como observa Peter Paret (1989, p. vi), “ele começou a reconhecer que a estrutura corporativa de privilégios, obrigações e isenções de classe do país criava desigualdades que limitavam sua capacidade de resistir às forças liberadas pela Revolução Francesa.” Em verdade, tais privilégios “gradualmente envenenariam e fragmentariam a sociedade.” (PARET, 1992, p. 172). Muito pelo contrário,

Clausewitz acreditava que todos os cidadãos tinham os mesmos deveres para com o Estado, que todos deveriam ser iguais perante a lei e que todas as carreiras deveriam estar abertas ao talento. Embora aceitasse as diferenças sociais como inevitáveis e

apropriadas, a história dos últimos dois séculos lhe ensinara que todas as classes se aproximavam umas das outras. Lutar contra esse desenvolvimento se mostrava inútil. Era tarefa do governo e da sociedade orientá-lo para canais saudáveis, longe do conservadorismo rígido, por um lado, e, por outro, do radicalismo da Revolução Francesa no seu apogeu. (PARET, 1992, p. 173).

Eis, portanto, dois elementos fundamentais na concepção política clausewitziana acerca da adequada gestão do Estado sobre a sociedade: a promoção e a consolidação da unidade nacional, a partir de interesses condizentes com o corpo social entendido enquanto um todo, e a eficiência e racionalidade da ação do Estado. A tessitura e a ordenação interna da sociedade devem ser promovidas a todo custo, sob pena de abrir espaços para a anomia interna. A unidade fundamental do organismo estatal se afigura enquanto uma condição prévia e insubstituível de qualquer possibilidade de defesa e segurança da sociedade. Em verdade, a manutenção de sua ordem interna, assim como, particularmente, de sua proteção frente a ameaças exteriores, são as responsabilidades maiores de cada Estado, uma vez que são condição *sine qua non* para a sua própria existência. Para tanto, faz-se absolutamente necessária a existência de lideranças pragmáticas, capacitadas e judiciosas na condução dos negócios internos e externos: “a política e as políticas devem ser impulsionadas pelos interesses nacionais e não por sentimentos ou doutrinas como os direitos do homem, o constitucionalismo ou o cosmopolitismo que desviam a atenção dos objetivos de ordem e sobrevivência.” (SMITH, 2004, p. 209). Aos cidadãos, como vimos, compete receberem a devida educação quanto às suas obrigações para com o Estado. Trata-se de fazer uso não somente das energias latentes nas massas mas, também, de conquistar um consenso profundo acerca dos motivos para a ação do Estado que deve se traduzir num apoio incondicional. Gian Enrico Rusconi (1999, p. 367) assim sintetiza a perspectiva acerca do estatuto de que deveria desfrutar a população, na sociedade idealizada por Clausewitz:

o povo é constituído por súditos-cidadãos, libertos de uma condição de subordinação servil, trabalhadores, abertos à cultura e garantidos por um Estado de direito, mas não constituem uma comunidade de indivíduos politicamente emancipados. Clausewitz é favorável às reformas que transformam a Prússia num Estado moderno, eficiente e bem administrado, mas rejeita a ideia de soberania popular e de representação parlamentar geral (...): um Estado reformador, modernizador, liberal e capitalista do ponto de vista econômico, mas tradicionalista, conservador e não liberal do ponto de vista político.

O filósofo prussiano não concebia a possibilidade de uma diretriz política democrática, porém, ao contrário, firmava o seu pensamento numa tradição germânica, cujas raízes se encontravam em uma concepção estatal marcada por elementos absolutistas e paternalistas. Nada mais distante dessa concepção, pois, que a perspectiva liberal anglo-saxônica, de acordo com a qual competiria ao Estado existir para, meramente, atender às necessidades dos cidadãos. Para Clausewitz, a existência do Estado, em si mesma, deve preceder quaisquer interesses ou necessidades particulares. Ainda que leve, de forma consistente, tais interesses e necessidades em consideração, o Estado o faz, essencialmente, enquanto condição *sine qua non* para buscar unificá-los numa orientação geral e dominante e, dessa forma, assegurar e fortalecer a sua própria existência. Daí o enfoque clausewitziano nos processos e mecanismos do poder político, perante os interesses fundamentais do Estado.

Hugh Smith (2004, p. 207) sintetiza toda essa perspectiva, enfatizando, afinal, dois aspectos fundamentais do pensamento do general prussiano acerca da política: “a visão política de Clausewitz se baseava no respeito por interesses concretos e processos históricos profundamente enraizados.” Ou seja, a sua tese era a de uma absoluta “impossibilidade de interpretar o presente sem compreender o passado.” (PARET, 1985, p. 299). De fato, a crítica ácida feita pelo general prussiano acerca da intelectualidade germânica de sua época enfatiza, claramente, ambos os aspectos, ao se referir aos:

estudiosos, que na Alemanha se preocupam com alguns autores gregos e latinos, e têm as cabeças cheias de liberdades antigas e de constituições clássicas que não compreendem, e que não existem há dois ou três mil anos; os filósofos, que resolvem tudo de acordo com conceitos universais, cujas mentes são muito distintas para se preocuparem com as condições locais e a experiência histórica. (CLAUSEWITZ, 1992, p. 347).

Uma vez que o general prussiano atribui à política externa de um Estado o fundamento obrigatório para sua própria existência, cumpre fazer notar alguns dos seus elementos capitais. A segurança do Estado, perante a possibilidade de ameaças externas, pode ser medida a partir de dois elementos essenciais: o “primeiro, é o peso e esforço que um Estado exerce no sistema internacional. (...) O segundo elemento de segurança é a honra e a dignidade do Estado (credibilidade e prestígio em termos modernos).” (SMITH, 2004, p. 211). Na prática,

o objetivo da política é unificar e reconciliar todos os aspectos da administração interna, bem como dos valores espirituais e tudo o mais que o filósofo moral possa querer acrescentar. A política, é claro, não é nada em si; é simplesmente gestão de todos esses interesses contra outros Estados. (...) Só podemos tratar a política como representativa de todos os interesses da comunidade. (CLAUSEWITZ, 2010 [1832-1837], p. 606-607).

Note-se a ênfase com que Clausewitz se refere à totalidade de interesses de uma sociedade, que deve estar absolutamente representada na transparente gestão da coisa pública, muito embora como tais “arranjos específicos pelos quais as exigências do Estado e os justos interesses do indivíduo poderiam ser assegurados e reconciliados eram (...) de menor interesse para Clausewitz.” (PARET, 1985, p. 298). Para ele, a administração de assuntos concernentes à política externa é, simplesmente, importante demais para ser exercida, meramente, a partir das expectativas de um grupo ou categoria social específica. Para Walter Bryce Gallie (1978, p. 61), o conjunto das observações feitas por Clausewitz acerca da problemática política pode ser sintetizado numa única e brilhante percepção, a de

que o Estado é o representante, ou agente, dos interesses gerais de uma determinada comunidade, perante outros Estados. (...) falar do “Estado” per se é sempre enganoso: nenhum Estado seria um Estado se não existisse como um entre uma pluralidade de outros e (pelo menos potencialmente) Estados rivais.

Como observa Hugh Smith (2004, p. 212), essa percepção do filósofo prussiano assinala, claramente, “a transição da política dinástica para a política nacional, do Estado como posse do monarca para o Estado como instrumento de persecução dos interesses dos seus cidadãos.” Contudo, não se deve levar essa última afirmação de Smith como um fim em si mesma. É fora de discussão que, no pensamento de Clausewitz, o conjunto das políticas internas de um país existe,

substancialmente, a partir da finalidade última de possibilitar meios eficazes para o acréscimo de poder político e militar ao Estado nacional diante de seus pares, numa determinada conjuntura internacional. Por outro lado, como vimos, era demasiadamente nítida a sua compreensão de que se estava a estabelecer, em sua época, a substituição irreversível do modelo estatal absolutista por uma nova entidade política que passava a ser conhecida como *Estado-nação*. A conciliação dos múltiplos interesses internos particulares deve, portanto, preceder o estabelecimento e a determinação de um legítimo interesse nacional. Para tanto, se faz necessário o estabelecimento de um forte governo unificado e a aplicação sistemática de princípios indiscutivelmente racionais de gestão da coisa pública. Graças ao processo de unificação do Executivo, implementado pelo estabelecimento dos regimes absolutistas europeus, eis que aparece o “Estado como uma inteligência personificada agindo de acordo com regras simples e lógicas.” (CLAUSEWITZ, 1976 [1832-1837], p. 588).

Em paralelo, deve-se notar a ênfase que Clausewitz concede às tensões e rivalidades intrínsecas ao cenário das relações de política externa. Contudo, antes de se entender esse estado de coisas como algo potencialmente nefasto para o desenvolvimento das capacidades de cada país, deve-se notar que, muito de acordo com o pensamento predominante em seu tempo, Clausewitz defende que “somente através de uma política externa vigorosa e de uma preparação ativa para a guerra é que um Estado poderá superar o interesse próprio do indivíduo e pôr em movimento todas as energias adormecidas na sociedade.” (SMITH, 2004, p. 213). Essa condição se revela, praticamente, inevitável, uma vez que, como observa Azar Gat (1989, p. 242), em se tratando da realidade geopolítica daqueles tempos, “na arena internacional o Estado de direito não existe e o comportamento predominante é o de individualismo quase desenfreado.” A guerra é, dessa forma, inerente ao sistema global de países. Com efeito,

o Estado é o ator político mais importante e, por natureza, persegue os seus próprios interesses, os quais, periodicamente, entrarão em conflito com os de outros Estados. A guerra é, portanto, uma característica permanente e inevitável da política internacional, permanecendo uma possibilidade constante, tal como o combate é uma possibilidade constante na guerra. (SMITH, 2004, p. 223).

Assim, “julgar a guerra por padrões morais de medida, derivados da realidade intra-estatal das nações civilizadas, seria uma ilusão inútil e infundada e não pode ser harmonizada com a realidade.” (GAT, 1989, p. 242). A propósito disso, como avalia Clausewitz, a guerra não é apenas inevitável, mas, igualmente, salutar para o adequado desenvolvimento e fortalecimento das capacidades inatas de um povo: “a ideia de que a guerra também tinha um papel positivo a desempenhar no desenvolvimento da civilização, e que poderia até ter um papel essencial no fortalecimento do corpo social, também era característica do Movimento Alemão.” (GAT, 1989, p. 242-243). Eis as palavras do próprio Clausewitz (1976 [1832-1837], p. 192) a respeito desse ponto:

hoje, praticamente, nenhum outro meio além da guerra educará um povo nesse espírito de ousadia; e tem de ser uma guerra travada sob uma liderança audaz. Nada mais irá contrariar a suavidade e o desejo de facilidade que degradam as pessoas em tempos de prosperidade crescente e de aumento do comércio. Um povo e uma nação só podem

esperar uma posição forte no mundo se o carácter nacional e a familiaridade com a guerra se fortalecerem mutuamente através da interação contínua.

Em verdade, a ideia é gerar um círculo virtuoso, pois um governo centrado, consciente e perspicaz, procurará inculcar o espírito militar em sua população, ao passo que uma sociedade imbuída desse espírito tenderá a fortalecer a determinação dos seus líderes. Ambos, adequadamente modulados e sintonizados, corresponderiam a uma ação única realmente eficiente do país, no contexto da geopolítica internacional.

Como vimos, o pensamento político de Carl von Clausewitz assume um carácter ambíguo perante o contexto de sua época. Por um lado, o general prussiano se mostra partidário de ideias políticas conservadoras que buscam restringir a participação da população no âmbito político, apresentando-se enquanto hostil perante as características de um regime democrático e parlamentarista. Por outro, Clausewitz compreendia, a partir de uma ótica mais progressista e de forma muito lúcida e perspicaz, a robustez com que se estabelecia, então, uma inovadora diretriz política, a qual começou a se manifestar desde a segunda metade do século XVIII. Tal diretriz vinha a romper com os fundamentos do modelo estatal absolutista e patrimonialista, acatando uma visão de conjunto de sua população como a real origem do princípio de poder de um país e não a figura, em si mesma, de um monarca. Com efeito, isso se verifica, particularmente, a partir dos anos de 1770 (HERB; KAPLAN, 2008, p. xvii), marcados por eventos significativos como a Guerra de Independência dos Estados Unidos da América, e pela publicação de obras diretamente atreladas à concepção política do nacionalismo, como o opúsculo *Considérations sur le gouvernement de Pologne, et sur sa réformation projetée*, de Jean Jacques Rousseau, e o *Treatise on the Origin of Language*, de Johann Gottfried Herder, ambos do mesmo ano de 1772 e o *This Too a Philosophy of History for the Formation of Humanity*, de 1774.

Tal ambiguidade, todavia, não ocorre à toa, coadunando-se, à perfeição, com a perspectiva política que mais tarde será conhecida como *Realpolitik*. Essa concepção foi proposta pelo jornalista e político alemão – nascido na Baixa Saxônia – August Ludwig von Rochau, em sua obra *Princípios de Realpolitik (Grundsätze der Realpolitik)*, no original), de 1853, como uma forma de realismo político, e enfatiza a centralidade absoluta do poder estatal e a importância dos fatores e das circunstâncias práticas, concretas, em detrimento de princípios ideológicos ou de premissas éticas ou morais na tomada de decisões pelos agentes políticos. Nas palavras do próprio Rochau (1853, p. 1-2):

o estudo das forças que moldam, sustentam e transformam o Estado é o ponto de partida de todo o conhecimento político, cujo primeiro passo leva à conclusão: que a lei do poder exerce um domínio semelhante sobre a vida do Estado como a lei da gravidade sobre o mundo físico. A ciência política mais antiga compreendeu plenamente essa verdade, mas tirou dela uma conclusão falsa e perniciosa – o direito do mais forte. A era moderna corrigiu essa falácia imoral, mas ao romper com o alegado direito do mais forte, estava-se demasiado propenso a compreender mal o verdadeiro poder do mais forte e a necessidade da sua autoridade estatal. (...) A política prática tem a ver, principalmente, com o simples fato de que o poder é a única coisa que pode governar. Governar significa exercer o poder, e só quem tem poder pode exercê-lo. Essa ligação direta entre poder e governo constitui a verdade básica de toda a política e a chave de toda a história.

Para John Bew (2016, p. 17), “o conceito de *Realpolitik* foi uma tentativa de responder a um enigma político interno: como construir um Estado-nação estável e liberal num ambiente oscilante e em rápida mudança, sem recorrer a convulsões violentas ou a repressão.” O cenário a que Bew se refere é aquele característico da Alemanha, em meados do século XIX, no qual, elementos das formulações teóricas do iluminismo se deparavam com o acelerado processo de constituição dos Estados-nação e com uma dinâmica mais acentuada de acúmulo de poder militar e econômico – gerando a preponderância, no cenário internacional, das primeiras potências europeias da era industrial. É o mesmo autor que faz notar, ainda, as duas diretrizes essenciais que devem acompanhar a abordagem da *Realpolitik* na gestão da coisa pública em um tal contexto:

o primeiro ato do governo é identificar as forças sociais, econômicas e ideológicas em conflito, que lutam pela supremacia dentro do Estado. O segundo ato do governo seria tentar alcançar algum equilíbrio e harmonia entre essas forças, de modo que essas não comprometessem o desenvolvimento do Estado-nação. (BEW, 2016, p. 17).

Deve-se concluir, portanto, que, para a *Realpolitik*, a forma de governo mais eficaz é aquela que incorpora as forças sociais mais poderosas dentro do Estado, aproveitando as suas energias e capacidades e alcançando um firme equilíbrio entre elas. Como observa Karl Heinz Metz (1982, p. 272-273), a propósito do pensamento de Heinrich von Treitschke,

“sociedade” era apenas uma palavra para designar um grande número de grupos rivais; não poderia ser “defendida” contra o Estado. Pois só o Estado poderia fazer dessa massa de grupos uma unidade, criando assim a paz e a racionalidade social, porque só o Estado possuía um tipo de poder que não estava causalmente relacionado com o interesse de um grupo, surgido do propósito geral de manter a paz entre um grande número de grupos. (...) O medo de punição e o sentimento de lealdade à “causa comum”, tal como seria representada pelo Estado, foram os dois grandes fatores que fizeram do homem uma criatura social.

Quanto mais harmonioso for um Estado internamente, maior será a sua grandeza potencial. Essa fonte de poder é propiciada ao Estado, somente, pelo lúcido aproveitamento das potencialidades inerentes à sua população – estando essa em condição de convivência e atuação equilibradas. Do mesmo modo, é fundamental que o Estado seja capaz de criar sentimentos de solidariedade entre os seus cidadãos. Na falta disso, não será formada uma genuína comunidade moral, mas apenas uma tirania imposta pelo medo. Em verdade, o Estado somente poderá promover uma efetiva congregação moral entre o conjunto de seus cidadãos – bem como entre esse mesmo e o próprio Estado – quando combinasse as ações e as expectativas desses cidadãos com a sua própria razão de ser, ou seja, manter o país uno e estável e perseguir uma política externa vigorosa num mundo de inveja, ambições, conflitos e disputas.

Ademais, o contexto sócio-histórico a partir do qual o pensamento de Clausewitz se desenvolve guarda enormes similaridades com o contexto vivido por Rochau. Para ambos, tratava-se de pensar os temas essenciais da realidade política germânica – e, certamente, europeia como um todo – perante o cenário das revoluções que então afligiam o continente: Clausewitz e a Revolução Francesa; Rochau

e as Revoluções de 1848, também conhecidas como a *Primavera dos povos*. Além disso, ambos se deparavam com as urgências políticas acarretadas pela fragmentação estatal da Confederação Germânica e os dilemas e as possibilidades trazidas pelos desafios de uma ainda incerta unificação política. Ao mesmo tempo em que ambos os panoramas acenavam com os gigantescos potenciais latentes junto à ação das massas populacionais, também alertavam para todo o caos e destruição advindos de um movimento desordenado e acéfalo.

Contudo, é numa definição proposta por Henry Kissinger que essa concepção de *Realpolitik*, conforme divisada por Clausewitz, encontrará a sua ressonância mais perfeita. Com efeito, o diplomata norte-americano assim a define: “política externa baseada em avaliações de poder e interesse nacional.” (KISSINGER, 1994, p. 137). Muito embora concisa, a definição de Kissinger contempla a primazia da política exterior, estabelecida a partir de estimativas acerca das dinâmicas de distribuição de poder, num determinado cenário geopolítico, e dos interesses da entidade nacional, a partir dos quais a ação do Estado é posta em movimento.

Assim, defendemos, aqui, o ponto de vista de que a aparente ambiguidade sustentada pelo pensamento político de Carl von Clausewitz, no que concerne à relação entre o Estado e a Nação – e entre uma perspectiva progressista e uma outra conservadora – pode ser explicada a partir dos mesmos princípios de lógica política que, um pouco mais tarde, fundamentariam o desenvolvimento da *Realpolitik*. A necessidade imperiosa de estimular o acúmulo de poder por parte do Estado conduz, tanto o general prussiano, quanto o jornalista da Baixa Saxônia, a acatarem os princípios políticos em torno dos quais se processa a elaboração de um Estado-nação – organicamente acoplado à sociedade que ele organiza e gerencia – ao mesmo tempo em que rejeita os preceitos democráticos e parlamentares que disponibilizariam as instituições governamentais desse mesmo Estado-nação à participação popular direta e efetiva. Tanto para Clausewitz quanto para Rochau, o Estado é uma entidade absolutamente soberana: esperar que um aparato legal imponha limites ao Estado, cerceando-lhe a atuação, é um erro primário de compreensão. Para ambos, o poder obedece apenas a um poder outro que lhe seja superior. A partir dessa supremacia estatal, ambos os pensadores se posicionam equidistantes de duas orientações políticas opostas e que eram ventiladas, nessas primeiras décadas do século XIX: o princípio da soberania popular num extremo e, em outro, o princípio da soberania monárquica. O Estado se lhes apresentava enquanto uma realidade superior, tanto às demandas autocráticas por privilégios, impostas, à época, pelas casas monárquicas europeias, quanto aos anseios populares por dele se assenhorearem, com vistas a torná-lo reles instrumento para seus fins particulares.

## Referências

BEW, John. **Realpolitik: a history**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Historical and Political Writings**. Edited and translated by Peter Paret and Daniel Moran. Princeton: Princeton University Press, 1992.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. Edited and translated by Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1976 [1832-1837].

CLAUSEWITZ, Carl von. **Vom Kriege**. Dortmund: AREA, 2003 [1832-1837].

- GALLIE, Walter B. Clausewitz on the Nature of War. In: **Philosophers of peace and war: Kant, Clausewitz, Marx, Engels and Tolstoy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. Pp.: 37-65.
- GAT, Azar. **The Origins of Military Thought: from the Enlightenment to Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HERB, Guntram H., BADESCU, Gruia. Introduction. In: HERB, Guntram H., KAPLAN, David H. (eds.). **Nations and nationalism: a global historical overview**. Volume 1 (1770 to 1880). Sta. Barbara: ABC-CLIO, Inc., 2008. Pp.: xvii-xx.
- HERDER, Johann Gottfried von. This Too a Philosophy of History for the Formation of Humanity. In: HERDER, Johann Gottfried von. **Philosophical Writings**. Translated and edited by Michael N. Forster. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 [1774]. Pp.: 272-358.
- HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Edited with an introduction and notes by J. C. A. Gaskin. Oxford: Oxford University Press, 1996 [1651].
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.
- METZ, Karl H. The Politics of Conflict: Heinrich von Treitschke and the idea of “Realpolitik”. In: **History of Political Thought**, v. 3, n. 2, p. 269-284, 1982.
- MORAN, Daniel. **Clausewitz and the Revolution**. In: *Central European History*, v. 22, n. 2, p.183-199, junho de 1989.
- PARET, Peter. **Clausewitz and the State: the man, his theories, and his times**. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- PARET, Peter. **Understanding War: essays on Clausewitz and the history of military power**. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- ROCHAU, August Ludwig von. **Grundsätze der Realpolitik**, angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands. Stuttgart: Verlag von Karl Göpel, 1853.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Considérations sur le gouvernement de Pologne, et sur sa réformation projetée*. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Collection complète des oeuvres**. Vol. 1. Genève, 1780-1789 [1772]. Disponível em: <https://www.rousseauonline.ch/pdf/rousseauonline-0006.pdf>. Acessado em: 01 de janeiro de 2024.
- RUSCONI, Gian Enrico. **Clausewitz, il prussiano: la politica della guerra nell'equilibrio europeo**. Torino: Einaudi, 1999.
- SHOWALTER, Dennis E. The prussian Landwehr and its critics, 1813–1819. In: **Central European History**, v. 4, n. 1, p. 3-33, março de 1971.
- SMITH, Hugh. **On Clausewitz: a study of military and political ideas**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- TORTOLA, Pier Domenico. Realism and Neorealism. In: **THE ENCYCLOPEDIA of political science**. Washington: CQ Press, 2010. Pp.: 1428-1429.

Todas as traduções para o português são de responsabilidade do autor do artigo.

Lembremo-nos de que Clausewitz é homem do seu tempo e viveu, muito proximamente, todas as convulsões sociais e políticas que principiaram com a eclosão da Revolução Francesa. Os excessos cometidos pela Revolução, bem como as conturbações decorrentes das guerras napoleônicas, que se espalharam pelo continente europeu como pôr um rastilho de pólvora, certamente deixaram impressões muito profundas no espírito do jovem Clausewitz e respondem, ao menos parcialmente, por essa tendência conservadora em seu pensamento.

Onde se pode ler trechos tão ilustrativos como os que se seguem: “uma criança, ao abrir os olhos, deve ver a sua pátria, e até a morte deve vê-la apenas. Todo verdadeiro republicano sugou com o leite de sua mãe o amor à sua pátria: isto é, às leis e às liberdades. Esse amor constitui toda a sua existência; ele só vê a sua pátria, só vive para ela; assim que estiver sozinho, ele não terá valor; uma vez que ele não tem mais pátria, ele não existe mais; e se não está morto, está ainda pior.” (ROUSSEAU, 1780-1789 [1772], p. 436-437). Ou ainda: “a virtude dos seus cidadãos, o seu zelo patriótico, a forma particular que as instituições nacionais podem dar às suas almas, essa é a única muralha sempre pronta a defendê-la, e que nenhum exército poderia forçar. (...) São as instituições nacionais que formam o gênio, o caráter, os gostos e a moral de um povo, que o fazem ser ele próprio e não outro, que lhe inspiram um amor ardente à pátria baseado em hábitos impossíveis de desenraizar, que o fazem morrer de tédio entre outros povos, no meio das delícias de que é privado no seu país. (ROUSSEAU, 1780-1789 [1772], p. 427).

Onde se lê o aforisma: “em certo aspecto, cada perfeição humana é nacional.” (HERDER, 2002 [1774], p. 294).

Na visão extremamente lúcida e coerente de Pier Domenico Tortola, (2010, p. 1428), a perspectiva do realismo político pode ser caracterizada da seguinte maneira: “os realistas vêem o mundo como uma arena naturalmente conflituosa na qual estados racionais e egoístas competem pela persecução dos seus interesses mutuamente incompatíveis. O poder, especialmente na sua forma militar, é para os realistas o principal ingrediente da política internacional. Por um lado, cada Estado precisa de poder para promover os seus interesses e se proteger num ambiente anárquico e hostil – um ambiente em que a guerra é a regra e não a exceção. Por outro lado, o poder é a chave para a ordem e a cooperação internacionais: o primeiro só pode ser estruturado segundo as linhas de um equilíbrio de poder ou de um sistema hegemônico (ou uma mistura dos dois), enquanto o último se materializa por medo ou imposição em vez de confiança ou altruísmo.”

# Quando Fuzis Calaram Canhões

## Uma Análise da Ação da Infantaria Brummer na Batalha de Monte Caseros

Rudolph Schubert<sup>1</sup>

**RESUMO:** Em 1851 chegaram ao Brasil, vindos da Alemanha, os mercenários alemães que viriam a ser conhecidos por Brummers, para combater o regime do presidente argentino Juan Manuel de Rosas e seu títere Manuel Ceferino Oribe y Viana, que governava o Uruguai. Os então veteranos da Guerra do Schleswig-Holstein, que se arrastara de 1848 a 1851, culminando com a vitória dinamarquesa sobre os ducados germânicos, integraram a chamada Legião Alemã, composta por um batalhão de infantaria (15º Batalhão de Infantaria), quatro baterias de artilharia e duas companhias de pontoneiros. Não foi esta a primeira vez que o Estado Brasileiro se socorrera a mercenários estrangeiros para enfrentar inimigos externos – e nem seria a última – posto que mercenários alemães já haviam lutado nas Guerras Cisplatinas e ingleses já haviam integrado a Marinha de Guerra Imperial, bem como milhares de outras nacionalidades (mas, principalmente alemães) viriam a lutar no Paraguai. O presente artigo visa tratar da atuação da Infantaria Brummer na Batalha de Monte Caseros, na qual os prussianos, armados com os modernos fuzis Dreyse, que eram de recarga muito rápida para os padrões da época, fizeram frente à artilharia castelhana, abatendo os operadores das peças à grande distância e impedindo os canhões de atirar, o que poupou significativa quantidade de vidas brasileiras. Ademais, o trabalho contará, também, com uma breve explanação das causas que levaram o Brasil à guerra, a contratação dos mercenários germânicos e a sua trajetória no Brasil.

**Palavras-chave:** Guerra contra Rosas; Batalha de Monte Caseros; Brummers; Mercenários; Fuzil Dreyse

**ABSTRACT:** In 1851, German mercenaries, who would come to be known as Brummers, arrived in Brazil from Germany to combat the regime of Argentine President Juan Manuel de Rosas and his puppet Manuel Ceferino Oribe y Viana, who ruled Uruguay. The then veterans of the Schleswig-Holstein War, which dragged on from 1848 to 1851, culminating in the Danish victory over the German duchies, joined the so-called German Legion, composed of an infantry battalion (15th Infantry Battalion), four artillery batteries, and two pontoon companies. This was not the first time that the Brazilian State had resorted to foreign mercenaries to face external enemies - and it would not be the last - since German mercenaries had already fought in the Cisplatine Wars and Englishmen had already integrated the Imperial War Navy, as well as thousands of other nationalities (but mainly Germans) would come to fight in Paraguay. This article aims to address the performance of the Brummer Infantry in

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Acadêmico de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas; Membro do Grupo de Estudos de História Militar da Universidade Federal de Pelotas; Pesquisador do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

the Battle of Monte Caseros, in which the Prussians, armed with the modern Dreyse rifles, which were very fast to reload for the standards of the time, faced the Castilian artillery, shooting down the operators of the pieces at a great distance and preventing the cannons from firing, which saved a significant number of Brazilian lives. In addition, the work will also include a brief explanation of the causes that led Brazil to war, the hiring of German mercenaries, and their trajectory in Brazil.

**Keywords:** War against Rosas; Battle of Monte Caseros; Brummers; Mercenaries; Dreyse Needle Gun

A Batalha de Monte Caseros (também conhecida como Batalha da Quinta dos Santos Lugares), travada a 3 de fevereiro de 1852, foi a tomada da última fortaleza dominada pelas forças argentinas no contexto da Guerra Contra Rosas, as quais faziam frente às tropas da Aliança, chefiadas pelo General Justo José de Urquiza, Governador da Província de Entre-Rios, compostas por militares do Império Brasileiro e da República Oriental do Paraguai.<sup>2</sup> O presente artigo visa analisar a ação da infantaria prussiana a serviço do Brasil na referida batalha, compreender suas táticas, elencar seus armamentos e verificar a diferença que os mercenários fizeram em combate.

A Guerra Contra Rosas foi um conflito que envolveu o Brasil, a Argentina e o Uruguai entre 1851 e 1852. O objetivo principal do Brasil era garantir a independência do Uruguai, que estava ameaçado pela intervenção do ditador argentino Juan Manuel de Rosas, que apoiava o caudilho uruguaio Manuel Oribe. O Brasil formou uma aliança com o governo uruguaio de Fructuoso Rivera e com o general argentino Justo José de Urquiza, que se opunham a Rosas.

O ditador argentino deveria ser derrubado pelo fato de que pretendia anexar o território uruguaio à República Argentina, bem como dominar o Paraguai, restabelecendo, desta forma (pelo menos, territorialmente), o Vice-Reino do Prata, que deveria permanecer sob seu controle. Deve-se ressaltar que o Vice-Reino do Prata compreendia regiões que pertenciam à província brasileira de São Pedro do Rio Grande (atual Rio Grande do Sul).

Não bastassem as intenções do ditador Rosas, ainda o Uruguai estava sob domínio do então presidente Manuel Oribe, se é que se pode chama-lo disso, eis que assumira o controle da República Oriental através de um brutal golpe (ademais, não passava de um títere do ditador Rosas). Vê-se, então, que a guerra foi uma consequência da Guerra Grande, que era uma guerra civil que se arrastava desde 1839 entre os blancos, liderados por Oribe, e os colorados, liderados por Rivera. Os blancos eram conservadores e pró-argentinos, enquanto os colorados eram liberais e pró-brasileiros. A guerra civil se internacionalizou com a intervenção de Rosas, que apoiava Oribe, e do Brasil, que apoiava Rivera. A guerra civil provocou uma grave crise econômica, social e política no Uruguai, que ficou dividido entre dois governos rivais: o de Oribe, que sitiava Montevideú, e o de Rivera, que resistia na capital.

<sup>2</sup> DRUMMOND, Pedro Silva. Batalha de Monte Caseros (1852): As disputas pelo controle na região do Rio da Prata. *História Militar em Debate*. Publicado em 31 de outubro de 2021. Disponível em: <https://historiamilitaremd debate.com.br/batalha-de-monte-caseros-1852-as-disputas-pelo-controle-na-regiao-do-rio-da-prata/>

Vale dizer que Oribe só chegou onde chegou por ser submisso a Rosas, que lhe forneceu tropas para voltar ao Uruguai, após ter fugido de lá em 1835. Quando Oribe pôde comandar um exército formado por orientais e portenhos, lançou-se a Montevideu e, após vencer as tropas do presidente eleito Rivera (que era inimigo de Rosas), pôs-se a decapitar os líderes vencidos, tendo Rivera – o único sobrevivente do massacre – buscado asilo político no Rio de Janeiro. Com isso (e após assassinar 15 mil uruguaios e 17 mil argentinos), Oribe passou a controlar todo o território oriental, salvo a capital Montevideu, que resistia com ajuda financeira de Inglaterra e França, bem como uma força de mercenários italianos – o chamado Governo da Resistência – cujo líder era o presidente eleito Joaquín Suárez.<sup>3</sup>

Uma vez tendo chegado ao poder e estabelecendo-se “presidente” (entre aspas, pois era, praticamente, um governador de mais uma província argentina), Oribe não só permitia, como instigava, incursões de bandidos orientais contra fazendas de brasileiros que se localizavam em terras uruguaias (ou mesmo dentro do Brasil) para a prática, principalmente, de abigeato, mas também de outros crimes, como extorsões, sequestros, agressões, estupros e homicídios. O saldo de perdas foi de 814 mil cabeças de gado, quase 17 mil cavalos e 48 escravos, apenas no ano de 1848.<sup>4</sup>

Tais crimes, de caráter claramente xenófobo, apenas foram contidos quando Francisco José de Abreu (o Barão de Jacuí, conhecido pela alcunha Chico Pedro) passou a combater os perpetradores, realizando ações, inclusive, dentro do território uruguaio para recuperar o gado roubado, sendo a primeira delas em 2 de janeiro de 1850. O governo brasileiro nem coibia nem estimulava as ações do Barão de Jacuí, pois as consideravam “guerra de paisanos”, o que fez com que Oribe e Rosas rompessem relações com o Império Brasileiro. Tais ações de Francisco José de Abreu (que ganharam o apelido de “Califórnia de Chico Pedro”) duraram apenas alguns meses, mas foram suficientes para fazer cessar as agressões ao território e ao povo do Brasil.<sup>5</sup>

O governo brasileiro já não era aliado de Rosas havia tempo, pois este havia ajudado a financiar a Revolução Farroupilha de 1835, liderada por Bento Gonçalves. Ocorre que, uma vez pacificado o conflito e anistiados todos os envolvidos, o general gaúcho jurou lealdade ao Imperador D. Pedro II. Além disso, como fator de desgaste para a já ruim relação entre o Império e o ditador portenho, havia a possibilidade de este resolver nacionalizar os rios platinos, o que significaria um corte de comunicação entre o Mato Grosso e o restante do Brasil bem como uma ameaça à soberania do Uruguai e do Paraguai. E, por óbvio, caso a Argentina cumprisse sua missão de restabelecer para si os territórios do Vice-Reino do Prata, a sua fronteira com o Brasil aumentaria, facilitando um possível (e provável) ataque futuro ao Império.<sup>6</sup>

No ano de 1850, o embaixador argentino, ao ver negada a sua exigência de punição a Chico Pedro, pediu a devolução de seus passaportes e voltou à Argentina. Ao chegar lá, no dia 4 de setembro, o embaixador brasileiro tratou de voltar ao território nacional. Detalhe: o embaixador da Argentina exigia punição de um brasileiro por uma questão ocorrida no Uruguai, o que escancara o caráter de

<sup>3</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. O Império brasileiro. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 158

<sup>4</sup> LEMOS, Juvêncio Saldanha. Brummers: A Legião Alemã Contratada pelo Império Brasileiro em 1851. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2017. P.35

<sup>5</sup> Lemos, op. cit. p. 36

<sup>6</sup> DORATIOTO, F. (2002). Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras. P. 28

submissão de Oribe em relação a Rosas. O Brasil, ainda, como que para provocar mais o governo de Rosas, passou a financiar o Governo da Resistência, que a partir de 6 de setembro de 1850, passou a receber, do Império, o empréstimo mensal de 18 mil pesos fortes a juros de 40% ao ano. Após, em 25 de dezembro do mesmo ano, o Império e a República do Paraguai firmaram uma aliança de defesa, pactuando assistência mútua no caso de ataque argentino e/ou uruguaio.<sup>7</sup>

Nesse contexto, o Brasil precisava se afirmar como potência regional e colocar ordem no seu quintal. Para tanto, aproveitou seu já experiente e regular exército, forjado nas disputas internas e na Guerra Cisplatina, bem como sua moderna e poderosa marinha de guerra e os deslocou para a fronteira sul. As forças regulares brasileiras eram muito superiores às de Oribe e Rosas, posto que estas eram grupos de bandidos e arruaceiros chefiados por caudilhos, não eram militares profissionais.<sup>8</sup> Fora isso, ainda o Império usou de uma estratégia que seu inimigo já usara: não lutar diretamente, mas financiar alguém para fazê-lo (o que se chama hoje em dia de “guerra por procuração”), que, no caso, foram os caudilhos Justo José Urquiza, governador da província argentina de Entre Ríos e Benjamín Visaroso, governador da província argentina de Corrientes, ambos inimigos de Rosas.

Do ponto de vista da Argentina, a guerra foi resultado da oposição interna ao regime de Rosas, que exercia um controle autoritário e centralizador sobre as províncias argentinas. O ditador enfrentava a resistência de vários setores da sociedade, como os liberais, os federalistas, os unitários, os imigrantes e os indígenas. Um dos principais opositores de Rosas era Urquiza, que governava a província de Entre Ríos e que tinha o apoio das províncias de Corrientes e Santa Fé. Urquiza defendia uma maior autonomia provincial e uma reforma constitucional que limitasse o poder de Rosas. Urquiza também tinha interesses econômicos na abertura do comércio fluvial, que era monopolizado por Rosas.

Pois bem. Explicadas, de forma resumidíssima as causas do conflito, passa-se à descrição do que foi o exército formado pelos agora aliados brasileiros, orientais e argentinos de Entre Ríos e Corrientes. Aqui, porém, vale ressaltar que, muito em respeito aos aliados argentinos, a guerra era, abertamente, contra o ditador Rosas e não contra a nação argentina. O chamado Exército Grande era composto, aproximadamente, por 16 mil brasileiros, divididos em três colunas, uma a Oeste sob comando do Coronel Davi Canabarro (veterano da Revolução Farroupilha), uma ao centro, sob comando do Marechal Bento Manuel Ribeiro e uma a leste, comandada pelo Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira. O comandante-geral do contingente brasileiro era ninguém menos que o invicto Marechal-de-Campo Luís Alves de Lima e Silva (então Conde de Caxias). A maioria dos brasileiros era de Infantaria e Artilharia, que eram as armas necessárias para o reforço aos argentinos e orientais, posto que estes tinham cavalaria de sobra, afinal, seus exércitos irregulares eram compostos por peões a cavalo.<sup>9</sup>

A composição do Exército Grande (ou Exército de Libertação), no que tange a argentinos e uruguaio era a seguinte: O General Eugenio Garzón comandava cerca de dois mil soldados uruguaio. O Coronel José Miguel Galán comandou uma divisão de cavalaria uruguaio na batalha de Monte Caseros. O General Justo José de Urquiza comandava cerca de 14 mil soldados argentinos. O Coronel

<sup>7</sup> Lemos, op. cit. p. 38-39

<sup>8</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner. Memórias de Brummer. Porto Alegre. Editora EST, 1997. P. 23 – Cristóvão Lenz.

<sup>9</sup> Lemos, op. cit. p. 43-44

Bartolomé Mitre comandava cerca de 6 mil soldados argentinos. Tem-se, portanto, que o Exército grande era composto por, aproximadamente, 42 mil homens, sendo 20 mil brasileiros (16 mil no Uruguai e 4 mil no Rio Grande, prontos para mobilização); 20 mil argentinos, majoritariamente de Corrientes e Entre-Ríos; e 2 mil uruguaios.

Ocorre que, para que o Brasil pudesse compor um exército desse tamanho (20mil soldados), era necessária uma grande mobilização nacional, o que ocorreu. Porém como a prática do recrutamento forçado era extremamente mal vista pela população, restou o voluntariado. Claro que, dessa vez, ainda não houve uma adesão tão grande como foram os batalhões de Voluntários da Pátria, como na Guerra do Paraguai, mas, ainda assim, apostou-se nessa alternativa. Mas, esta não foi a única estratégia do Império Brasileiro. Resolveu-se, depois de grandes e acaloradas discussões no Congresso, recrutar mercenários estrangeiros especializados, que lutariam contra Rosas. E, como já havia sido feito entre 1824 e 1830, repetiu-se a contratação de germânicos e prussianos (na época a Alemanha ainda não era unificada) para a guerra.

Para a missão de contratar os alemães, foi escolhido o Tenente-Coronel Sebastião do Rego Barros, que deveria fazer os esforços necessário para cumprir o disposto no Art. 17 da lei nº 586/1850, que consistia no seguinte: “Fica autorizado o governo, para em circunstância extraordinária, fazer as despesas necessárias a fim de elevar a 26 mil homens a tropa de primeira linha, podendo contratar nacionais e estrangeiros, e distribuir-lhes terras segundo o contrato”. Segundo Terzi (2021):

A tal circunstância extraordinária era a preparação para a guerra iminente contra Oribe, do Uruguai, e Rosas, da Argentina, que ameaçavam a integridade e a soberania brasileira no Sul. Na Alemanha, contudo, persistia a aversão à imigração para o Brasil. A maior parte dos estados alemães reagiu contrariamente ao recrutamento brasileiro. Mas, Rego Barros havia recebido autorização para agir da maneira que melhor lhe conviesse, fazendo uso, inclusive, de agências de recrutamento clandestinas. Além disso, o Império oferecia, pelo prazo de quatro anos, a quem quisesse se alistar, polpudas vantagens, incluindo: fornecimento de transporte pelo governo do Brasil, ajuda de custo na hora do embarque e pagamento de 67.600 réis (já incluídas as rações). Ao final do contrato, cada legionário ainda receberia um lote de 25 mil braças quadradas, ou transporte para voltar à Alemanha com um prêmio em dinheiro. Aos oficiais mais graduados, eram estendidos benefícios ainda mais irresistíveis. Rego Barros pretendia atingir seus objetivos com essas promessas.<sup>10</sup>

Por providência da História, na região de Schleswig-Holstein, havia uma grande quantidade de veteranos que houvera participado de uma recém terminada guerra com a Dinamarca. Inicialmente, os condados de Schleswig e Holstein eram apoiados pela Prússia e pela Áustria-Hungria, porém, ao fim, foram abandonados por seus aliados e largados à própria sorte, sucumbindo às forças dinamarquesas após as derrotas nas batalhas de Idstedt, Missunde e o assalto a Friedrichstadt. Em novembro de 1850, a Áustria impôs à Prússia o Tratado de Olmutz, que determinava que o exército dos ducados fosse tratado como uma força de delinquentes revolucionários, obrigando-os a depor suas

<sup>10</sup> TERZI, M. R. A Saga dos Brummers, os Alemães a Serviço do Brasil Império. Aventuras na História. Publicado em: 19/03/2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/brummers-alemaes-servico-do-imperio-brasileiro.phtml>

armas imediatamente. Dito e feito: entre janeiro e maio de 1851, as tropas do exército de Schleswig-Holstein foram completamente dissolvidas.<sup>11</sup>

O objetivo de Rego Barros era a contratação de um número entre 1800 e 2300 alemães para guerrear pelo Brasil. O pagamento da ajuda de custo aos mercenários era feito antes mesmo do embarque para a América, o que fez com que alguns malandros desertassem sem que a sua jornada sequer tivesse começado. Porém, via de regra, quem assinou o contrato, de fato, viajou para o Brasil. Cabe dizer que uma das cláusulas contratuais – que fez diferença para os estrangeiros – uniformes e armamentos e códigos de condutas e penalidades usados pelos Brummers e aplicados a eles seriam prussianos. Ademais, os alemães foram divididos em um batalhão de Infantaria com 6 companhias, um regimento de Artilharia com 4 companhias e um destacamento de Engenharia com duas companhias de pontoneiros (sendo uma de sapadores e pontoneiros e uma de trem), na proporção de 50%, 30%, 20%.<sup>12</sup>

A primeira leva de prussianos contratados pelo Império foi a de infantes, que assinaram seus contratos de prestação de serviços com o Brasil já nos primeiros meses de 1851, sendo formada pelo que havia de melhor entre os ex-combatentes da Guerra de Schleswig-Holstein. A segunda leva, por sua vez, que tinha por objetivo formar a Artilharia, encontrou dificuldades em recrutar pessoal qualificado, afinal os veteranos da guerra contra a Dinamarca já haviam debandado, restando a contratação de boa quantidade de aventureiros e desqualificados. A terceira leva (já no final do primeiro semestre de 1851), que visava a contratação dos pontoneiros, foi a pior de todas: já haviam ido os soldados, já haviam ido os aventureiros, restavam os bêbados, os vagabundos e os criminosos. E lá foram eles. Estava formada a chamada Legião Alemã (*Deutsche Legion*).<sup>13</sup>

Antes de dar prosseguimento ao texto, o leitor, talvez, esteja se perguntando “mas o que significa ‘Brummer’?”. A explicação foi deixada para a hora do embarque porque foi nessa hora que, supostamente a história aconteceu. “Brummer”, em alemão, significa algo como “zumbidor” e era o apelido das moedas polonesas naquela região, eis que, quando eram jogadas nas mesas das tavernas, emitiam um zumbido. Essa moeda lembrava muito a moeda brasileira de 40 réis que, ao ser vista na mão de um marinheiro negro por um mercenário alemão no momento do embarque, este teria dito “*Donnerwerter, das sind aber gehörige Brummer!*” (“raios, isto parece um Brummer”).<sup>14</sup> Outra teoria, que também envolve a moeda, é de que os alemães eram vistos calculando os preços se referindo às moedas como “brummer” e ficavam resmungando a palavra pra lá e pra cá.<sup>15</sup> Por fim, a terceira e última, é de que os prussianos, para mostrarem aos comerciantes e prostitutas do Rio de Janeiro que tinham dinheiro para pagar a conta, chacoalhavam os bolsos, fazendo as moedas tilintarem e diziam “*das ist Brummer*”<sup>16</sup> De qualquer maneira, seja lá qual for a versão verdadeira, todas remetem às moedas de 40 réis que os mercenários carregavam e faziam

<sup>11</sup> Lemos, op. cit. p. 64

<sup>12</sup> PIASSINI, Carlos Eduardo. A Participação Política de Imigrantes Germânicos no Rio Grande do Sul: Os Brummer Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Brügggen, 1851 – 1881. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2016. 236 p. P. 71.

<sup>13</sup> Lemos, op. cit. p. 103 - 104

<sup>14</sup> Lemos, op. cit. p. 129

<sup>15</sup> Flores, op. cit. p. 15

<sup>16</sup> Lemos, op. cit. p. 130

zumbir nas mesas das tavernas. E, igualmente as moedas, eles também tinham fama de “zumbidores” ou melhor, de “resmungões”, o que lhes valeu outro apelido: os rezingões.

Entre a contratação em solo alemão e a chegada à linha de frente, para a luta contra Oribe e Rosas, há diversas histórias sobre os Brummers que merecem ser lidas, mas que, em razão de não serem objeto do presente artigo, não serão nele relatadas. Dentre a bibliografia utilizada neste texto, destacam-se os livros “Brummers: A Legião Alemã Contratada pelo Império Brasileiro em 1851”, de Juvêncio Saldanha Lemos e “Memórias de Brummer”, organizado por Hilda Agnes Hübner Flores. Porém, para que o capítulo da viagem não passe em branco, deve ser dito que, da Alemanha ao Rio de Janeiro (bem como a estada na capital brasileira) foram excelentes experiências aos rezingões, mas após a saída da Baía de Guanabara, as condições foram das piores possíveis, tanto em alimentação, vestimenta, equipamento, alojamentos... Isso sem falar no clima que muito castigava os prussianos. Mas, tudo foi vencido. Os Brummer seguiram até Monte Caseros, onde, ao calar os canhões rosistas, restaram vitoriosos.

Feitas estas breves considerações acerca da origem da alcunha “Brummer” e da viagem dos soldados prussianos ao Brasil, falar-se-á da unidade por eles integrada no Exército Imperial, o 15º Batalhão de Infantaria Prussiana.<sup>17</sup> Sim, apenas um batalhão de infantaria. A artilharia deveria ser dissolvida dentro de regimentos brasileiros e o destacamento de pontoneiros deveria atuar de forma independente.

O referido batalhão era composto de 26 oficiais, 24 sargentos, 848 cabos e soldados, 14 tambores, 16 músicos e dois pífanos, divididos em seis companhias e o estado-maior. Ocorre que, o comandante, Barão von der Heyde, era inimigo de muito tempo do subcomandante, Major Lemmers e este não era um oficial conhecido por sua honestidade e galhardia. Na verdade, devido aos atritos com Lemmers e outros oficiais, Heyde abandonou o comando da tropa, ficando o major como comandante interino. E, nessa bagunça, com casos de indisciplina, o efetivo, tanto de oficiais quanto de praças, que passava mais tempo acantonado do que em marcha, ocupava seu tempo em festas, bebedeiras, corridas de cavalo e caçadas. Alguns dias depois, Heyde voltou ao comando do contingente alemão de infantaria.<sup>18</sup>

A legítima farândula que era o 15º BI passou a integrar, de fato, uma força combativa apenas quando da Ordem de Batalha expedida por Caxias o determinou. O batalhão prussiano ficou, então, subordinado à 9ª Brigada, que era subordinada à 3ª Divisão, estabelecida em Jaguarão e comandada pelo Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira. Por ser esta uma coluna de apoio à invasão do território oriental, não enfrentou grandes combates como a coluna principal, comandada pelo próprio Caxias.

No dia 3 de agosto de 1851, o Capitão Ubos, comandante do vilarejo de Arredondo, passou para o lado brasileiro e se engajou na luta contra Oribe. O capitão oriental fora inteligente, pois viu que, embora a coluna aliada a ser enfrentada fosse menor que as demais, era poderosa o suficiente para destruir o seu contingente sem grandes esforços. O Brigadeiros Fernandes, então, após tomar Arredondo, iniciou combate com patrulhas agressivas que iam em direção ao interior Uruguaio. E o 15º BI fez, nessa ocasião, a sua primeira manobra militar no conflito: preparou a defesa de Arredondo,

<sup>17</sup> Será adotada a designação “infantaria prussiana” no artigo pois era o nome popular do batalhão, sua designação oficial era apenas 15º Batalhão de Infantaria.

<sup>18</sup> Lemos, op. cit. p. 145-162

onde se esperava que tropas oribistas atacariam para roubar cavalos e mantimentos. Alarme falso. Seguiram os germânicos sem disparar suas armas.

Como não foi realizada a tal incursão inimiga em Arredondo, foi ordenado aos Brummers marchar até o arroio Malo, onde estava acampada a tropa da 3ª Divisão, juntamente com seu comandante, o General Fernandes. A marcha, de cerca de 60 quilômetros, deveria ser percorrida em cerca de dois ou três dias, mas o 15º BI terminou de chegar a seu destino em períodos de três a sete dias. E assim eram todas as marchas que os Brummer tiveram que fazer após: lentas e extremamente dificultosas, muito por conta do clima, mas também por conta do baixíssimo moral da tropa.

Nestas condições, marcharam os teutônicos até Montevideu, onde, sem mais nem menos, o governador Oribe rendeu-se ao General Urquiza sem oferecer combate, debandando suas tropas. Pois, muito bem: tomou o exército aliado rumo a Buenos Aires. Oribe já estava fora de combate, mas ainda faltava derrubar Rosas. E, assim, marchou o 15º para Colônia de Sacramento, onde seria feita uma concentração que partiria para o combate contra o ditador argentino. Ocorre que, durante a marcha, novamente o Barão von der Heyde resolveu ter um de seus surtos de ego contra Caxias, o que lhe levou a ser demitido após passar por um conselho de disciplina, restando o comando, novamente, nas mãos do Major Lemmers. Fato interessante é que, da saída de Jaguarão até a chegada em Colônia de Sacramento, o 15º BI conseguiu perder 15 oficiais e 47 praças, todos presos ou demitidos por indisciplina.

Como já era de se esperar, o comando brasileiro, pela impossibilidade de demitir todos os alemães por razões contratuais, resolveu deixá-los de fora das operações que se dariam na Argentina. Porém, nem todos se fizeram ausentes no território portenho. O Corpo de pontoneiros havia sido diluído em cinco batalhões de infantaria brasileiros, cada um recebendo cerca de 30 germânicos, que, ao total, somavam 160. Ademais, foram escolhidos 80 militares experientes dentre aquelas do 15º BI para ir ao combate empunhando os fuzis Dreyse, outrora adquiridos pelo Império na Alemanha. Portanto, 180 pontoneiros diluídos e mais 80 infantes num destacamento comandado pelo Tenente Zacharias Schiöt. Eram, portanto, 260 alemães operando os fuzis de agulha, razão pela qual passaram a ser conhecidos como “agulheiros”.

A unidade de Brummer agulheiros, chamada de Destacamento de Infantaria Ligeria, sob comando do Capitão Francisco José Wild (o tenente Schiöt era comandante apenas dos infantes, provavelmente, seria subcomandante da unidade) partiu com a Divisão Expedicionária do Brigadeiro Souza Marques para a Argentina, onde seria travada a Batalha de Monte Caseros. Percebe-se aí que, na verdade, o único motivo que fez os Brummer lutarem na batalha final da guerra foi o fato de saberem operar os fuzis Dreyse. Mas, o que, de fato, eram esses fuzis e por que fizeram tanta diferença?

Primeiramente, cabe explicar o sistema da arma. Sager<sup>19</sup> descreve:

Criado pelo armeiro alemão Johann Nikolau von Dreyse em 1836, o fuzil de agulha foi inovador em vários aspectos. Até a sua invenção, os fuzis eram de antecarga, um

<sup>19</sup> SAGER, Daniel. The Dreyse Needle Gun. Military History Matters, 2013. Disponível em: <https://www.military-history.org/back-to-the-drawing-board/back-to-the-drawing-board-the-dreyse-needle-gun.htm> Acesso em 19 de janeiro de 2024

procedimento que envolvia empurrar o cartucho cano abaixo com uma vareta de metal, algo que deveria ser feito apenas de pé.

Apesar de haverem ocorrido muitos experimentos com mosquetes breech load desde o século XVIII, von Dreyse desenvolveu uma ação de ferrolho para a abertura e fechamento da parte traseira do cano da arma. Nesta câmara era acondicionado um cartucho de papel. Quando o gatilho era premido, um percussor parecido com uma agulha penetrava o cartucho de papel e se chocava contra uma espoleta de percussão, disparando a munição. Esse sistema originou o apelido da arma.<sup>20</sup> (tradução nossa)

O referido fuzil foi adotado pelo exército prussiano em 1848 e, embora não hajam registros oficiais de seu uso na Guerra do Schleswig-Holstein, a possibilidade de seu uso é grande, especialmente dada a sua modernidade e grande cadência de tiro. E é exatamente essa a característica que tornou a arma tão revolucionária: a cadência de tiro, ou seja, a capacidade de efetuar mais disparos em tempo muito inferior àquele das armas de antecarga. Ora, conforme descrito, o Dreyse era de retrocarga, ou seja, suas munições eram inseridas pela parte de trás da arma, o que desobrigava o operador a fazer todo o longo processo de recarga de um fuzil de antecarga. Era necessário, simplesmente, abrir o ferrolho, inserir o cartucho de papel, fechar o ferrolho, armar o percussor, puxando-o para trás e disparar.

Na época e ainda por mais algumas décadas, as armas de retrocarga dominaram o campo de batalha. Sua operação consistia no seguinte: 1. Posicionar o fuzil com o cano voltado para o alto e inserir, manualmente, por um recipiente de couro ou através de um envelope de papel, uma certa quantidade de pólvora negra no cano; 2. Utilizar uma vareta de metal (que vinha junto da arma e se alojava abaixo do cano) para socar a pólvora, acomodando-a no fundo da culatra; 3. Inserir o projétil e juntamente com a bucha (que poderia ser de pano, papel, papelão ou couro e servia para vedar os gases produzidos pela explosão da pólvora, aproveitando-os ao máximo para impulsionar o projétil; 4. Colocar uma espoleta de fulminato ou uma pequena quantidade de pólvora (a depender se a arma era de fulminante ou de pederneira) no ouvido do sistema de gatilho; 5. Armar o cão; 6. Disparar.

Nota-se que o processo de recarga de um fuzil antes do advento do Dreyse era bastante longo e, também, demorado, cerca de 30 segundos, nas mãos de um soldado treinado, ou seja, disparava cerca de dois tiros por minuto. O fuzil de agulha, por outro lado, poderia disparar de 10 a 12 vezes em um minuto! Algo que, até então, era impensável. E foi exatamente aí que nossos Brummer tiveram vantagem em Monte Caseros, na intervenção contra Rosas. Sobre o uso de tais armas pela Legião Alemã, sabe-se que cerca de 400 fuzis foram distribuídos ao 15º Batalhão de Infantaria e cerca de 200 mosquetões foram distribuídos ao Corpo de Pontoneiros (aliás, após a dissolução desta tropa e sua incorporação em unidades de infantaria, os soldados permaneceram com as armas).

Uma vez arregimentados, os prussianos passaram a empregar táticas de infantaria ligeira, diferentemente das demais tropas brasileiras, que eram de infantaria de linha. Mas qual a diferença entre elas? Segundo Teixeira:

<sup>20</sup> Invented by the German gunsmith Johann Nicolaus von Dreyse in 1836, the needle gun was innovative in several respects. Until then rifles were muzzle-loaded – a procedure that involved ramming a cartridge down the barrel with a metal ram-rod, a procedure that had to be performed while standing. Although there had been various experiments with breech-loading muskets since the 18th century, von Dreyse developed a bolt action for opening and closing the rear of the barrel. Into the breech was placed a paper cartridge. When the trigger was pulled a needle-like firing pin penetrated the paper cartridge and struck a percussion cap, firing the bullet. Hence the the gun's name.

(...) a Infantaria Ligeira, que ao contrário das formações cerradas adoptadas pela Infantaria de Linha, operavam em pequenos grupos que se desdobravam em linha de atiradores à frente e nos flancos das unidades principais, como forma de lhes garantir apoio, cobertura e protecção, visto que um soldado desta força caso estivesse equipado com uma Carabina de cano estriado poderia facilmente atingir um homem a 150 / 200m de distância.<sup>21</sup>

A partir deste conceito, nota-se que a infantaria alemã se encaixava exatamente nesse papel, pois, pelo menos em Monte Caseros, atuou em grupos menores, dispersos e utilizando armas de alma raiada (que o autor apresentado chama de “estriada” por ser português), bem como operaram fora da linha brasileira, posicionando-se entre esta e a linha inimiga.

Aliando-se as táticas de infantaria ligeira com o alto volume de fogo possibilitado pelo uso do fuzil Dreyse, o contingente alemão presente em Monte Caseros foi um fator determinante, não para a vitória aliada no combate, mas para a economia de tropas do lado da aliança, posto que a luta foi muito mais curta devido à rapidez com que os prussianos cumpriram a sua audaciosa missão.

Voltemos, então, a Monte Caseros, o local que havia sido escolhido por Don Manuel de Rosas para lutar e frear o avanço do exército aliado. Suas forças, segundo Donato e Hernani, consistiam em:

10.000 infantes, 15.000 cavaleiros, 1.000 artilheiros, 60 canhões e três estativas de foguetes, à frente dos aliados seus adversários: 20.000 argentinos de Corrientes e Entre-Rios, 4.000 brasileiros e 1.700 Uruguaios, o chamado Grande Exército Libertador da América do Sul, sustentado também por 50 canhões.

Eram forças bastante consideráveis: cerca de 52 mil homens e 110 canhões em campo de batalha, somando ambos os lados. Porém, Rosas tinha uma vantagem: Monte Caseros é uma elevação cercada de planícies e seus homens estavam dispostos em posições defensivas fortificadas no terreno mais alto, o que já dificultava o avanço inimigo. Ainda, com uma força de 60 canhões, o volume de fogo produzido era suficiente para rechazar ataques de infantaria de linha e cargas de cavalaria.

A tática do combate foi a seguinte:

(...) no flanco direito, estava reunida a cavalaria argentina sob o comando do General Anacleto Medina. No centro, sob o comando do Brigadeiro Manuel Marques de Sousa, estava concentrado o grosso da infantaria, formada em sua maioria pela Divisão Brasileira e argentinos (sob o comando de Bartolomé Mitre), protegendo as peças de artilharia ao fundo. À esquerda, mais divisões de cavalaria sob o comando do General Juan Pablo Lopez e de Urquiza, sendo auxiliadas pela infantaria uruguia e por um regimento de cavalaria comandado pelo Tenente-Coronel Osório.<sup>22</sup>

Os Brummer, portanto, encontravam-se ao centro, juntamente com os demais infantes brasileiros. Iniciou-se o combate as 9 horas da manhã do dia 3 de fevereiro de 1852. A tropa aliada, que encontrou

<sup>21</sup> TEIXEIRA, Humberto Nuno Araújo Barbosa. Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular. Lisboa, 2010. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria). Academia Militar de Portugal. P. 20

<sup>22</sup> BASE ADMINISTRATIVA do Quartel General do Exército. Lutas de Afirmação do Brasil na Região do Prata. Publicado em 26 de Junho de 2018. Disponível em: <http://www.badmqgex.eb.mil.br/patio-das-batalhas/patio-das-batalhas/10-artigo-10>

dificuldade de avançar devido ao terreno lamacento, foi pesadamente bombardeada pela artilharia rosista. Os orientais atacaram pela esquerda dos brasileiros. Estes, preferiram o caminho mais curto e, às 11 horas, sob o comando do Brigadeiro Marques de Souza, a Divisão Brasileira avançou para a fortificação de Caseros-Palomar, onde ficava o quartel-general de Rosas.<sup>23</sup>

O comando aliado esperava que acontecesse o que a doutrina já previa: um massacre da vanguarda da infantaria de linha pela artilharia inimiga e, ao final do avanço, que os atacantes sobreviventes tomasse de assalto as posições adversárias. E quem estava à vanguarda da infantaria aliada? Eles mesmos: os Brummer.

Formando linhas à frente de cada um dos seis batalhões de infantaria brasileira, os prussianos armados com seus fuzis Dreyse passaram a abater os artilheiros portenhos à distância, como legítimos atiradores de elite. A alma lisa do fuzil garantia alcance e precisão inigualáveis por qualquer outro armamento disponível na América do Sul, além disso, o sistema de retrocarga não permitia que novas tripulações operassem os canhões, pois, assim que se posicionavam, eram atingidas por nova saraivada.<sup>24</sup>

Ao final do avanço, os Brummer, juntamente com um contingente oriental recém chegado, tomaram a fortaleza, onde cerca de 200 soldados rosistas ainda ofereciam combate. O ditador Rosas, por sua vez, escapou do assalto aliado por ter fugido, minutos antes, para Buenos Aires. Neutralizada a fortaleza de Caseros, ainda faltavam as posições de Palomar e a artilharia do Coronel Chilavert. E assim foi, os Brummer, por mais duas vezes, se reorganizaram e avançaram ao inimigo, abatendo, durante o seu avanço, os defensores rosistas e neutralizando as posições portenhas.

Ao fim daquele dia 3 de fevereiro, os mercenários prussianos, ao custo de quatro mortos e 48 feridos, prestaram um grande serviço ao Brasil, sendo o último disparo da batalha de Monte Caseros realizado às 13 horas, finalmente “quando fuzis calaram canhões”. Pode-se dizer que, por causa dos Brummer, a Divisão Brasileira deixou de pagar um altíssimo preço em sangue pela posição de Rosas. O total de peças de artilharia capturadas pelos agulheiros é incerto, mas, das 56 tomadas dos rosistas, 34 o foram por brasileiros. Ao fim, foi destacado o Sargento Pontoneiro Werner, que, integrado ao 11º Batalhão, demonstrou grande bravura, sendo ferido por um disparo de artilharia.<sup>25</sup>

Chegado o fim da batalha, os Brummer tiveram os mais diversos destinos. Deserções em massa, pedidos de baixa, demissões por final de contrato e, até mesmo, algumas carreiras militares de sucesso. Mas estes bravos (e indisciplinados) alemães, os conhecidos rezingões, após cumprir o seu trabalho e auxiliar o Brasil, na batalha final, a estabelecer suas fronteiras e sua hegemonia no Prata, ainda foram força de colonização, desbravando sertões e integrando-se à sociedade gaúcha. Anos mais tarde, inclusive, vários destes então mercenários, serviram, novamente, ao Brasil durante a Guerra da Tríplice Aliança, seja em tropas germânicas, seja em tropas brasileiras.

<sup>23</sup> BENTO, Cláudio Moreira. OS 150 ANOS DA GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS 1851-52. Informativo Guararapes. Disponível em: <https://www.ahimtb.org.br/gueoribe.htm>

<sup>24</sup> LEMOS, op. cit. P. 248-249

<sup>25</sup> BENTO, Cláudio Moreira. Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS, Porto Alegre :IEL, 1975. P. 61-62

---

**BIBLIOGRAFIA**

- BASE ADMINISTRATIVA do Quartel General do Exército. *Lutas de Afirmação do Brasil na Região do Prata*. Publicado em 26 de Junho de 2018. Disponível em: <http://www.badmqgex.eb.mil.br/patio-das-batalhas/patio-das-batalhas/10-artigo-10>
- BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul-1635 a 1870*. Porto Alegre. A Nação, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- BENTO, Cláudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *História da 3ª Região Militar 1889 - 1953*. Porto Alegre: 1995. v. 2, 2ª Ed., 21 cm, pp. 394. Disponível em: [http://www.ahimtb.org.br/Livro%203%C2%AA%20RM-vol%20II-PDF%20\(1\).pdf](http://www.ahimtb.org.br/Livro%203%C2%AA%20RM-vol%20II-PDF%20(1).pdf)
- BENTO, Cláudio Moreira. *Brummers Os Primeiros Pontoneiros do Exército Brasileiro*. Disponível em: <https://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%2085.pdf>
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DRUMMOND, Pedro Silva. *Batalha de Monte Caseros (1852): As disputas pelo controle na região do Rio da Prata*. História Militar em Debate. Publicado em 31 de outubro de 2021. Disponível em: <https://historiamilitaremdebate.com.br/batalha-de-monte-caseros-1852-as-disputas-pelo-controle-na-regiao-do-rio-da-prata/>
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Memórias de Brummer*. Porto Alegre. Editora EST, 1997. P. 23 – Cristóvão Lenz.
- LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Brummers: A Legião Alemã Contratada pelo Império Brasileiro em 1851*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2017. P.35
- LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 158
- LYNCH, John. *Juan Manuel de Rosas*. Buenos Aires: El Ateneo, 2001.
- PIASSINI, Carlos Eduardo. *A Participação Política de Imigrantes Germânicos no Rio Grande do Sul: Os Brummer Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Brügggen, 1851 – 1881*. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2016. 236 p. P. 71.
- SAGER, Daniel. *The Dreyse Needle Gun*. Military History Matters, 2013. Disponível em: <https://www.military-history.org/back-to-the-drawing-board/back-to-the-drawing-board-the-dreyse-needle-gun.htm>
- TAMAE, Rafael da Fonseca. *A política externa do Brasil Império e a Guerra contra Oribe e Rosas: um estudo sobre o debate político na intervenção de 1851*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

TEIXEIRA, Humberto Nuno Araújo Barbosa. *Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular*. Lisboa, 2010. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria). Academia Militar de Portugal. P. 20

TERCI, M. R. *A Saga dos Brummers, os Alemães a Serviço do Brasil Império*. Aventuras na História. Publicado em: 19/03/2021. Disponível em:  
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/brummers-alemaes-servico-do-imperio-brasileiro.phtml>

# A Revolta do Forte de Copacabana: Uma análise do contexto histórico do Movimento Tenentista.

Gerson de Jesus Monteiro Junior<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo aborda o contexto histórico que levou à Revolta do Forte de Copacabana e ao movimento tenentista no Brasil. Começa explicando o "voto do cabresto" e o coronelismo, práticas políticas que permitiam que oligarquias locais controlassem as eleições por meio de coerção e manipulação. Essas práticas levaram à concentração de poder nas mãos de políticos das regiões produtoras de café (São Paulo) e leite (Minas Gerais), conhecida como a política do "café com leite".

O movimento tenentista surgiu como uma resposta à crescente insatisfação entre os militares de baixa patente devido às condições precárias das forças armadas e à manipulação política. Os tenentes eram oficiais subalternos que buscavam reformar o sistema político do Brasil, que era marcado pela centralização de poder nas mãos das elites oligárquicas. Eles também defendiam o voto secreto e a moralização do sistema político.

A revolta do Forte de Copacabana ocorreu em 1922, quando os tenentes atacaram o forte como parte de seus esforços para desafiar o sistema político dominante. No entanto, a revolta foi reprimida pelas tropas legalistas e não teve sucesso. A estratégia inicial era evitar que Arthur Bernardes, o candidato apoiado pelas elites dominantes, concorresse às eleições presidenciais. Os tenentes acreditavam que apenas a luta armada poderia levar à mudança política.

A revolta também foi impulsionada pelas chamadas "cartas falsas", que foram divulgadas na imprensa e alegavam que Arthur Bernardes havia escrito cartas insultando os militares. Isso contribuiu para a revolta dos tenentes, aumentando o apoio da população ao movimento.

Embora a revolta tenha sido derrotada, ela teve um impacto duradouro no cenário político brasileiro. Os militares de baixa patente começaram a ganhar mais espaço e respeito na sociedade e eventualmente desempenharam um papel importante nas transformações políticas posteriores no Brasil.

Em resumo, o artigo analisa o contexto histórico que levou à Revolta do Forte de Copacabana e destaca o papel dos tenentes na luta contra o sistema político oligárquico do Brasil no início do século XX. Esses eventos moldaram o futuro político do país e contribuíram para o fortalecimento do papel dos militares nas décadas seguintes.

---

<sup>1</sup>Policia militar do estado do Paraná, Especialista em segurança Pública e Acadêmico de história (faveni). <http://lattes.cnpq.br/7595025472726106>

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolta do forte de Copacabana. Tenentismo. república do café com leite

**ABSTRACT:** This article addresses the historical context that led to the Fort Copacabana Revolt and the tenentist movement in Brazil. It begins by explaining the "voto do cabresto" (literally "bridle vote") and "coronelismo," political practices that allowed local oligarchies to control elections through coercion and manipulation. These practices led to the concentration of power in the hands of politicians from the coffee-producing (São Paulo) and milk-producing (Minas Gerais) regions, known as the "coffee with milk" politics.

The tenentist movement emerged as a response to the growing dissatisfaction among low-ranking military officers due to the poor conditions of the armed forces and political manipulation. The tenentes were junior officers who aimed to reform Brazil's political system, which was characterized by the centralization of power in the hands of oligarchic elites. They also advocated for secret voting and the moralization of the political system.

The Fort Copacabana Revolt took place in 1922 when the tenentes attacked the fort as part of their efforts to challenge the dominant political system. However, the revolt was suppressed by loyalist troops and did not succeed. The initial strategy was to prevent Arthur Bernardes, the candidate supported by the ruling elites, from running in the presidential elections. The tenentes believed that only armed struggle could bring about political change.

The revolt was also fueled by the so-called "false letters" that were circulated in the press, alleging that Arthur Bernardes had written letters insulting the military. This contributed to the tenentes' revolt and increased public support for the movement.

Although the revolt was defeated, it had a lasting impact on the Brazilian political landscape. Low-ranking military officers began to gain more prominence and respect in society and eventually played a significant role in subsequent political transformations in Brazil.

In summary, the article analyzes the historical context that led to the Fort Copacabana Revolt and highlights the role of the tenentes in challenging Brazil's oligarchic political system in the early 20th century. These events shaped the country's political future and contributed to the strengthening of the military's role in the decades that followed.

**KEYWORDS:** Copacabana fort. Coffee and milk republic.

## INTRODUÇÃO

O trabalho em questão tem por objetivo demonstrar de forma simplificada, o que era o voto do cabresto e coronelismo, apresentar seus aspectos e peculiaridades, que serviram de motivação para o movimento tenentista, onde os militares se amotinaram para lutar contra esse totalitarismo, e tentar modificar a forma com que mantinham-se no poder os políticos da república do "café com leite",

onde minas gerais e São Paulo revezavam o poder, mantendo assim o país da forma que queriam, o governo mantinha os coronéis cada vez mais ricos e poderosos, que por sua vez, escolhiam os governantes, o voto era aberto, então não se poderia votar sem que os senhores coronéis soubessem, era um ciclo que se mantinha por muitos anos até que os militares se organizaram para impedir e tentar quebrar esse ciclo, consequentemente os militares revoltosos atacaram o forte de Copacabana e em 1922 foram derrotados.

## O VOTO DO CABRESTO.

Durante o período do coronelismo, os comerciantes, líderes comunitários, e os grandes proprietários de terra dominavam as eleições, apoiavam um candidato, e obrigavam seus subordinados, funcionários e demais pessoas próximas a votarem no candidato escolhido, Isso porque, até então, as eleições eram totalmente manipuladas pelas oligarquias regionais, via de regra, favorecidas pelos coronéis – título concedido aos grandes proprietários rurais e de escravos, que detinham o poder econômico à época, quando da formação da Guarda Nacional, em 1831 ( DE OLIVEIRA Apud DANNEMANN, 2008). era utilizado compra de votos e coação física e moral para obter sempre o resultado positivo nas eleições este voto dirigido ficou conhecido popularmente como “voto do cabresto”, Conforme DE OLIVEIRA Apud FAORO (1991) “Os coronéis, por seu turno, exerciam total controle sobre seus eleitores, uma vez que não existia a prática do voto secreto”. esse período foi marcado por muita crueldade e barbáries, “Além do recurso às costumeiras práticas fraudulentas, os candidatos se empenharam na disputa do voto, procurando ampliar sua base eleitoral” (DE CARVALHO, 2020 p. 431), quem detivesse o poder precisava se manter nele, então cada vez mais os Coronéis aumentavam sempre sua dominância sobre o povo.

Todos os eleitores eram forçados a votar em quem à elite ordenava, todos que tivessem direito ao voto seguia a orientação dos seus “superiores sociais” seja por interesse ou por medo, ou em troca de algum bem ou valor pecuniário, “[...] induz o eleitorado de sua região a votar nos candidatos por ele escolhidos em troca de favores, prestígio ou emprego público. O povo sofria com a miséria, a falta de terras e de água. Os coronéis possuíam grandes propriedades com grandes poços de águas, além de grande influência sobre os chefes políticos, podendo oferecer ao povo, em troca do voto, cargos públicos e demais benesses.” ( DE OLIVEIRA, 2016 p. 74).

As Mulheres ainda não tinham direito ao voto “A Constituição não fazia referência quanto ao voto das mulheres, mas, igualmente à fase imperial, elas estavam excluídas por motivos sociais”. DE OLIVEIRA (2016).

## A POLÍTICA DO “CAFÉ COM LEITE”

No período de 1894 a 1910, perdurou no Brasil a chamada política do café com leite, que recebeu este nome devido aos estados de Minas Gerais e São Paulo serem Grandes produtores de Café e leite, basicamente eram os dois estados mais poderosos economicamente e consequentemente os mais fortes politicamente também.

Já a política do café-com-leite foi consequência da dominação das oligarquias. Neste contexto, fora formada uma aliança entre São Paulo, mais forte economicamente e maior produtor de café, e Minas Gerais, maior polo eleitoral e maior produtor de leite, culminando com a dominação da política nacional por parte destes Estados durante boa parte da Primeira República. (DE OLIVEIRA, 2016 p. 72)

Conforme DE OLIVEIRA (2016) “Nesse regime, revezavam-se na presidência da República representantes do Partido Republicano Paulista (PRP), com o apoio dos mineiros, e do Partido Republicano Mineiro (PRM), com o apoio dos paulistas” ou seja, a união dos governantes Paulistas e Mineiros, escolhia um candidato a presidência e ambos os estados o elegiam, por meio de eleições direcionadas, manipuladas pelos coronéis e revezavam-se no poder sempre um candidato paulista e posteriormente um candidato mineiro, apenas em 1910 com a eleição de Hermes da Fonseca, que era gaúcho em 1910, quebrou a constância da política do café com leite, uma vez que se tratava de um candidato militar que não era nem paulista e nem mineiro.

## O MOVIMENTO TENENTISTA.

O movimento tenentista teve essa nomenclatura devido ser composto por oficiais de baixa patente na maioria tenentes e praças, a revolta deles teve início pelas más condições de trabalhos e descaso do governo federal para com as forças armadas.

O decreto no 330, de 12 de abril de 1890 promulga o regulamento que reorganiza o ensino militar adequando-o aos novos tempos republicanos. Assinado pelo Ministro da Guerra Benjamin Constant e pelo chefe do governo provisório marechal Deodoro da Fonseca, o decreto explicitava o novo sentido do ensino militar dando destaque a condição do soldado como cidadão armado e munido de uma educação científica que o habilita para exercer seus deveres não apenas militares, como sociais também. (MARCUSO 2015)

Originou-se nesta época o termo: “soldado Cidadão” que consistia em ensinar na escola militar os valores de cidadão, e não somente valores militares, ou seja, o militar além de todo o seu treinamento militar preparatório para situações reais de guerra, ainda se era ministrado aulas referentes a cidadania visando preparar também o indivíduo para que vivesse em sociedade e soubesse se portar, incluindo a ciência de seus deveres e direitos.

Quanto mais se aprofundava a formação técnica dos militares, maior também era a coesão entre seus membros. Esse aspecto, que o autor chama de espírito de corpo, seria o principal responsável pela crescente institucionalização das forças armadas e, conseqüentemente, o fator que motivou a busca de maiores espaços de interferência e participação política dos membros do Exército na sociedade. (FAGUNDES Apud CARVALHO, 2005).

Vendo dessa forma, o soldado brasileiro estaria preparado para aperfeiçoamento da arte da guerra sem desviá-lo dos seus deveres como cidadão. (VITOR, 2020 p. 64).

Com o Regulamento Militar de 1913, criou-se a Escola Militar do Realengo, Instituição de formação de oficiais de onde saíram alguns dos principais líderes do movimento tenentista, como Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora e Antônio de Siqueira Campos. Buscava-se com a nova escola construir a formação dos oficiais de modo a aliar uma sólida formação teórica com a prática. Entretanto, velhos problemas enfrentados pela corporação desde o século XIX, como as condições precárias de infraestrutura, continuavam existindo. (VITOR, 2020 p. 64)

O movimento tenentista teve início na escola de realengo, no Rio de Janeiro e basicamente tinha por objetivo inicial lutar contra o voto do cabresto, o coronelismo bem como contra as condições sucateadas do exército na época, “Situações como esta seriam exploradas por oficiais descontentes com as condições materiais do Exército tanto nos movimentos de 1924 quanto em 1925 e 1930” (COELHO, 2000).

O início da década de 1920 no Brasil foi um período marcado por um processo cada vez mais evidente em relação às contradições do sistema republicano, especialmente do ponto de vista político e econômico. A manutenção da política dos governadores e a centralização das decisões com o comando da República concentrado e alternado apenas com representantes da região sudeste do país, além de um processo eleitoral fraudulento e excludente, fazia com que as fissuras do sistema implantado em 1889 ficassem cada vez mais evidentes. (VITOR, 2020 p. 67).

Evidentemente, que o País era governado apenas pelo sudeste, a política do “Café com Leite”, era tão forte que o Brasil ficava politicamente “de joelhos” para dois estados mais fortes, e todos os outros apenas assistiam não tinham voz nem poder para modificar esse formato, o regime que perdurava se mostrava bem fraudulento e imposto pelo totalitarismo social que emanava dos mais poderosos e os menos favorecidos, eram apenas número e massa de manobra, serviam para enriquecer e empoderar cada vez mais os senhores dominantes, e os militares acreditavam que poderiam rebater esse sistema, Para VITOR, (2020) “Além de disporem das armas, estavam organizados em uma instituição de caráter nacional estabelecendo contatos por todo o país. Tinham também um nível cultural acima da média, o que lhes facilitava assumir a liderança das massas urbanas”.

Em 1922, a leitura do Brasil restringia-se ao olhar da caserna para fora, ou seja, da instituição militar para a situação política do regime oligárquico. Embora tenham irrompido de um cenário social conturbado, os militares que subverteram no Forte de Copacabana tinham como pretensão a defesa corporativa em retaliação ao então candidato à presidência da República, Artur Bernardes, utilizando-se de um confronto direto com a oligarquia dominante. (VIVIANI, 2009 p. 13).

No ano de 1922 o candidato Artur Bernardes era o escolhido dos estados “café com Leite”, seria escolhido para suceder o então presidente em exercício Epitácio Pessoa, porém o Movimento tenentista ganhava força entre os milicianos e tinha por objetivo inicial evitar que Arthur Bernardes concorresse às eleições, “Os tenentes entendiam que o uso da luta armada seria o único caminho possível para a tomada do poder político, por isso, a ação dos tenentes foi rápida e violenta”. (FAGUNDES, 2010 p.132).

O objetivo do movimento era a deposição do presidente Artur Bernardes, além das mesmas bandeiras levantadas em 1922 relacionadas à estrutura e condições das Forças Armadas. Também se continuava a oposição ao sistema republicano baseado no controle das elites políticas e econômicas, reivindicava-se o voto secreto e a moralização do sistema político. (VITOR, 2020 p. 70).

Devido a falta de amparo às forças Armadas, onde não se tinha a mínima estrutura para continuar funcionando, onde estavam praticamente sucateadas, o presidente indicado pela elite, então Bernardes era tratado com grande hostilidade entre os militares, estes eram vistos como o último recurso contra o sistema, “Utilizava-se a ideia de que eles representavam uma força regeneradora que haveria de retomar a moralidade das instituições, algo que era recorrente em outros manifestos e cartas trocadas entre os rebeldes” (VITOR, 2020 p. 71), Por mais que não fosse tão poderoso quanto se achavam que eram, os militares rebelados acreditavam poder colocar fim à dominância da elite, e conseguir uma eleição justa democrática, de alguém que pudesse olhar por eles e os representar.

Se durante muito tempo o Exército foi encarado como um “antro de desordeiros e bandidos” essa situação sofreu uma substancial modificação a partir de uma série de iniciativas que pretendiam qualificar, equipar e formar as Forças Armadas brasileiras. Dentre essas iniciativas duas teriam sido fundamentais para ampliar e dar maior capacidade técnica para os militares: os Jovens Turcos (estágio de oficiais brasileiros na Alemanha) e a missão francesa no Brasil. (FAGUNDES, 2010 p. 130).

No entanto, houve um projeto onde oficiais brasileiros estagiaram na Alemanha, e alguns franceses no Brasil, isso fez com que a imagem marginalizada dos militares desse espaço para uma imagem mais honrosa, e tecnicamente iniciou-se uma grande fase de capacitação dos militares.

Apesar de conseguirem controlar a capital (São Paulo) os tenentes foram duramente atacados pelas forças leais ao presidente da república. Após várias semanas de combates, os tenentes, que esperavam apoio de outras tropas que deveriam ter se rebelado pelo país, receberam um ultimato das tropas do governo para se retirarem de São Paulo ou então a cidade seria bombardeada. (FAGUNDES, 2020 p. 132).

A maneira como Bernardes tratou os opositores, principalmente os militares, com a prisão, a expulsão do Exército e a negação da anistia reforçou a sensação da impossibilidade de uma saída legal e da necessidade de reforma da Constituição, que antes diziam defender (DE CARVALHO Apud CARONE, 1975).

## AS CARTAS FALSAS.

Em 1921, a frente republicana composta pelos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro apoiaram Nilo Peçanha para a presidência da república, no intuito de romper com a política oligárquica paulista/mineira (TEIXEIRA, 2022 p. 03), dessa forma, Nilo Peçanha iria concorrer com Arthur Bernardes, e a vantagem devido ao poder econômico e político

dos estados de Minas Gerais e São Paulo, era total de Bernardes, e sua vitória era quase que certa, porém a imprensa na época tinha um grande impacto político.

A pressão sobre o governo aumentou após Eptácio Pessoa indicar para sua sucessão o até então Presidente de Minas Gerais, Artur Bernardes. A indicação causou revolta nas classes militares intermediárias, que viam em Artur Bernardes um representante da velha oligarquia mineira. Em resposta, os militares orquestraram o episódio conhecido como “cartas falsas”, como estratégia para desgastar a imagem de Artur Bernardes para com as Forças Armadas, atribuindo a ele uma personalidade de “inimigo do exército” (TEIXEIRA, 2022 p. 03).

E a estratégia de espalhar falsas cartas publicadas em jornal para que a imagem do candidato mineiro fosse manchada, deu certo, funcionou ainda melhor que o esperado, mesmo após desmentidas pelo próprio Arthur Bernardes, sua reputação continuou maculada.

A imprensa foi, durante a década de 20, um dos principais canais de expressão do reformismo e inconformismo existentes com a situação política reinante. Apesar da existência de inúmeros jornais fiéis ao governo, havia uma significativa imprensa oposicionista que representava um espaço para uma luta simbólica onde os interesses e ideais reprimidos podiam se manifestar (TORRES, 2010 p. 24).

Esses jornais opositores do governo eram a única forma de divulgação em favor dos revoltosos, e as “fake News” que foram espalhadas pelo Correio da Manhã serviam de estopim para potencializar e acelerar o movimento.

O caso das cartas falsas, devemos lembrar, foi quando o Correio da Manhã divulgou cartas que supostamente teriam sido escritas pelo próprio Arthur Bernardes. Estas cartas teriam um conteúdo que atacaria Nilo Peçanha, Eptácio Pessoa e especialmente as forças armadas. Sua repercussão foi imensa, aumentando a base de apoio da Reação Republicana. (TORRES, 2010 p. 27).

Os Impressos eram a alma da imprensa brasileira, tendo em vista que o rádio ainda não estava presente no país, O jornal O Correio da Manhã, era um periódico de muita repercussão e impacto político.

O Rádio somente chegaria ao País em meados da década de 20 e ainda precisaria de alguns anos para se difundir efetivamente. O cinema havia chegado ao País alguns anos antes do Rádio, mas necessitava de aperfeiçoamentos tecnológicos e não tinha se propagado pelo País, da mesma forma que a Imprensa escrita. Portanto, o peso político dos jornais naquele período era muito grande, maior do que nós habitualmente poderíamos conceber (TORRES, 2010 p. 27).

O Correio da Manhã publicou diversas cartas supostamente escritas por Arthur Bernardes, onde ele insultava vários militares, ofendiam diretamente ao General Hermes da Fonseca e aos demais apoiadores dele.

O episódio das Cartas Falsas funcionou como uma nova “Questão Militar” e catalisou um apoio mais generalizado dos militares à Reação Republicana (Ibidem). Trazidas à tona pelo jornal oposicionista *Correio da Manhã*, em outubro de 1921, as cartas teriam sido escritas por Artur Bernardes e portavam ofensas diretas a Hermes da Fonseca e a demais oficiais e praças apoiadores. (DE CARVALHO, 2020 p. 432).

Veja abaixo o teor de uma das cartas que teriam sido escritas pelo candidato “Café com Leite”;

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use toda a energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina [...] A situação não admite contemporizações: os que forem venais, que é quase a totalidade, comprá-los com seus bordados e galões (FAUSTO, 1995, p. 306).

A repercussão das Fake News em questão, criou uma grande desaprovação da população do Rio de Janeiro para com Bernardes, acreditando-se que ele teria escrito tais cartas, “A revolta dos militares encontrou apoio da população carioca. Uma semana depois da publicação das cartas, Bernardes viajou ao Rio de Janeiro para ler sua plataforma de governo. Foi recebido com uma chuva de tomates e ovos podres”. (TORREZAM, 2007, p. 11). Após ser eleito Arthur Bernardes puniu severamente os militares amotinados, todos os revoltosos “A maneira como Bernardes tratou os opositores, principalmente os militares, com a prisão, a expulsão do Exército e a negação da anistia reforçou a sensação da impossibilidade de uma saída legal e da necessidade de reforma da Constituição, que antes diziam defender” (CARONE, 1975).

O Presidente após toda a história das cartas negou que tenha escrito uma sequer, apontou que vários erros de grafia que ele próprio não cometeria para tentar provar que não se tratava do autor e ao ser questionado sobre autoria das cartas, Arthur Bernardes defendeu-se apontando erros de português na escrita delas afirmando: “Meu pai, português severo, nunca me permitiria coisas desse tipo” (HISTÓRIA DO BRASIL, 1970, p.160).

## A REVOLTA DO FORTE DE COPACABANA

Marechal Hermes teve sua prisão decretada no dia 05 de junho de 1922, acusado de conspiração contra a pátria, e seu filho Euclides, comandou a revolta do forte de Copacabana, onde os revoltosos atacaram a fortaleza, bombardeando a baía de Guanabara.

Para NUNES (2019) ninguém seria capaz de deter o estopim do movimento tenentista. No Forte de Copacabana, o comandante e filho de Hermes da Fonseca – Euclides Hermes da Fonseca – avisou que a fortaleza iria se revoltar, na mesma data, precisamente à 01 hora da manhã, segundo entrevista de Delson da Fonseca, que foi um militar presente no forte de Copacabana no dia da revolta e foi entrevistado por NUNES em 2019.

Horas após o início do levante, Delso da Fonseca se recolheu dentro da cúpula do 190mm para repousar. Seus companheiros, Silvino Elvídio e Euclides Hermes aprontaram o canhão e refizeram, cuidadosamente, os cálculos. Ambos pretendiam atingir o Quartel-general do Exército, na ala esquerda, com a esperança de que o projétil lançado destruísse a sala e a mesa onde fora assinada a prisão do marechal Hermes. (NUNES, 2019 p. 12).

Para NUNES (2019) “O clima tornava-se mais tenso e os revolucionários se alimentavam com bravura em excesso”, O espírito e corpo presente na caserna faz com que os militares lutem até a morte uns pelos outros e não se entregue jamais, e esse espírito militar alimentou a sede de revolução dos militares revoltados.

De acordo com Hélio Silva e Glauco Carneiro, o tiro que acordou a capital federal às 1h20 da madrugada do dia 5 de julho partiu da cúpula do canhão 190mm, destoando do relato de Delso da Fonseca, no qual afirma que era comandante da cúpula do canhão 150mm, onde liderava 32 homens, e foi o artilheiro responsável pelo primeiro disparo do levante, em direção à Ilha de Cotunduba, como sinal de sublevação, tendo como alvo posterior o Quartel-General do Exército onde desferiu quatro tiros. (NUNES, 2019 p. 11).

Delso da Fonseca, durante a revolta do forte, não participou da chamada marcha dos 18 do forte de Copacabana, teria se rendido e foi preso, acabou cumprindo sua pena em Ilha Grande escapou da prisão em 1925.

O tiro partiu e alcançou os fundos da Light & Power – multinacional responsável pelo funcionamento dos bondes e fornecimento de eletricidade – na rua Barão Félix, vitimando Maria da Graça Monteiro, de 24 anos de idade, seu filho Manoel, de dois anos e um empregado da light, Alberto Alvares Gomes, soterrado pelos escombros. (NUNES, 2019 p. 12).

Pandiá Calógeras era um civil que ocupava o cargo de ministro da guerra no governo Epiácio Pessoa, ficou responsável de tentar dialogar com o capitão Hermes e pleitear o fim da revolta.

No Forte, Calógeras propôs ao capitão Euclides Hermes um diálogo visando o fim do levante. “Chiru”, apelido colocado pelo marechal Hermes, após conversas com os oficiais da Fortaleza, onde os mesmos justificaram o fato de Euclides possuir família, se retirou da mesma, ficaram no Forte os oficiais Eduardo Gomes, Nilton Prado e Mário Carpenter, dois sargentos-eletricistas, um cabo, algumas praças e quatro civis, resultando em 28 pessoas (NUNES, 2019 p. 14).

Os Militares de alta patente não aderiram ao movimento tenentista, o nome veio devido a isso, apenas os oficiais subalternos e praças compunham o exército que batia de frente ao governo, ao lado do governo estavam os oficiais de alta patente bem como a tropa legalista fiel ao presidente, o capitão Euclides Hermes da Fonseca recebeu ultimato do ministro da guerra Pandiá Calógeras, para que se rendesse e que colocasse fim ao movimento, onde após uma longa conversa Euclides rendeu-se e foi levado como preso por Calógeras.

Euclides, encontrando-se preso, após se reunir com Calógeras e definir termos, transmitiu a ordem de rendição imediata ao Forte de Copacabana. Os oficiais liderados por Siqueira Campos – que queria explodir o Forte com todos dentro –, ao receberem a ordem vinda diretamente do seu comandante, resolveram abandoná-lo visando a preservação do mesmo e a integridade do bairro de Copacabana, bem como o enfrentamento com as tropas legalistas (NUNES, 2019 p. 14).

Após a rendição de Euclides, este deu ordem para que os revoltosos abandonassem o forte e se entregassem às tropas legalistas, propondo assim o fim da revolta, onde os tenentistas desistiram de explodir o forte, a explosão causaria grandes danos a cidade.

Após o fim do ataque ao forte, a bandeira Nacional foi partida em 28 pedaços representando os últimos 28 homens ainda vivos e não rendidos, que o fragmento do capitão Euclides foi também contabilizado.

A bandeira do forte foi fragmentada em vinte e oito pedaços, destinados a cada militar que restara e ao capitão Euclides Hermes, que se encontrava preso. Com a polvorosa marcha, se juntou ao grupo o civil Octavio Correia, que morava em Paris e passava férias no Rio. E, assim, iniciaram a marcha da morte pela avenida Atlântica, aos gritos de “Viva o Exército, viva o marechal Hermes, vivam os defensores do Forte de Copacabana”, sendo respondidos pelos populares que os acompanhavam” (NUNES Apud SILVA, 2004, p.105).

Porém desses 28 revoltosos, 17 apenas restaram a marchar pela avenida atlântica, em uma marcha para a morte, quando um civil de nome Octávio Correia se juntou soa militares, ainda para NUNES (2019) “Voluntários da morte buscavam um fim honroso para suas carreiras militares. Esse fim se originou no encontro entre os revoltosos e as forças legalistas: dezoito homens enfurecidos e cheios de coragem contra aproximadamente 3.000 soldados”.

Heroicamente os 18 do forte de Copacabana, que receberam essa denominação pelos jornais da época, marcharam para a morte certa, foram aniquilados por aproximadamente 3 mil soldados que compunham a tropa do governo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca do que visualizamos no trabalho, muitos fatores foram causadores do movimento tenentista e posteriormente da revolta de Copacabana, desde a situação social que o país vivia, onde eram dominados pelo Coronelismo e pela situação política de “sempre os mesmos”, onde o voto do cabresto garantiam a continuidade da política do “Café com Leite” fazendo com que o país todo fosse representado por São Paulo e Minas Gerais, somado com as más condições em que as forças armadas se encontravam, praticamente abandonadas financeiramente pelo governo ano após ano, presidente após presidente e nada mudava, os então militares de baixa patente como eram chamados, criaram o movimento tenentista que foi uma grande revolta contra o governo, ganharam muito apoio popular e eram vistos como única esperança para mudar o cenário que perdurava.

Os revoltados atacaram o forte de Copacabana em 1922, porém foram facilmente derrotados pelas tropas legalistas, os últimos sobreviventes 28 já com seu líder Euclides, preso, acabaram marchando para morte restando apenas 17 militares e 1 civil, foram brutalmente derrotados e mortos na via pública.

Podemos concluir que na época as cartas falsas de Bernardes foram a peça chave para que tudo ocorresse da forma que ocorreu, esse modelo de “Fake News” foi crucial para que o movimento tenentista e os opositores de Arthur Bernardes pudessem ter força suficiente para desencadear a Revolta.

## Referências Bibliográficas:

Bernardo, J. da S. (2019). O FIM “MELANCÓLICO” DA “REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE” (1922-1930). **Das Amazonas**, 2(1), 17–30. Acesso em 12. Out.22 disponível em:

HYPERLINK "<https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3065>" \h  
<https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3065>

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. **História geral da civilização brasileira**, v. 3, p. 180-234, 1977.

COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: **Record**, 2000.

DE CARVALHO MACEDO, Allony Rezende. Passado, presente e futuro: revisitando as origens do Tenentismo e o nacionalismo autoritário das décadas de 1910 e 1920. **Revista Crítica Histórica**, v. 11, n. 21, p. 417-446, 2020. Acesso em 12. Out.22 disponível em:  
HYPERLINK "<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/10053>" \h  
<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/10053>

DE OLIVEIRA, Carmen Gabrielli Ferreira; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. Coronelismo e direito eleitoral na Velha República. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506**, v.13, n.2, 2016. Acesso em 12.Out.22 disponível em:  
<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/715>

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento Tenentista: um debate historiográfico. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 127-133, 2010. Acesso em 12. Out.22 disponível em:  
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9223>

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995. História do Brasil – Grandes Personagens, a vida e a obra dos homens que fizeram a história. Arthur Bernardes – o começo do fim da República Velha. Fascículo 48. São Paulo: Abril Cultural, 1970.

NUNES, Julio Cesar Alves Pereira. A GÊNESE DO MOVIMENTO TENENTISTA E O “PRIMEIRO 5 DE JULHO”. 30º Simpósio Nacional de História Recife: **Associação Nacional de História** – ANPUH-Brasil, 2019. Acesso em 13.Out.22 disponível em:

[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553191639\\_ARQUIVO\\_ARTIGOJULI OC ESAR-ANPUH.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553191639_ARQUIVO_ARTIGOJULI OC ESAR-ANPUH.pdf)

VITOR, Amilcar Guidolim. A gênese do tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República. Vozes, Pretérito & Devir: **Revista de história da UESPI**, v. 10, n. 1, p. 59-78, 2020. Acesso em 12.Out.22 disponível em:

<http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/238>

VIVIANI, Fabrícia Carla. A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932). Repositório Institucional UFSCar 2009. Acesso em 12. Out.22 disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/970>

TEIXEIRA, M. (2022). Julho de 1924: a “Revolta Esquecida” na cidade de São Paulo.

Revista de História da UEG, 11(01), e 112213. Acesso em 12. Out.22 disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/12308>

<https://doi.org/10.31668/revistaueg.v11i01.12308>

TORRES, Pedro Henrique Lessa et al. **A estratégia política do Correio da Manhã na campanha presidencial de 1922**. 2010. Acesso em 12. Out.22 disponível em:

<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13180>

TORREZAN, Alexandre. A contrapropaganda como arma na campanha eleitoral de 1922 à presidência do Brasil. In: **V Congresso Nacional de História da Mídia**, São Paulo. 2007.

Acesso em 12. Out. 22 disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0103-1.pdf>

# Elementos da Cultura Estratégica no Brasil

Alexandre Luiz Alves da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Quando são estabelecidas relações entre nações é fundamental que se entenda as intenções, os objetivos e as prioridades existentes para que se estabeleça uma linha de planejamento visando identificar as ações que serão necessárias para que cada nação possa construir sua própria estratégia nacional. Esse processo precisa ser permanente, contínuo e cíclico, identificando forças, fraquezas, vulnerabilidades e as oportunidades existentes. Von Clausewitz elencou conceitos de estratégia que fariam de sua obra um diferencial nesta discussão, no entanto, ainda não existiam trabalhos acadêmicos sobre a influência da cultura interna de cada nação na construção de sua própria estratégia. Esta situação impediu um melhor entendimento quando se tratou da questão da Segurança e Defesa no domínio das Forças Armadas (FFAA). Desta forma, observando a evolução na construção das culturas nacionais ao longo dos anos, e a percepção elaborada por meio da produção de importantes trabalhos acadêmicos sobre o assunto, tornou-se necessário identificar quais elementos poderiam ser efetivamente considerados como integrantes da cultura estratégica do Brasil. Este artigo tem este objetivo.

**Palavras-Chave:** Nação, Cultura Estratégica, História, Geografia, Defesa.

**ABSTRACT:** When relations between nations are established, it is essential to understand the intentions, objectives and existing priorities so that a planning line can be established to identify the actions that will be necessary so that each nation can build its own national strategy. This process needs to be permanent, continuous and cyclical, identifying strengths, weaknesses, vulnerabilities and existing opportunities. Von Clausewitz listed strategy concepts that would make his work a differentiator in this discussion, however, there were still no academic works on the influence of each nation's internal culture on the construction of its own strategy. This situation prevented a better understanding when it came to the issue of Security and Defense in the field of the Armed Forces (FFAA). In this way, observing the evolution in the construction of national cultures over the years, and the perception elaborated through the production of important academic works on the subject, it became necessary to identify which elements could be effectively considered as integral to Brazil's strategic culture. This article has this objective.

**Keywords:** Nation, Strategic Culture, History, Geography, Defense.

---

<sup>1</sup> Doutor (2018) e Mestre (2011) em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, Brasil. Foi docente e pesquisador convidado na Escuela Superior de Guerra "General Rafael Reyes Prieto", Colômbia. 2022-2024. <https://orcid.org/0009-0006-0095-1617> . alexfuz2004@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

Nas relações estabelecidas entre as nações ao longo dos anos, tornou-se desejável entender como algumas etapas foram definidas, as intenções envolvidas, os objetivos almejados, os níveis de prioridade para cada objetivo, como seria realizado o planejamento para que esses objetivos fossem alcançados e, com base nesse planejamento, quais ações necessárias poderiam ou deveriam ser implementadas para que cada nação pudesse construir sua própria estratégia nacional. Todavia percebe-se que estas etapas foram definidas sem que houvesse um conceito ou um esquema de ideias que permitisse a construção de um processo sistêmico que fosse permanente, contínuo e cíclico, o que muitas vezes impossibilitava a identificação precisa das forças, fraquezas, vulnerabilidades e oportunidades existentes à nação.

A partir de 1815, o general prussiano Von Clausewitz<sup>2</sup>, após ter vivenciado o campo de batalha em diversas ocasiões, quando combateu as tropas francesas durante as Guerras Napoleônicas<sup>3</sup>, teve a oportunidade de iniciar o trabalho acadêmico de sua vida, denominado “Vom Kriege”. ou “Da Guerra<sup>4</sup>”, quando elencou conceitos de estratégia que fariam de sua obra um diferencial na discussão sobre a natureza da guerra. No entanto, olhando com mais atenção para este e outros estudos sobre estratégia, atentando para as várias crises regionais ou globais que eclodiram nos séculos XIX e XX, até a década de 70 do século XX, ainda não havia nenhum trabalho acadêmico sobre a influência da cultura interna de cada nação na construção de sua própria estratégia.

Esta situação impediu um melhor entendimento quando se tratou da questão da Segurança e Defesa no domínio das Forças Armadas (FFAA), tão essencial para qualquer nação, e que, no tocante ao Brasil, ganharia maior relevância entre a segunda metade do século XX e, principalmente, no início do século XXI, devido à sua história e ao crescimento geográfico do país até atingir as atuais dimensões continentais, permitindo uma influência regional. Além da história e do espaço geográfico, outras questões também ganhariam importância significativa na formação da cultura estratégica de uma nação.

Observando a evolução na construção das culturas nacionais ao longo dos anos, e a percepção elaborada por meio da produção de importantes trabalhos acadêmicos sobre o assunto, no Brasil, devido à criação do Ministério da Defesa, e a elaboração de documentos que orientam o planejamento de alto nível, tornou-se necessário identificar quais elementos poderiam ser efetivamente considerados como integrantes da cultura estratégica do Brasil. Percebe-se que uma primeira ideia estaria baseada na História e na Geografia; uma segunda, em uma ordem social baseada em costumes já aceitos e consolidados; e ainda haveria uma terceira, baseada nas consequências manifestadas pelos impactos na economia, na sociedade, na tecnologia, nas atividades militares e na política.

No entanto, por ser a História uma disciplina interdisciplinar, neste campo existiriam duas possibilidades de abordagem. A primeira, voltada para a História Geral, e a segunda, foco deste trabalho, exclusivamente para a História Militar. Entendo-se também a Geografia como uma ciência,

<sup>2</sup> Carl Philipp Gottfried von Clausewitz foi um general prussiano do século XIX considerado um dos maiores estudiosos da guerra moderna. Ele serviu na campanha russa contra Napoleão em 1812 e retornou à Prússia em 1815, época em que começou a escrever o que se tornaria sua obra mais influente, *Vom Kriege* (1832).

<sup>3</sup> Série de confrontos militares ocorridos na Europa entre 1803 e 1815, envolvendo tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte e alianças entre nações europeias.

<sup>4</sup> O livro de Clausewitz “Vom Kriege” ou “Da Guerra”, publicado em 1832, tornou-se uma das referências nos estudos sobre estratégia militar. Ele foi o primeiro a usar o termo Estratégia em estudos militares.

poderia-se conjecturar que estes dois campos de estudo, quando isolados, não seriam propriamente os elementos construtores da cultura estratégica do Brasil, mas serviriam como bases de estudo para identificar um conjunto de elementos importantes que seriam incluídos no estudo inicial de um planejamento estratégico.

Após esta abordagem inicial, e com foco no campo das Forças Armadas Brasileiras, no que se refere à Segurança e Defesa, percebe-se que seis elementos constituem a cultura estratégica do Brasil, são aceitos, têm adesão nacional e atualmente servem de base para a construção dos documentos que orientam a Política e Estratégia de Segurança e Defesa do Brasil: Economia, Aspectos Sociais, Tecnologia, Política, Militar e, mais recentemente, Meio Ambiente (Brasil, 2017, p. 8).

Assim, além de desenvolver as bases históricas e geográficas, esses elementos serão mais bem delineados. O referencial teórico utilizado terá como foco apresentar conceitos sobre esses elementos, incluindo os objetivos nacionais presentes na construção da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa. A metodologia incidirá, além de teses acadêmicas, nos documentos de referência, PND, END, LBDN e o Sumário Executivo do Cenário de Defesa 2020-2039.

O artigo será estruturado em quatro seções. Na primeira, serão apontadas algumas referências acadêmicas e teóricas sobre o tema. Um segundo abordará as influências históricas e os aspectos geográficos que contribuíram para a construção da cultura estratégica do Brasil. Na terceira, os elementos que, na percepção do autor, constituem essa cultura e norteiam o atual planejamento do Ministério da Defesa. Na quarta parte, uma breve conclusão.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Somente em 1977, pela importância do tema, Jack Snyder<sup>5</sup> elaborou sua tese e decidiu batizá-la de “cultura estratégica”. Snyder teria cunhado esse termo pela primeira vez em sua obra “A cultura estratégica soviética. Implicações para operações nucleares limitadas”, quando ocorreu a “Guerra Fria” entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS). Ele percebeu que essas nações foram construídas a partir de culturas diferentes e esta situação influenciaria o entendimento de seus povos sobre o uso de armas nucleares em relação à destruição mútua assegurada. Na maioria das teorias, a cultura estratégica desempenha um papel crucial na formação do comportamento do Estado. Assim, Snyder propôs que a cultura estratégica seria a soma de ideias, respostas emocionais condicionadas e padrões habituais de comportamento que os membros da comunidade estratégica nacional adquiririam por educação ou imitação e compartilhariam entre si em torno da estratégia nuclear (Snyder, 1977, p. 8).

Para Gray, em “Perspectives on strategy<sup>6</sup>”, cultura estratégica seria um somatório de ideias e comportamentos, pois todos somos culturalmente educados e programados (Gray, 2013, p. 89). Na percepção dos autores Da Cunha, Appel & de Queiroz, “identidade estratégica e cultura no Brasil

<sup>5</sup> Jack Snyder foi professor de relações internacionais na Columbia University, especializado em estudos culturais estratégicos.

<sup>6</sup> Em tradução livre: “Perspectivas sobre a estratégia”.

contemporâneo”, a cultura é a arte da identidade de um grupo social. Através do elemento cultural, torna-se mais fácil e acessível compreender o que é estratégico e o que distingue a forma de pensar, reagir, comportar-se perante o imprevisto: a isto ele chamou Cultura Estratégica (Da Cunha, Appel & de Queiroz, 2019, p. 25).

Finalmente, Jones, ao elaborar sua tese “Soviet Strategic Culture<sup>7</sup>”, assinala que em um Estado haveria três níveis que interagem na composição de sua cultura estratégica: o primeiro, os básicos, como geografia, elementos étnico-culturais ou sociais e a história; um segundo nível, entendido como intermediário, abrangeria as características socioeconômicas e a estrutura política; e, um terceiro nível, quando haveria uma interação entre instituições políticas e militares. (Jones, 1990, pp. 35-49).

Tendo como referências externas os acadêmicos apontados, faz-se necessário elencar os referenciais teóricos no Brasil, e estes podem ser percebidos após a criação do Ministério da Defesa em 1999 quando, alguns anos depois, em 2008, foram elaboradas a “Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END)<sup>8</sup>”. Em 2012, além da atualização destes dois documentos, foi também elaborado o Livro Branco da Defesa Nacional” (LBDN)<sup>9</sup>. Esses três documentos tornaram-se essenciais para orientar as políticas e estratégias de segurança e defesa que se tornariam pilares para o país. Eles são atualizados a cada quatro anos e em 2020, novas versões foram apresentadas ao Congresso Nacional do Brasil para sua apreciação. Na PND, tendo como referência a cultura estratégica do Brasil, Corrêa observa que um dos objetivos da defesa nacional é sua projeção como importante ator internacional no século XXI, que deve alcançar uma maior inserção do país no cenário global (Corrêa, 2014, p. 32).

Em 2017, no âmbito do Ministério, foi elaborado um Sumário Executivo denominado “Cenário de Defesa 2020-2039<sup>10</sup>”, que teve como objetivo “embasar o processo de planejamento e direção estratégica do Ministério da Defesa e das Forças Armadas com vistas ao cumprimento de suas atribuições legais”. Neste sumário, o objetivo seria “identificar fatos e situações, conjunturais e/ou estruturais, relacionados à segurança e defesa do Brasil, cujas possíveis evoluções possam impactar as atribuições constitucionais e legais do Ministério da Defesa e das Forças Armadas” (Brasil, 2017, p. 7).

Para estruturá-lo, foram elencados “Fatos Portadores do Futuro”<sup>11</sup> (FPF), os quais se ocorrerem poderiam causar algum tipo de impacto no futuro. Esses FPF foram elaborados a partir da História e Geografia do Brasil e dos elementos que, em tese, orientariam a cultura estratégica do País, a saber, as dimensões Econômica, Social, Ambiental, Tecnológica, Política e Militar (Brasil, 2017, p. 8).

Assim, formou-se um referencial teórico que possibilitaria a elaboração de teses que serviriam como base para uma cultura estratégica tipicamente brasileira, todavia, faz-se necessário entender quais seriam as influências históricas e geográficas que também contribuiria para essa construção.

<sup>7</sup> Em tradução livre: “Cultura Estratégica Soviética”.

<sup>8</sup> Disponível em [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf).

<sup>9</sup> Disponível em [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/Versao2012dolivroLBDNemespanhol.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versao2012dolivroLBDNemespanhol.pdf).

<sup>10</sup> Disponível em [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/revista\\_cenario\\_de\\_defesa.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/revista_cenario_de_defesa.pdf).

<sup>11</sup> Em tradução livre - Fatos que transportam para o Futuro. É um fato ou situação que, se ocorrer, poderia provocar algum tipo de problema para ser estudado no futuro.

# Influências Históricas e aspectos Geográficos que contribuem para a Construção da Cultura Estratégica do Brasil

## HISTÓRIA

Olhando apenas para a história militar, no que se refere à formação de uma cultura própria, e mais precisamente, o desenvolvimento ao longo do tempo dos processos decisórios de alto nível em matéria de Segurança, Defesa e Política Externa, a cultura estratégica ganharia importância no campo dos Estudos Estratégicos, e seu principal objetivo seria entender como fatores socioculturais, interligados com fatores Geoestratégicos e Geohistóricos, afetariam os interesses nacionais na consolidação dos objetivos de poder (Romana, 2016, p. 14).

Esse conceito, o de cultura estratégica, introduzido pela primeira vez no meio acadêmico por Snyder, teria sido entendido a partir de um somatório de percepções que orientariam o pensamento sobre as questões estratégicas nacionais, influenciando a forma como essas questões seriam formuladas. Novamente, para Romana, a busca por um melhor entendimento, ao estudar o conceito de cultura estratégica, contribuiria para a análise dos processos decisórios aplicados aos diversos cenários de Segurança e Defesa que surgiram após a Segunda Guerra Mundial (Romana, 2016, p. 14). Assim, no campo da história militar, entende-se que é imprescindível observar as tomadas de decisão ao longo dos anos no Brasil, devido à contribuição que elas teriam na formação da cultura brasileira, principalmente quando a coroa portuguesa chegou ao Brasil em 1808, e a subsequente independência desta colônia de Portugal, alcançada em 1822.

A partir deste contexto, durante o mandato do Príncipe Regente D. João VI, que fugiu de Portugal para o Brasil, na ausência das forças armadas brasileiras, pois estas ainda não existiam, para garantir a segurança da coroa portuguesa, do comércio e do próprio território, ele criou um Ministério da Marinha e do Ultramar, transformou sua Brigada de Marinha Real (BRM) em Regimento de Artilharia, ao mesmo tempo que promoveu a reorganização do Arsenal de Marinha e a instalação da Armada Academia e Guardas da Marinha no Mosteiro de São Bento (Carvalho, 2003, p. 6).

Nesse campo, a incipiente Marinha criada naquele período desempenhou importante papel na formação cultural dos cidadãos nascidos no Brasil que, movidos por um ideal de liberdade, possibilitaram a formação de um sentimento de unidade que afrontava os portugueses nas lutas pela independência, com a intenção de preservar o recém-criado Estado brasileiro e desenvolver uma cultura local (Corrêa, 2014, p. 30).

É interessante notar que as Forças Armadas (FFAA), Marinha e Exército, recém-criadas e tipicamente brasileiras, ainda careciam de significativa força e presença em todo o território nacional, e nelas ainda não havia representação da sociedade, já que a maioria de seus integrantes eram portugueses que chegaram com a família real. Havia também um notável “descaso” da coroa portuguesa para com o Exército após a Independência do Brasil em 1822, pois essa força tornou-se uma ameaça à estabilidade política do novo sistema de governo, devido à presença de portugueses

junto ao oficialidade e a indisciplina dos soldados, que participavam de motins, arruaças e tumultos no período regencial. Tais aspectos eram causadores de profundas desconfianças junto a sociedade política, que temia a restauração do antigo regime (Ferrer, 2005, p. 122).

Os sucessos e fracassos ocorridos durante os eventos bélicos naquele período, não foram registrados, assim como as experiências ou as lições aprendidas. Visando um programa de preparação das FFAA da época, representadas pela Marinha e Exército, existiam lacunas que em nada contribuíam para a formação de uma cultura estratégica. Desta forma, o Duque de Caxias<sup>12</sup>, durante a campanha militar no Paraguai (1864-1870) tomou a decisão de reorganizar o Exército (Eakin, 2014, p. 46).

Percebe-se que o governo central cometeu repetidos erros na administração interna das FFAA, o que contribuiria para um período de guerra contra o Paraguai supostamente mais longo do que o necessário, e as lições aprendidas durante esta guerra também não foram consideradas na construção de uma cultura própria. Um fato que comprova essa percepção foi o que aconteceu alguns anos depois, quando outro conflito interno aconteceria no Brasil, a “Guerra de Canudos”<sup>13</sup> (1893 a 1897). O Exército teria novamente muitas dificuldades, principalmente as relacionadas à logística de transporte, o que confirma a falta de uma absorção interna dos conhecimentos adquiridos nos eventos anteriores.

Percebendo seus erros, o despreparo operacional e a consequente perda desnecessária de vidas, o Exército, por meio de alguns integrantes, iniciou estudos visando mudar o que era necessário e realizar reformas, as quais, no início do século XX, no decorrer da “Guerra do Contestado” (1912 a 1916) permitiu mudanças efetivas. Relativo às tropas, os ajustes foram feitos na dotação de melhor material e na preparação dos homens a partir das experiências adquiridas, o que possibilitou a absorção de conhecimentos que influenciaram a criação de uma cultura estratégica de planejamento de alto nível, que se tornaria essencial para que as FFAA conseguissem uma melhor reorganização (Calaza, 2012, p. 74).

No maior conflito armado que ocorreria no século XX, a Segunda Guerra Mundial, não havia previsão de envio de soldados brasileiros para solo europeu, apesar de as tropas estarem mais bem preparadas. No entanto, essa preparação tinha como objetivo seu uso para proteger o território brasileiro, ou seja, em um ambiente que envolvia o entorno do país na América do Sul. A estratégia para o emprego de tropas no Brasil no exterior ainda carecia de conhecimentos necessários para atuar nas condições que existiam na Europa. Mesmo assim, em 1944, o Brasil enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a guerra a qual recebeu apoio dos Estados Unidos da América, desempenhando importante papel no Teatro de Operações na Itália. Com as experiências adquiridas nesta guerra, as FFAA do Brasil teriam um grande contingente militares que poderiam promover internamente mudanças estruturais para a construção de uma cultura estratégica de segurança e defesa do Brasil.

No entanto, naquele período, o presidente governava o país sob um modelo de liderança centralizado, cujo mandato passava de 15 anos no poder, de 1930 a 1945. Ao identificar que os soldados brasileiros que foram ao teatro europeu lutar contra as ditaduras nazista e fascista, ao retornarem ao país, poderiam se tornar “perigosos”, tomou a decisão de ignorá-los, o que contribuiu para o enfraquecimento do Exército e a perda de conhecimentos adquiridos em solo europeu, os quais certamente seriam fundamentais para a constituição de uma cultura estratégica tipicamente brasileira.

<sup>12</sup> Duque de Caxias (Luís Alves de Lima e Silva) é o Patrono do Exército brasileiro. Disponível em [https://www.ebiografia.com/duque\\_caxias/](https://www.ebiografia.com/duque_caxias/).

<sup>13</sup> Aconteceu no acampamento de Canudos, interior da Bahia. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/guerra-de-canudos/>.

Um exemplo dessa situação foi relatado por Eronides João da Cruz, 93 anos, que lutou na Itália pela Força Aérea Brasileira (FAB). Relata Cruz...

“O preconceito falou alto. Um mês depois da recepção, o que restou foi um “pé na bunda”. “Eles não queriam usar as técnicas que aprendemos. O governo Vargas tinha medo de ter um Exército experiente para tirá-lo do poder”, diz Eronides. A historiadora Carmen Rigoni confirma essa teoria. “O governo tinha medo de ser derrubado pelos membros da FEB” (Antonelli e Dos Santos, 2015, par. 6).

Na década de 60, o Brasil enviaria tropas à República Dominicana (RD), compostas por pessoal da Organização dos Estados Americanos (OEA), chamada Força Interamericana de Paz (FIP), com o objetivo de contribuir para o apaziguamento do conflito interno que era travado naquele país. Muitos conhecimentos adquiridos foram perdidos no tempo.

Dessa forma, conclui-se, ainda que parcialmente, que, historicamente, apesar de o Brasil ter participado de diferentes conflitos a partir do século XVIII até a segunda metade do século XX, tanto internamente quanto em teatros de operações no exterior, teria faltado sensibilidade a seus integrantes para, após adquirir conhecimentos, internalizá-los e registrá-los para deixá-los como legado para as gerações futuras. Isso certamente contribuiria para a formação de uma cultura estratégica ao longo dos anos e permitiria ao país se projetar com mais propriedade nos cenários geopolíticos que se apresentavam tanto no âmbito global, quanto no regional, principalmente no seu entorno estratégico como integrante da geografia da América do Sul.

## GEOGRAFIA

Quando observamos a evolução continental do Brasil ao longo de sua História, percebe-se que no período entre 1500 e 1822, quando ainda era uma das colônias de Portugal, houve um crescimento territorial espantoso. No início do século XVIII, tendo alcançado a sua independência, fazia fronteira com várias colônias do Império Espanhol. Nos dias atuais...

“O Brasil possui um território de cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, uma área oceânica denominada Amazônia Azul com 5,7 milhões de km<sup>2</sup>, um litoral com extensão de aproximadamente 7.500 km e, ainda, mais de 17.000 km de fronteira terrestre e fronteiras com: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, bem como a Guiana Francesa (Departamento Ultramarino da França)” (Brasil, 2022, p.17).

No entanto, apesar de ter a maior área territorial da América do Sul e uma das cinco maiores do mundo, ao longo de sua história, o Brasil esteve bem mais ligado e deu mais atenção ao seu litoral. Desde o período colonial, a maior parte da população brasileira manteve-se concentrada perto do mar, e ainda hoje, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 70% da população brasileira vive em uma área a menos de 200 km do Oceano Atlântico, o que demonstra vocação para o mar (Eakin, 2014, p. 43).

A esse respeito, cabe destacar que alguns fatores contribuíram para a formação do pensamento brasileiro e de sua cultura estratégica no que diz respeito à geografia. A primeira, corresponde a uma demorada interiorização a partir da costa devido às dificuldades impostas pelo relevo, como é o caso do planalto conhecido como Serra do Mar. Percebe-se que sua localização junto à costa atlântica limitava uma maior, melhor e segura interiorização, devido à inexistência de rios entre o litoral e o interior, principalmente nas áreas que hoje formam o Rio de Janeiro e São Paulo. Um segundo aspecto foi a presença de instituições de ensino, em todos os níveis, mais próximas do litoral e em menor número de cidades. Essa situação influenciaria a formação de elites no litoral brasileiro, contribuindo para um melhor e maior desenvolvimento dessas áreas (Eakin, 2014, p. 48). Em seguida, embora não menos importante, um terceiro aspecto corresponde à existência da Cordilheira dos Andes no interior da América do Sul que serviu, e continua servindo, como um grande divisor de áreas entre o Brasil e alguns países de origem espanhola (De Meira Mattos, 2002, p. 59).

Geograficamente, o Brasil é percebido como uma potência regional. Em seu interior existem diferentes biomas que poderiam ser estudados e bem explorados ao longo dos séculos. Um deles, a Amazônia, é, sem dúvida, a que mais chama a atenção no mundo. Rica em recursos minerais, possui a maior biodiversidade do mundo conhecido e sua área geográfica corresponde a cerca de 61% do território brasileiro. No entanto, ainda é uma área com uma taxa de povoação muito baixa. No sul do Brasil encontra-se a Bacia Hidrográfica do Prata, que, bem explorada desde os primórdios do Brasil como colônia, permitiu a penetração no interior do país, possibilitando que seus exploradores chegassem ao centro do Brasil, atingindo o que hoje é conhecida como Região Centro-Oeste. No entanto, esta bacia abrange outros três países - Argentina, Uruguai e Paraguai, o que dificultou a internacionalização devido aos interesses internacionais

Observando os escritos de Eakin (2014), as dificuldades geográficas existentes influenciaram gerações de brasileiros ao longo da história, distanciando o Brasil da cultura existente na América Latina, posicionando-o como um ator externo. São várias as consequências desta experiência histórica.

“Em primeiro lugar, os brasileiros realmente não se vêem como "latino-americanos", exceto quando é politicamente ou economicamente conveniente. Em segundo lugar, os brasileiros tinham apenas uma vaga consciência e interesse do que se passava no resto da América Latina até muito recentemente. Em terceiro lugar, a maior exceção nos últimos duzentos anos a esta negligência e desinteresse tem sido os conflitos com o Paraguai, Uruguai e Argentina - mais espetacularmente, a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Quarto, o Brasil tem sido insular e voltado para dentro em grande parte de sua história. Quinto, desde os anos 1960 e, especialmente, na última década, o Brasil tem jogado em sua herança demográfica e cultural africana para construir uma política e laços com as nações africanas.” (Eakin, 2014, p. 45).

Dessa forma, conclui-se parcialmente que a geografia do Brasil, desde os tempos coloniais, contribuiu para a ausência da formação de uma cultura estratégica tipicamente brasileira, principalmente quando havia dificuldades como ocupação prolongada do interior, presença de elites mais próximas do litoral devido às instituições de ensino, em todos os níveis, criadas em algumas poucas cidades, e à existência da Cordilheira dos Andes, que ainda serve como grande divisor de águas.

## ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CULTURA ESTRATÉGICA DO BRASIL

Entende-se que o conceito de cultura estratégica se tornou uma importante ferramenta que permite uma melhor compreensão da estrutura de uma nação. A compreensão desse conceito, no que diz respeito à natureza da sociedade e sua origem na formação das nações, ajudará a decifrar o modo como elas se comportam como unidades políticas. Ao longo dos anos, este processo dinâmico, permanente e contínuo acrescentou uma série de elementos, à medida que a sociedade evoluiu. Da Cunha entende que isso é fundamental para que uma sociedade se compreenda e tenha a sensibilidade de perceber a si mesma, ou ao grupo ao qual pertence, não como superior, mas como uma entre tantas outras. Isso possibilita aprimorar a execução das políticas internas e externas, o que, portanto, nos leva à proposição relacional direta de que quanto mais lúcida for a percepção da cultura estratégica, mais bem avaliados serão os comportamentos e atitudes em si e nos outros (Da Cunha, 2020, p. 25).

Com um olhar mais para a cultura interna, como já foi pontuado, a História do Brasil e as contínuas conquistas geográficas brasileiras, seja por meio de guerras ou por acordos internacionais, contribuíram ao longo dos anos para a construção de uma cultura nacional no campo das relações internacionais e no campo político, porém, percebe-se que ainda lhe faltava maturidade para absorver e internalizar as práticas positivas que emergiam do campo político, militar, econômico, social e tecnológico para construir sua própria cultura estratégica que permitisse ao país tornar-se uma potência não apenas regional, mas global. Lafer registrou seu pensamento sobre este tópico em 1987 da seguinte forma:

“A harmonização das necessidades internas com as possibilidades externas, ou seja, a proposta de inserção de um país no mundo, é realizada em três importantes campos de atuação: o campo estratégico-militar, que traduz o que um país significa, ou pode significar para outros como aliado, protetor ou inimigo em termos de riscos de guerra e desejos de paz; o campo das relações econômicas, que explica a importância real ou potencial de um país para outros como mercado; e o campo dos valores, que revela a importância de um país como modelo mais ou menos orientado para a vida em sociedade” (Lafer, 1986, p. 1).

Assim, em relação à Segurança e Defesa, desde a percepção elaborada por Snyder em 1977, passando por teses que foram elaboradas por outros acadêmicos em anos posteriores, alguns elementos ganhariam mais destaque quando se estuda a formação cultural estratégica ao redor do mundo e observam-se práticas contínuas que se repetem.

Atento à construção do conceito de cultura estratégica, no campo do Desenvolvimento, a busca pela paz e estabilidade nas relações internacionais requer ações integradas e coordenadas, para reduzir as deficiências estruturais das nações; da Diplomacia, para a conjugação dos interesses conflitantes dos países; e da Defesa, para dissuadir ou enfrentar ações hostis. Estes três pilares – Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa – devem ser explorados com maior ou menor profundidade consoante o caso concreto, de forma a garantir a segurança e a defesa nacionais (Brasil, 2020, p. 21).

Com relação à cultura estratégica do Brasil, com base nessas percepções, e como resultado de práticas e experiências absorvidas em períodos de guerras, intervenções ou situações de desastres ambientais ou naturais, no planejamento a longo prazo do Ministério da Defesa, percebe-se que seis elementos foram identificados como os mais importantes e que melhor atenderia a um conjunto de

objetivos nacionais como desafios. Eles serviram de base para a elaboração de documentos que nortearam a Política e Estratégia de Segurança e Defesa no Brasil a partir da década de 1990, destacando-se os fatores históricos e geográficos do país. No Resumo Executivo “Cenário de Defesa 2020-2039”, elaborado pela Assessoria Especial de Planejamento do Ministério da Defesa, esses elementos básicos, ou principais, foram reunidos sob o nome de “Dimensão”<sup>14</sup>, ou seja, áreas de grande importância que seriam analisadas globalmente, regionalmente, nacionalmente e dentro do próprio Ministério. Essas dimensões seriam divididas em Econômica, Social, Ambiental, Tecnológica, Política e Militar (Brasil, 2017, p. 8).

Desta forma, esses elementos serão apresentados separadamente, porém, sem um grande aprofundamento em suas descrições, objetivando-se que a mensagem principal seja transmitida, mas, ao mesmo tempo, fazendo com que leitores ávidos por conhecimento sejam despertados para uma busca de mais leituras e estudos.

## DIMENSÃO ECONÔMICA

Esta dimensão, não exatamente com esta denominação, permeou a formação dos povos e a construção das nações. Inúmeras lutas ocorridas no passado, e muitas das que ainda estão em curso, elencaram em seu escopo de motivações, razões econômicas como a conquista de mais terras, ou o controle de uma determinada área, com o objetivo de explorar um produto ou comércio que garantisse ao seu proprietário maior poder econômico. Assim, em uma percepção inicial, muitas disputas de poder entre diferentes nações ocorridas no passado se deram principalmente por necessidade econômica.

“As disposições econômicas exigidas pelo campo econômico, como o conhecemos, nada têm de natural ou universal, mas são produto de toda uma história coletiva, que deve ser sempre reproduzida nas histórias individuais. Esta dimensão distingue-se das demais pelo fato de as sanções serem especialmente brutais e a conduta poder ser publicamente atribuída como um fim à procura aberta de maximizar o benefício material individual” (Bourdieu, 2005, pp. 19, 22).

Ao longo dos anos, o fator econômico tornou-se tão importante para o planejamento de alto nível e para a cultura estratégica de uma nação que as análises buscam identificar quais pontos desse elemento farão a diferença. Como resultado do conhecimento adquirido em eventos anteriores, a análise de aspectos relacionados à capacidade de mobilização econômica, especialmente da indústria, certamente será incluída nos planos estratégicos, para apoiar o esforço de guerra de todos os países direta ou indiretamente envolvidos em um conflito, bem como a análise de aspectos relacionados à disponibilidade de recursos econômicos na área de responsabilidade (Brasil, 2017, p. 42).

Culturalmente, ao observar as interações entre as nações, e como foi construída a cultura estratégica de cada uma delas, deve-se tentar entender se o processo de globalização continuará, devido ao crescimento econômico dos países emergentes, ou se sofrerá algum tipo de resistência devido a

<sup>14</sup> Dimensões: são áreas de análise. Disponível em [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/revista\\_cenario\\_de\\_defesa.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/revista_cenario_de_defesa.pdf).

um protecionismo natural motivado por questões relacionadas ao desemprego, industrialização e volatilidade financeira. Deve-se atentar para a expansão global das atividades humanas, decorrente do crescimento econômico e populacional, que levará, sem dúvida, ao aumento da demanda por recursos naturais. Cada país, de acordo com a sua História e a construção da sua cultura, reage de forma diferente, e, observando as práticas adquiridas ao longo dos anos, que se acumulam e se agregam à cultura estratégica nacional, não é possível, de forma alguma, descuidar do acirramento pelas disputas por áreas marítimas, pelo espaço e pelas fontes de água doce, alimentos, recursos minerais, biodiversidade e energia. Tais questões, dentro desse elemento, tornaram-se objetivos nacionais e podem levar à ingerência em assuntos internos ou à disputa de interesses em espaços sujeitos à soberania dos Estados, configurando possíveis cenários de conflito (Brasil, 2020, p. 17).

Os problemas econômicos também causam profunda preocupação. As crises que ocorreram em 1929 devido a “quebra da Bolsa de Valores de Nova York”<sup>15</sup>, ou a “Crise do Petróleo”<sup>16</sup> dos anos setenta, ou ainda, a “crise financeira”<sup>17</sup> de 2008 nos Estados Unidos, serviram, cada uma a seu tempo, como lições para a formação de uma cultura estratégica ampla, e, de forma globalizada, para a busca de soluções para os problemas econômicos por meio de organizações internacionais, inclusive aquelas formadas por nações com diferentes experiências culturais.

## DIMENSÃO SOCIAL

A população mundial cresceu exponencialmente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Essa situação acabaria por forçar a demanda por um número cada vez maior de recursos naturais para garantir a segurança alimentar no mundo. Cada nação, de acordo com sua História e Geografia, em tese, teria como objetivo nacional inclinar-se a desenvolver formas de reagir ao crescimento demográfico com consequências sociais imprevisíveis. Para alguns países como China e Índia, tendo esse fator intrínseco como parte da cultura estratégica os levou a adotar políticas que, no caso dos primeiros, diante do aumento da taxa de envelhecimento no país, foi autorizado a todos os casais terem dois filhos, o que para o segundo, quando aplicado de forma semelhante, o aproxima de ser o país mais populoso do mundo. Esta cultura do quanto mais filhos, melhor, percebida pelos dois Estados como relativamente importante, tem influência significativa nas condições sociais, principalmente quando fazem parte do planejamento estratégico e atuam de acordo com a ideia de que quanto maior a população de uma nação, esta terá maior influência internacional, podendo se tornar um grande mercado consumidor ou contribuir com maior produção nacional a custos menores para o mercado internacional. Situação que em tese poderia fortalecer as capacidades de defesa das nações em desenvolvimento, dando-lhes maior poder de negociação.

No Brasil, a concentração da população e das atividades econômicas em áreas específicas, principalmente próximas ao litoral, gerou brechas demográficas e baixos níveis de atividade econômica

<sup>15</sup> O Crash de 1929, também conhecido como Grande Depressão, foi uma crise econômica que atingiu a economia mundial logo após o colapso da Bolsa de Valores de Nova York. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/crise-1929.htm>.

<sup>16</sup> A crise do petróleo começou quando se descobriu, na década de 1970, que o recurso natural não era renovável. Em consequência disso ou a pretexto do fato, o preço do petróleo sofreu muitas variações a partir dessa década, marcando efetivamente cinco momentos de crise do produto. Disponível em <https://www.infoescola.com/economia/crise-do-petroleo/>.

<sup>17</sup> Foi uma profunda crise de confiança que foi produto de uma cadeia de empréstimos originalmente baseada em crédito imobiliário com base em devedores insolventes que, ao levar os agentes econômicos a privilegiar a liquidez e assim liquidar os seus créditos, levaram os bancos e outras empresas financeiras à situação de falência, mesmo que fossem eles próprios solventes.

em algumas regiões do interior do país, o que representa um desafio de integração e coesão e, portanto, para a própria concepção de Segurança e Defesa Nacional (Brasil, 2020, p. 13). Complementando, do fator psicossocial pode-se observar que a posição da população regional civil, sofrendo influências de características religiosas, culturais e étnicas, influenciam o nível de treinamento permanente das forças de segurança, bem como seu comportamento a partir de uma situação de paz total, uma possível guerra e o desenvolvimento das operações (Brasil, 2017, p. 42).

No planejamento estratégico, com base no conhecimento adquirido e internalizado na cultura estratégica do Brasil, com a necessidade de apurar quais outros eventos podem afetá-lo, destaca atualmente aspectos que, motivados pela pobreza, desigualdade e precariedade na prestação de serviços públicos, são produzidas tensões políticas e sociais que estimulam a ação violenta de grupos de pressão (movimentos sociais) nas diversas regiões do país, sem que representem a probabilidade de ocorrer uma ruptura institucional. No entanto, pode-se notar que instabilidades políticas e sociais podem gerar violência urbana e/ou rural cuja intensidade pode ultrapassar a capacidade de controle dos órgãos de segurança pública, a ponto de exigir a intervenção das Forças Armadas (Brasil, 2017, p. 36).

Outro ponto importante, dentro desta dimensão, refere-se ao narcotráfico, uma vez que o Brasil é um mercado consumidor e serve como um dos principais "canais" para a saída de drogas devido à existência de países produtores e exportadores em seu entorno, como Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru, essa situação causa inúmeros problemas sociais no Brasil e isso pode facilitar a ação de criminosos, devido ao aumento da violência contra agentes públicos e seus familiares. O poder e o *modus operandi* das organizações criminosas transnacionais exigirão uma abordagem multilateral integrada para serem efetivamente combatidas. Devido ao provável aumento de atividades dessas organizações e à deterioração da segurança pública, também é provável que as Forças Armadas aumentem sua participação nas ações de garantia da ordem pública (Brasil, 2017, p. 36). Portanto, a dimensão social, tendo como referência a sociedade em constante evolução, torna-se um dos mais importantes elementos que constituem a cultura estratégica de uma nação e, em particular, da brasileira.

## DIMENSÃO AMBIENTAL

A questão ambiental não era um assunto muito observado até alguns anos atrás. No entanto, devido a um rápido processo de globalização, desastres ambientais nucleares como o ocorrido em Chernobyl<sup>18</sup> em 1986, y Fukushima<sup>19</sup> em 2011, e desastres naturais que cresceram 80% em 8 anos, segundo declaração feita na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU, 2023, p. 14) durante a reunião de Alto Nível sobre a Revisão do Quadro de Desastres de Sendai Redução de risco<sup>20</sup>, fizeram as autoridades mundiais "acordarem" para uma realidade extremamente positiva a fim de as nações procurassem entender melhor os processos que envolvem a natureza.

<sup>18</sup> O acidente de Chernobyl em 1986 foi o maior acidente de reação nuclear da história. Disponível em <https://www.nationalgeographic.es/historia/2019/05/el-desastre-de-chernobil-que-ocurrio-y-sus-consecuencias-a-largo-plazo>.

<sup>19</sup> O acidente nuclear de Fukushima em 2011 ocorreu depois que um terremoto de magnitude 9,0 atingiu a costa leste do Japão. O terremoto foi acompanhado por um tsunami que danificou a usina nuclear de Fukushima Daiichi, causando vazamentos de radiação. Disponível em <https://cnnespanol.cnn.com/2022/03/10/fukushima-terremoto-japon-tsunami-trax/>.

<sup>20</sup> Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2023/05/1814597>.

Um dos processos que passou a ser mais bem acompanhado e que se tornou um dos objetivos nacionais do Brasil, inerente ao meio ambiente e presente em sua cultura estratégica, é a preservação da Amazônia. A enorme extensão territorial, a baixa densidade populacional existente e as dificuldades de mobilidade na região, bem como os seus recursos minerais, o seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que possui, exigem uma presença efetiva do Estado, com vista a garantir a sua defesa e integração com as demais regiões do país, e contribuir para o desenvolvimento nacional (Brasil, 2020, p. 14).

A importância do meio ambiente teria sido elencada na Política Nacional de Defesa quando foi mencionado que os impactos causados pelas mudanças climáticas ou pandemias podem trazer graves consequências ambientais, sociais, econômicas e políticas, que exigem uma pronta resposta do Estado (Brasil, 2020, p. 18). Assim, tornou-se uma tarefa importante monitorar e saber quais seriam as consequências do aquecimento global, de todos os possíveis fatores envolvidos, e se estes estariam em processo acelerado de influenciar a piora das condições de vida humana em resposta à contínua degradação ambiental. Percebeu-se também que, como consequência das catástrofes ambientais, a escassez de alimentos ou recursos naturais poderia produzir sérios problemas para a humanidade.

Desta forma, a partir da percepção da importância deste elemento, através de experiências próprias no Brasil ou vividas em outros países, este elemento passou a fazer parte da Cultura Estratégica do Brasil, uma vez que a materialização de situações como desastres ambientais ou naturais de qualquer natureza, certamente exigiriam assistência humanitária aos locais do país com as piores condições sanitárias, a fim de manter a ordem pública. Também abriria a possibilidade de atuação do Brasil no exterior, devido a conflitos internacionais com graves consequências humanitárias, como o terremoto no Haiti em 2010 (Brasil, 2017, p. 15).

Atualmente, observando-se o processo de planejamento estratégico, a preocupação com o meio ambiente, e todas as especificidades relacionadas a esse tema, estão cada vez mais internalizadas na cultura estratégica das nações. Estas devem ser observados para que sejam criadas condições nas quais governos, empresas e até mesmo entidades privadas se mobilizem a qualquer momento no sentido de estabelecer padrões internacionais para sua preservação. Da mesma maneira, em todo o mundo e, particularmente, no interior do Brasil, ainda existem lugares com péssimas condições sanitárias que não dignificam os seres humanos que ali vivem. O surgimento de pandemias e um grande fluxo de mercadorias contribuem negativamente para essa situação. Pessoas de todo o mundo que poderiam espalhar doenças de origem humana, animal ou vegetal e, em teoria, causar catástrofes humanitárias (Brasil, 2017, p. 15).

Portanto, qualquer nação, e especialmente o Brasil, deve desenvolver capacidades de detectar, controlar e produzir suas próprias necessidades para preservar seu meio ambiente, e as lições aprendidas devem integrar o conhecimento necessário para agregar à construção de sua Cultura Estratégica.

## **DIMENSÃO TECNOLÓGICA**

Neste elemento devem ser considerados os níveis de desenvolvimento tecnológico, procurando explorar áreas de investigação que permitam tecnologias de ponta. É necessário identificar, durante o

planejamento, quais são as semelhanças e diferenças tecnológicas entre os adversários que podem influenciar positiva ou negativamente o planejamento, potencializando vantagens ou pontos fortes e reduzindo fraquezas ou vulnerabilidades. Devido ao rápido desenvolvimento das novas tecnologias no século XX, principalmente a espacial, a nuclear, a internet (cibernética) e a robótica, percebe-se que elas produziram e farão grandes mudanças na cultura interna e estratégica das nações.

A exploração espacial se projeta de grande importância pois a dependência humana desta área, tanto civil quanto militar, continuará a crescer. O acesso a imagens, sinais, mídias e sistemas de posicionamento global, dentre outros, serão ampliados, assim como o processamento de informações provenientes de dados coletados e transmitidos por satélites, dados que subsidiam pesquisas científicas, além do planejamento, execução e controle de atividades humanas, tanto para fins civis como militares.” (Brasil, 2017, p. 16).

A evolução nuclear em pouquíssimo tempo, por exemplo, mostrou como a atenção permanente ao seu desenvolvimento influenciou a formação cultural das nações e suas tomadas de decisão. Foi pela presença dessa tecnologia que Snyder elaborou sua tese em 1977 sobre cultura estratégica comparando duas sociedades diferentes, a americana e a soviética, e apontando como a origem cultural de cada uma dessas nações influenciaria a forma de pensar de seus povos, sobre a decisão de usar ou não armas nucleares.

“O atual estágio de desenvolvimento do setor nuclear brasileiro, bem como os projetos em andamento, possibilitarão o avanço em tecnologias próprias a fim de atingir as capacidades de países mais avançados. A guerra moderna, por sua vez, exige sistemas de longo alcance, autonomia e consumidores de grandes quantidades de energia, que, se dependerem de combustíveis fósseis, demandam pesadas estruturas e cadeias logísticas. Portanto, a iniciativa agora realizada pela Marinha do Brasil em favor do domínio da geração e propulsão da energia nuclear proporcionará maior capacidade operacional e independência às Forças Armadas brasileiras” (Brasil, 2017, p. 38).

Os países ao investirem em inovação e produzirem tecnologias disruptivas aumentarão seu nível de desenvolvimento e proporcionarão bem-estar da população, enquanto aqueles que absorverem tecnologias sem investir em seu próprio processo de conhecimento e na modernização autóctone de suas capacidades produtivas, continuarão a desempenhar um papel secundário no cenário mundial, sem agregar benefícios às suas populações (Brasil, 2020, p. 18). Os exemplos não faltam e, percebe-se que fazem parte desse grupo os Estados Unidos (EUA) posicionando-se no século XX como líder mundial e impondo sua cultura, e a China reposicionando-se no século XXI como líder regional que almeja, muito em breve, superar a liderança mundial dos EUA.

Culturalmente, a internet possibilitou uma massiva propagação de conceitos e ideais por meio de novas tecnologias que facilitaram a ampla disseminação de informações ou desinformações, impondo aspectos culturais de uma nação sobre outras. Deve-se entender que o uso correto das tecnologias, e o entendimento preciso de seus usos, podem gerar conhecimento por meio de práticas permanentes, tornando-as um fator importante na tomada de decisões com base em um evento que ocorre.

Há que se atentar também para a robótica que, sem dúvida, influenciará as relações sociais devido a uma provável e constante substituição de seres humanos por máquinas na realização de

diversas atividades laborais. Atualmente, existem tecnologias desenvolvidas que apontam para uma maior utilização de veículos remotamente tripulados, robôs com valores mais baixos e que realizam uma diversidade de aplicações. Certamente, essas tecnologias, se mais desenvolvidas, gerarão vantagens econômicas e poderio militar ao substituir o ser humano em atividades de risco e menos baixas, proporcionando maior nível de segurança e defesa (Brasil, 2017, p. 16).

As tecnologias necessárias para desenvolver este item não são transferíveis. Nenhuma nação vende algo que possa ser usado contra ela no futuro. Assim, os países que não investirem recursos para desenvolver e dominar a internet em todas as suas possibilidades, dependerão substancialmente daqueles que os dominam, e isso, culturalmente, e para sua própria segurança e defesa, pode ser desastroso. Dessa forma, cada nação deve trabalhar arduamente para desenvolver suas próprias tecnologias, superando todas as dificuldades que surgirem, incorporando esse conhecimento à sua própria cultura estratégica por meio de práticas permanentes.

## DIMENSÃO POLÍTICA

Esse elemento é considerado um campo do conhecimento cultural que trata da análise da realidade política, dos processos que influenciam as decisões políticas, sistemas, instituições e atores políticos e suas relações de poder. Olhando para a cultura através de uma definição política, poderíamos supor que é um conceito multidisciplinar. A expressão “Cultura Política” foi criada na década de 1960 a partir da combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica, quando se estudavam os fenômenos políticos. Segundo Carneiro, entende-se que se refere ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e sentido a um processo político, destacando as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores (Carneiro, 1999, p. 227).

Abrange ainda desde o estudo da história e da política até a análise das relações internacionais, sistemas de governo, políticas públicas e movimentos sociais. É um campo de estudo que trata das regras que influenciam a relação entre governos e seus governados, bem como os meios pelos quais os governos devem ser responsabilizados. Na Política Nacional de Defesa do Brasil afirma-se que tradicionalmente valoriza-se e promove-se a convivência harmoniosa entre os países e é defendido um mundo cuja governança seja baseada em valores, instituições e normas internacionais (Brasil, 2020, p. 13). Entender que a política é um dos elementos constitutivos da cultura estratégica de qualquer nação influencia o planejamento estratégico, e isto incluiria...

“...o estudo de assuntos internos, tais como: estabilidade política, esforço de guerra dos beligerantes, alianças, tratados e acordos militares, atividades subversivas e oposição interna ao governo. Também incluirá alianças, relações políticas com outros países e aspectos do direito internacional.” (Brasil, 2017, p. 16).

Ao observarmos conhecimentos adquiridos e integrados a cultura estratégica brasileira, nos mostra que o país tem como parte inerente dos seus objetivos nacionais cumprir os acordos internacionais atento ao seu ordenamento jurídico, e ainda, projetar-se no que se denomina “concerto

das nações”<sup>21</sup> a fim de integrar-se ao sistema internacional de tomada de decisões, todavia jamais abrindo a possibilidade de transferir seu patrimônio, seus recursos naturais e seus ativos econômicos para organismos externos (Brasil, 2020, p. 25).

Outras ações também são de igual importância, tais como os relacionados aos assuntos civis, pois certamente implicarão no uso do poder militar. Por isso, ter em sua própria cultura estratégica o conhecimento de como funciona as diversas organizações que operam no país, seja como membros do governo constituído, ou de outros setores da sociedade, facilitará a forma de atuar em situações inopinadas e proporcionará aos políticos, nos momentos de tomada de decisões, uma melhor leitura e avaliação quando existir alguma demanda.

## DIMENSÃO MILITAR

Desde os princípios da humanidade, os seres humanos, por questões de segurança, se organizaram inicialmente em pequenos grupos, depois sociedades e, finalmente, em nações. Em diversas ocasiões, entre esses entes ou grupos sociais, o enfrentamento ocorria, tanto para se defender como para conquistar terras, e, decorrente dessas escaramuças, continuamente havia o aprendizado com seus erros, seus acertos e as perdas em pessoal e material. Estas lições aprendidas se consolidaram através de repetições, as quais permitiram identificar e evitar fragilidades e fortalecer os pontos fortes.

No caso do Brasil, conforme já mencionado anteriormente, a percepção sobre a importância de se acumular conhecimentos, formar uma cultura própria e transmiti-la a gerações posteriores demorou a ocorrer. Somente no início do século XX, após a Guerra do Contestado, iniciou-se um processo de registro de lições aprendidas e, por meio de observação e verificação, houve melhoras. Por isso, tornou-se importante compreender qual enfoque adota uma nação para atingir seus objetivos estratégicos quando utiliza suas capacidades militares, pois este é um elemento que, observando a formação da cultura estratégica de qualquer nação, aborda temas que têm como objetivo garantir uma maior ou menor segurança nacional e uma desejada estabilidade internacional (Brasil, 2020, p.25).

Ao fim, culturalmente, este elemento se refere às políticas, estratégias, capacidades e recursos militares que as nações utilizam para atingir seus objetivos e cobrem uma variedade de medidas, desde o estabelecimento das FFAA para defender seus territórios, até o financiamento, o treinamento, o equipamento, a cooperação militar e criação de alianças estratégicas.

“A concepção estratégica de defesa do País, em tempo de paz ou de crise, está pautada na capacidade de dissuasão para inibir eventuais ameaças, observando o estabelecido na Constituição, nos preceitos do direito internacional e nos compromissos firmados pelo País. Nesse sentido, dissuadir não implica que, em caso de crise ou conflito, o País tenha que se limitar estritamente à realização de ações de caráter militar. No contexto de um plano mais amplo de defesa, e a fim de repelir uma eventual agressão, será empregado o Poder Nacional necessário, com vistas à decisão do conflito no prazo mais curto possível

<sup>21</sup> Disponível em <https://pt.unesco.org/courier/2020-1/liga-das-nacoes-um-sonho-universal-que-resistiu-ao-teste-do-tempo>.

e com um mínimo de danos à integridade e aos interesses nacionais, impondo condições favoráveis ao restabelecimento da paz” (Brasil, 2020, p. 33).

Conforme elencado, percebe-se que o estudo deste elemento também implica estar preparado para a guerra, incluindo os recursos e estruturas necessárias para enfrentar um conflito militar com o propósito de dissuadir um possível oponente. Outra questão importante dentro da dimensão militar, como elemento formador da cultura estratégica do Brasil, é o necessário treinamento e formação educacional das Forças, tanto as militares como as de segurança pública. É importante entender que todos devem estar preparados para enfrentar possíveis ameaças externas e aprenderem as melhores práticas para responder a estas, quando necessário. Além disso, também é importante que exista um ambiente de cooperação entre as FFAA e outras agências governamentais para garantir um alto nível de segurança. Esta prática terá como objetivo aumentar a participação da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional, incrementando uma percepção na sociedade brasileira sobre a importância a este assunto, e ainda, a participação de cidadãos nas discussões relacionadas com o tema culminando na geração de uma sólida cultura de defesa (Brasil, 2020, p. 43).

Desta forma, o Brasil incorporou à sua cultura estratégica a necessidade de contar com meios em pessoal e material capazes de manter a vigilância, o controle e a defesa do país, seja por terra, água ou ar, garantindo assim, sua soberania nacional e total independência ao necessitar tomar decisões em assuntos relacionados ao seu território.

## CONCLUSÃO

O conceito de cultura estratégica não é antigo. Tornou-se conhecido a partir da década de 1970 do século XX, quando se percebeu que a bagagem cultural de um povo influenciaria decisões essenciais para a sobrevivência da própria nação. Sem dúvida, é uma ferramenta importante porque, ao somar conhecimento e práticas, sejam estas positivas ou negativas, aprende-se a não cometer os mesmos erros, o que permite compreender melhor como uma nação se estrutura ou quer se estruturar. Olhar para uma sociedade, ou um somatório de sociedades que compõem uma nação, entendendo o conceito de sua cultura estratégica, e como ela se formou, contribuirá para entender como serão suas reações e como ela se comportará diante dos desafios impostos a isto.

Ao longo dos anos, a esse processo de compreensão, que precisa ser dinâmico, permanente e contínuo, foi sendo acrescentado, e continua agregando, uma série de elementos à medida que as sociedades evoluem. Olhando para as relações que se estabeleceram com mais vigor entre as nações, tornou-se desejável compreender como foram definidas determinadas etapas, as intenções envolvidas, os objetivos almejados, os níveis de prioridade de cada objetivo, como seria feito o planejamento para alcançá-los e, a partir desse planejamento, quais ações necessárias poderiam ou deveriam ser implementadas para que cada nação construísse sua própria cultura estratégica nacional.

Essas etapas foram definidas sem que houvesse um conceito ou um esquema de ideias que permitisse a construção de um processo sistêmico permanente, contínuo e cíclico. Isso impossibilitou, em muitas ocasiões, identificar com precisão as forças, fraquezas, vulnerabilidades e oportunidades

existentes para a nação. Quando o conceito de cultura estratégica surge, ele se baseia em um somatório de percepções que orientariam o pensamento sobre as questões estratégicas nacionais, influenciando a forma como as etapas mencionadas seriam formuladas.

Olhando mais de perto a cultura estratégica brasileira, a História do Brasil e sua Geografia contribuíram, seja por meio de acordos internacionais ou como consequência de conquistas nas guerras do século XIX, embora seus dirigentes, a época, não percebessem. Presume-se que no início do século XX não havia a sensibilidade necessária para, depois de adquirido o conhecimento, registrá-lo e interiorizá-lo, de modo a deixá-lo como legado às gerações seguintes. Naquela época, já existiam elementos que se apresentavam como reunidores da embrionária cultura estratégica brasileira, embora não fossem conhecidos pelos nomes que receberiam em poucos anos. Estes elementos foram apresentados como Dimensões tendo sido divididos em seis grandes áreas de análise - política, militar, econômica, social, tecnológica e ambiental, cada uma com sua importância na definição dos objetivos nacionais.

Compreender esses elementos, seus componentes e a forma como foram apresentados certamente contribuiu para a formação de uma sólida cultura estratégica no Brasil ao longo dos anos e permitiu que o país se projetasse com mais força nos cenários que se apresentavam tanto no âmbito regional quanto mundial.

## REFERÊNCIAS:

- ANTONELLI, Diego e Dos Santos, Leandro. Adeus Itália, adeus pracinhas. *Gazeta do Povo*. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/pracinhas-na-segunda-guerra/adeus-italia-adeus-pracinhas/>. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Política & Sociedade*, v. 4, n. 6, p. 15-58, 2005.
- Brasil. Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil em síntese. Portal IBGE. Disponível em <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/dados-geograficos.html>. 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Cenários de Defesa 2020 – 2039 – sumário executivo / Ministério da Defesa, Assessoria Especial de Planejamento. Brasília: A Assessoria. Brasil. 2017.
- \_\_\_\_\_. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_1.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf). 2020.
- CALAZA, Claudio Passo. Aviões no Contestado: descortinando um emprego militar inédito. *Revista Brasileira de História Militar*, v.3, n. 8, p.72-91. Disponível em <http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-III-08.pdf>. 2012.
- CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.
- CORRÊA, Glauco Corbari. A Política de Defesa do Brasil no século XXI. Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares, v. 8, n. 31, p. 29-38, 2014.

DA CUNHA, Guilherme Lopes; APPEL, Tiago Nasser; DE QUEIROZ, Fábio Albergaria. Identidade e Cultura Estratégica no Brasil Contemporâneo. *Revista Intellector*. Ano XV , v. 32, 2019.

EAKIN, Marshall C. Espaço, lugar, identidade... e tempo: História, Geografia, e as origens da cultura estratégica brasileira. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 5, n. 1, 2014.

FERRER, Francisca Carla Santos. A (re) organização do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai. *Biblos*, v. 17, p. 121-130, 2005.

JONES, David R. Cultura estratégica soviética. In: *Poder Estratégico: EUA/URSS*. Londres: Palgrave Macmillan Reino Unido. p. 35-49. 1990.

LAFER, Celso. Novas dimensões da política externa brasileira (3). *Gazeta Mercantil*, p. 4, 1986.

DE MEIRA MATTOS, Carlos. Geopolítica e modernidade: geopolítica brasileira. Biblioteca do Exército Editora, 2002.

ONU News, Global Human Reportagens Perspective. Reunião de Alto Nível sobre a Revisão Intermediária da Estrutura de Sendai para Redução de Risco de Desastres. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2023/05/1814597>. 2023.

ROMANA, Heitor Barras. Da cultura estratégica: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. *Revista da EGN*, v. 22, n. 1, p. 13-32, 2016.

SNYDER, Jack L. A cultura estratégica soviética: implicações para operações nucleares limitadas. RAND Corporation. R-2154-AF. 1977.

# Proliferação Nuclear Horizontal em Guerras Irregulares Complexas

Fabrizio Àvila<sup>1</sup>

**RESUMO:** A posse de artefatos nucleares por atores não-estatais não foram contempladas pelas teorias clássicas de Relações Internacionais que versavam sobre as teorias de dissuasão nuclear entre Estados. O argumento principal da proliferação nuclear horizontal é o de que a produção e a posse de armas nucleares por mais países trariam a estabilidade ao sistema internacional. As tensões no Oriente Médio cresceram desde o dia 07 de outubro de 2023. A presente conjuntura fornece um exercício da possibilidade de uso de armas nucleares na região. O Irã conduz um programa nuclear consolidado que poderá brevemente resultar em material físsil para a construção de uma bomba atômica viável. A proliferação nuclear horizontal na prática é uma realidade. Existiria a possibilidade de posse de armas nucleares iranianas por atores não estatais como o *Hezbollah* no Líbano e *Ansar Al-Allah* no Iêmen? Para tentar responder esse cenário, cabe mostrar diferentes situações adjacentes aos atores. Em um primeiro momento, as armas nucleares iranianas seriam táticas e não estratégicas, mas seria um fator de desestabilização na região como um todo. Em princípio, o *Hezbollah* e o *Ansar Al-Allah* não são respectivamente as forças armadas do Líbano e Iêmen e a posse de armas nucleares pelas organizações representa uma ameaça à estabilidade mundial. A possível posse de artefatos nucleares por atores não-estatais é um assunto muito novo. A pauta toma forma na medida em que as forças militares não-convencionais são de fato as forças armadas dos países onde se encontram.

**Palavras chaves:** *Iêmen, Israel, Irã, Líbano, armas nucleares.*

**ABSTRACT:** The possession of nuclear devices by non-state actors was not covered by the classical theories of International Relations that dealt with theories of nuclear deterrence between States. The main argument for horizontal nuclear proliferation is that the production and possession of nuclear weapons by more countries would bring stability to the international system. Tensions in the Middle East have grown since October 7, 2023. The current situation provides an exercise in the possibility of using nuclear weapons in the region. Iran is conducting a consolidated nuclear program that could soon result in fissile material for the construction of a viable atomic bomb. Horizontal nuclear proliferation in practice is a reality. Would there be the possibility of possession of Iranian nuclear weapons by non-state actors such as Hezbollah in Lebanon and Ansar Al-Allah in Yemen? To try to answer this scenario, it is worth showing different situations adjacent to the actors. Initially, Iranian nuclear weapons would be tactical and not strategic, but they would be a destabilizing factor in the

---

<sup>1</sup>Pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia – ISAPE, tornou-se Doutor em Ciência Política pela UFRGS em 2013 e fez parte do NERINT/CEGOV, de 2002 a 2010, na UFRGS. (fabris29@gmail.com).

region as a whole. In principle, Hezbollah and Ansar Al-Allah are not respectively the armed forces of Lebanon and Yemen and the organizations' possession of nuclear weapons represents a threat to global stability. The possible possession of nuclear devices by non-state actors is a very new issue. The agenda takes shape as unconventional military forces are in fact the armed forces of the countries where they are located.

**Keywords:** Yemen, Israel, Iran, Lebanon, nuclear weapons.

Os problemas da proliferação nuclear horizontal possuem foco na posse ou uso de armas nucleares táticas ou estratégicas por Estados. A posse de artefatos nucleares por atores não-estatais não foram contempladas pelas teorias clássicas de Relações Internacionais que versavam sobre as teorias de dissuasão nuclear. O arcabouço teórico do Realismo possui vários autores, mas ficaremos com dois expoentes. Os exercícios teóricos começaram na Guerra Fria dentro da bipolaridade equilibrada na disputa pela hegemonia mundial entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Raymond Aron estava inserido no início do debate da proliferação nuclear, mas seu enfoque foi direcionado para a proliferação nuclear vertical. Ou seja, o aumento dos arsenais nucleares traria a paz e estabilidade para o sistema internacional. Tal condição apresentou reflexos na lógica da Destruição Mútua Assegurada (MAD) do início da década de 1970. Os arsenais nucleares norte-americanos e soviéticos chegaram a quantitativos que poderiam destruir a vida no planeta Terra várias vezes. Consequentemente, o poder destrutivo do armamento nuclear impediu um confronto direto entre as duas superpotências.

Kenneth Waltz traz em 1979 o Neo-Realismo Estrutural, o qual versou sobre a possibilidade de proliferação nuclear que resultou nos debates com Scott Sagan publicados em 1995. Neste contexto, China e Índia já teriam feito os seus testes nucleares diante da possibilidade de Israel e Iraque possuírem armas nucleares. O argumento principal da proliferação nuclear horizontal é o de que a produção e a posse de armas nucleares por mais países trariam a estabilidade ao sistema internacional. Nesses 40 anos, o Iraque teve seu programa neutralizado, ainda paira a dúvida sobre o arsenal de Israel, o Paquistão realizou seu teste nuclear, o Irã possui um programa consistente e Coréia do Norte adquiriu armas nucleares. No entanto, o Sistema Internacional não ficou mais estável diante dessa conjuntura. Pelo contrário, desde a Operação Militar Especial Russa de 24 de fevereiro de 2022 os gastos militares mundiais aumentaram consideravelmente. Paradoxalmente, vários conglomerados internacionais de empresas possuem patrimônio maior que vários Estados, fato este que aumentaria a proeminência de atores não-estatais no séc. XXI. Como exemplo, a Rússia utilizou o Grupo Militar Privado Wagner para conduzir operações na África, Ucrânia, Bielorrússia e Oriente Médio até a rebelião em 2022<sup>2</sup>.

As tensões no Oriente Médio cresceram desde o dia 07 de outubro de 2023. Enquanto Estado, Israel combate insurgentes do *Hamas* em Gaza e o *Hezbollah* estabelecidos ao Sul do Líbano e sofre ataques de mísseis lançados pelo *Ansar Al-Allah* a partir do Iêmen (CORDESMAN, 2006)<sup>3</sup>. A presente

<sup>2</sup> As Empresas Militares Privadas aumentaram em quantidade depois da invasão dos EUA ao Iraque em 2003. A grande vantagem aos Estados reside em eximir da culpabilidade de suas ações. Contudo, na Rússia as empresas são totalmente ou parcialmente instituídas pelos Estados e quase todas não agem por contratos.

<sup>3</sup> A denominação Ansar Al-Allah será mantida apesar da imprensa se referir aos insurgentes no Iêmen como Houthis, mas é o mesmo grupo.

conjuntura fornece um exercício da possibilidade de uso de armas nucleares na região (CORDESMAN, 2007). Dentro da ótica dos atores estatais, Israel oferece um exemplo. Atualmente, o Estado de Israel sofre o risco de colapso econômico frente à diminuição do fluxo de navios ao Canal de Suez.<sup>4</sup> A pressão do fechamento do Mar Vermelho pelos insurgentes do Iêmen pode ser um pretexto de uso de armas nucleares para a desobstrução do Sul do Mar Vermelho para liberar o fluxo de suprimentos ao porto israelense ao porto de *Eilat*. Ao mesmo tempo, esta medida beneficiaria economicamente o Egito e Europa e os sauditas poderiam militarmente usar a situação para consolidar suas posições no conflito ao Sul da Península Arábica. Israel poderia sustentar outra justificativa de uso caso o reator nuclear de *Dimona* sofresse um ataque de mísseis convencionais pelos iemenitas. O uso de mísseis convencionais por parte da insurgência do Iêmen é patrocinado pelo Irã para criar uma instabilidade ao Sudoeste da Península Arábica. Ataques de mísseis vindos pelo Sul sobrevoaram o reator nuclear israelense de Dimona e mesmo a interceptação do míssil iraniano *Gadhr* pelo sistema Arrow II de Israel não conseguiu proteger o reator de forma eficaz. Em princípio, o míssil lançado do Iêmen foi interceptado depois que passou por cima do reator nuclear. Igualmente, existe a possibilidade de falha no equipamento e no comprometimento do sistema de guiagem que pode causar um desastre nuclear em um país sem profundidade estratégica como Israel. O uso de armas nucleares apresenta o custo político proibitivo, mas o isolamento internacional que Israel sofre pelos combates na Faixa de Gaza aumenta a possibilidade de uma resposta nuclear por parte dos israelenses.

### Interceptação do Míssil Iraniano Gadhr pelo Sistema Arrow II de Israel:



Modificado por: AVILA, Fabrício (ISAPE, 2024).

<sup>4</sup> Comparativamente, existem cerca de meio milhão de israelenses e russos mobilizados para os respectivos conflitos na Faixa de Gaza e na Ucrânia. Porém, a Rússia possui 145 milhões de habitantes em 17 milhões de km<sup>2</sup> e Israel possui quase 10 milhões de habitantes em 20 mil km<sup>2</sup>. Ou seja, são 0,3% da população russa mobilizada contra 5% da população israelense em combate.

O Irã conduz um programa nuclear consolidado que poderá brevemente resultar em material físsil para a construção de uma bomba atômica viável. Particularmente, as evidências apontam para o desenvolvimento de armas nucleares iranianas para a proteção frente a um Paquistão nuclearizado. A proliferação nuclear horizontal na prática é uma realidade. O país desenvolve mísseis desde a fase da Guerra das Cidades na época da Guerra Irã-Iraque na década de 1980. Atualmente, desenvolve uma expansão no Oriente Médio para o Iraque, Síria e Líbano que pode garantir uma saída para o Mar Mediterrâneo que pode preocupar OTAN e aliados. Todavia, a expansão é feita através de grupos insurgentes patrocinados pelos iranianos. Dessa forma, temos o *Hezbollah* que, na prática, é o exército de fato do Líbano. A capacidade dos insurgentes ficou comprovada na Guerra de 2006 entre Israel e *Hezbollah*, onde este obteve uma vitória tática frente aos israelenses ao combinarem táticas clássicas de insurgência aos efeitos potencializadores das inovações tecnológicas da digitalização dos armamentos que trouxe uma capacidade operacional inimaginável a pequenas unidades no nível pelotão. A avaria causada pelo *Hezbollah* à fragata israelense Hanit deixou clara a capacidade de operação de mísseis por parte dos insurgentes, o que reflete no uso atualmente da *Ansar Al-Allah* no Iêmen.<sup>5</sup> Geralmente, as análises versam sobre as capacidades de operacionais em termos de interdição terrestre dos atores, mas o enfoque dos iranianos está aparentemente no uso de suas tropas *proxies* na interdição naval para o sufocamento econômico dos inimigos e as tropas terrestres estariam na proteção desses mísseis de origem iraniana de curto e médio alcance que atendem às necessidade de interdição regional dentro do Oriente Médio.

Ainda dentro do exercício hipotético do presente *paper*, existiria a possibilidade de posse de armas nucleares iranianas por atores não estatais como o *Hezbollah* no Líbano e *Ansar Al-Allah* no Iêmen? Para tentar responder esse cenário, cabe mostrar diferentes situações adjacentes aos atores. Em um primeiro momento, as armas nucleares iranianas seriam táticas e não estratégicas, mas seria um fator de desestabilização na região como um todo. Em um primeiro momento, existe a possibilidade maior de entrega de um artefato nuclear iraniano aos iemenitas pela facilidade logística entre o Estreito de Ormuz e o litoral do Iêmen.

1. Começaremos com a simples posse divulgada ou descoberta de armas nucleares por grupos pró-iranianos iemenitas. A simples posse poderia gerar uma escalada na tensão, porque provocaria uma resposta do Sistema Internacional.<sup>6</sup> A tendência seria o aumento do isolamento do Irã e a possibilidade do distanciamento entre iranianos e sauditas. A Turquia, enquanto OTAN, estaria em alerta na base de Incirlik para o aumento da dissuasão na região e a tácita proteção estratégica do Norte de Israel para travar alguma ação do *Hezbollah*. A simples posse de Armas de Destruição em Massa (WMD) nucleares, bacteriológicas ou químicas foi o motivo alegado pelos EUA para a incursão ao Iraque em março de 2003. Porém, caso o Irã entregasse armas nucleares para o governo da Síria, seria para um Estado e estaria enquadrado dentro do Neo-Realismo Estrutural. Somente para lembrar, no dia 07 de junho de 1981 os israelenses destruíram o reator de *Osirak* no Iraque na Operação Ópera e no dia 06 de setembro de 2007 a Força Aérea de Israel lançou um ataque que destruiu o reator nuclear de *Deir ez-Zor* que era construído por assessores norte-coreanos na Operação Pomar.

<sup>5</sup> Corvetas israelenses da classe Sa'ar 5 que foram construídas a partir de 1993. Três unidades entraram em serviço.

<sup>6</sup> Em princípio, o Paquistão pode ser outra área onde insurgentes podem obter armas nucleares. O país possui a convergência de fatores como radicalismo religioso, superpopovoamento e instabilidade política disseminados em diversos grupos insurgentes. A tomada de poder por um grupo radical ou a queda do governo pode espalhar seus artefatos nucleares entre o Paquistão e Afeganistão.

2. Caso o Iemenitas executem um teste nuclear bem sucedido de um artefato nuclear do Irã, o acordo entre sauditas e iranianos poderia acabar. Emergencialmente, os paquistaneses poderiam fornecer ogivas nucleares para os mísseis chineses comprados pelos sauditas e, ao mesmo tempo, o Paquistão poderia pressionar a fronteira Leste da Arábia Saudita. O Iêmen passaria por um desarme preemptivo de uma coalizão de forças aeronavais ocidentais, mas existiria a possibilidade de escalar a guerra na região e a instabilidade se espraiar para o Chifre da África. Existe uma distância da posse de armas nucleares até o comissionamento viável das ogivas em mísseis operacionais. Outrossim, existe uma possibilidade de uma reação limitada do Ocidente pelo comprometimento da ajuda aos ucranianos e pelo gasto das operações aeronavais. O fato traria a aceleração da corrida armamentista nuclear para a Península Arábica.

3. O possível uso de um artefato nuclear para a interdição completa do Estreito de *Bab El-Mandeb* e, conseqüentemente, do Canal de Suez. Os custos políticos são proibitivos para o uso de uma arma nuclear contra valor, ou seja, contra pessoas e habitações mesmo para atores não-estatais porque poderia acontecer uma condenação mundial contra o *Ansar Al-Allah*. Entretanto, existe a possibilidade de uso contra força para atuar contra a força aeronaval que atua na região. A nova relevância das armas nucleares está no fato do pulso eletromagnético resultante da detonação na atmosfera. Em termos gerais, poderia deixar toda a aparelhagem eletrônica aeronaval inoperante de uma força-tarefa hostil. Ao mesmo tempo, seria uma possibilidade de um teste da hipótese de aniquilação de forças aeronavais inimigas. Poderia revolucionar a capacidade das forças militares que operam a partir de linhas exteriores.<sup>7</sup> Obviamente, o Iêmen seria condenado e passaria por um processo de desarmamento convencional. O Irã poderia ter seu isolamento aumentado, mas não passaria por um desarme porque poderia alegar uma ação unilateral do *Ansar Al-Allah*, além de países islâmicos serem muito prejudicados, como o Egito que possui parte de seu Produto Interno Bruto (PIB) atrelado às operações navais diárias do canal. O encarecimento das mercadorias que chegam para a Europa com o desvio de 7 mil km seria outro motivo de agravamento da crise.

Felizmente, a América do Sul está relativamente afastada dessa questão por ter Forças Armadas estatais constituídas e por grupos insurgentes locais não fazer o uso desse tipo de armamento especial. Contudo, paira a suspeita do *Hezbollah* como autor do atentado contra a Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) em 18 de julho de 1994. Conseqüentemente, os posicionamentos brasileiros não estão imunes mesmo com a distância geográfica do Levante. Cabe ao Brasil o alerta sobre o posicionamento referente à questão, porque será brevemente uma realidade no debate da Organização das Nações Unidas (ONU). Em princípio, existirá brevemente a possibilidade de emissões de resoluções que versam sobre o assunto. O *Hezbollah* e o *Ansar Al-Allah* não são respectivamente as forças armadas do Líbano e Iêmen e a posse de armas nucleares pelas organizações representa uma ameaça à estabilidade mundial. Entretanto, da mesma forma que na Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi o embrião de um possível Estado palestino, essas organizações podem ser agentes dentro de um processo de unificação do Líbano, Síria, Iraque e Irã dentro de um contexto de transição hegemônica que favoreça o nascimento de Estados continentais. O desafio para a Diplomacia brasileira se encontra na limitação do reconhecimento das capacidades desses atores e os limites da atuação dos

<sup>7</sup> Linhas interiores compreendem massas de terras contínuas que fazem parte das operações terrestres e linhas exteriores são faixas de terras separadas por massas de água onde operam forças aeronavais.

Estados e sua sobrevivência. A possível posse de artefatos nucleares por atores não-estatais é um assunto muito novo. A pauta toma forma na medida em que as forças militares não-convencionais são de fato as forças armadas dos países onde se encontram como o *Hezbollah* no Líbano e o *Ansar Al-Allah* no Iêmen dentro do arcabouço teórico das Guerras Irregulares Complexas (IISS, 2005).<sup>8</sup> Ao mesmo tempo em que constituem em tropas proxies do Irã, que pode testar a resposta do Sistema Internacional frente o desenvolvimento do seu programa nuclear. Os problemas aumentam com o espraiamento do conceito onde atores não-estatais possuem Armas de Destruição em Massa que constituem uma ameaça aos Estados constituídos. No passado recente, aconteceram atentados por pequenos grupos com esse armamento especial, mas a organização em grandes forças armadas de atores não-estatais a serviço de outros Estados pode desestabilizar de maneira irreversível a segurança mundial e acelerar o processo do nascimento de Estados continentais.

## Bibliografia:

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Editora UnB, 1986a. 928 p. 2ª edição.
- ARON, Raymond. *Estudos Políticos*. Brasília, Editora UnB, 1985. 562 p.
- ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz: A Era Européia*. (Tomo I). Brasília, Editora UnB, 1986b, 415p.
- ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz: A Era Planetária*. (Tomo II). Brasília, Editora UnB, 1986c. 322p.
- BUZAN, Barry & WÆVER, Ole. *Regions and Powers: the structure of International Security*. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2003.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CORDESMAN, Anthony H. & WAGNER, Abraham R. *Lessons of Modern War: Volume IV (The Gulf War)*. Boulder-CO, Westview Press, 1999.
- CORDESMAN, Anthony H. Preliminary “Lessons” of the Israeli-Hezbollah War. Washington-D.C. CSIS -Center for Strategic and International Studies, 2006.
- CORDESMAN, Anthony H. *The War after the War: strategic lessons of Iraq and Afghanistan*. Washington-D.C, CSIS -Center for Strategic and International Studies, 2004. 73 p.
- CORDESMAN, Anthony H. & BURKE, Arleigh. *Iran, Israel, and Nuclear War*. Washington: CSIS, 2007.
- FREEDMAN, Lawrence. *Deterrence*. Cambridge: Polity Press, 2003.
- FREEDMAN, Lawrence. *The Evolution of Nuclear Strategy*. New York: Palgrave MacMillan, 2003.

---

<sup>8</sup>As guerras irregulares sempre existiram, mas a complexidade atual é oriunda da alternância de papéis políticos entre grupos insurgentes fazendo o papel de tropas do Estado beligerante.

---

GRAY, Colin. *Maintaing Effective Deterrence*. ISS, 2003: p.13-16.

IISS. *Complex Irregular Warfare: The Face os Contemporary Conflict*. In: *The Military Balance 2005-2006*. London: International Institute for Strategic Studies, pp. 41-420, 2005.

IISS. *The Military Balance*, 2021. Londres: Routledge, 2022.

OREN, Michael B. *Seis Dias de Guerra: junho de 1967 e a formação do moderno Oriente Médio*. – Tradução: Pedro Jorgensen Jr.- 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PAUL, T., WIRTZ, J. e FORTMANN, N. *Balance of Power: Theory and Praticce in the 21st Century*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

SAFRANCHUK, Ivan. *Beyond MAD*. *China Security*, Autum 2006, pp. 90 – 98.

SAGAN, Scott and WALTZ, Kenneth. *The Spread of Nuclear weapons: a debate*. New York, W.W. Norton & Company, 1995.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1990): as relações internacionais contemporâneas*. Porto Alegre, Ed. UFRGS: 1990.

WALTZ, Kenneth. *Structural Realism after the Cold War*. *International Security*, Vol. 25, No. 1 (Summer 2000), pp. 5–41.

# Livro em Destaque



## FORJANDO A ESPADA

A obra “Forjando a Espada. Evolução da doutrina do Exército dos Estados Unidos” , de Benjamin M Jensen, lançada pela Bibliex, em 2023, apresenta e analisa o processo de atualização doutrinária do Exército norte-americano. A obra foca em três estudos de caso: a Guerra do Vietnã, a Guerra Fria e a Guerra do Golfo.

### **O livro tem seis capítulos:**

O 1º Capítulo “Para mudar o Exército” – começa definindo o que é doutrina militar, a necessidade de sua periódica atualização, os elementos que devem ser levados em conta;

O 2º Capítulo – “A primeira batalha da próxima guerra” – a partir da experiência da Guerra do Vietnã e das lições retiradas da Guerra do Yon Kipur resultando no Manual de Campanha 100-5: Operações;

O 3º Capítulo “A batalha principal” – as reformulações doutrinárias e análises da conjuntura levaram o Exército dos Estados Unidos a combater uma guerra de alta intensidade na Europa e uma guerra baseada na projeção de poder. O Campo de batalha se amplia levando a concepção da AirLandBattle Doctrine;

O 4º Capítulo “A nova classe de guerreiros” – a necessidade de uma profunda transformação na doutrina se torna necessária devido as novas dimensões de combate o que nos leva a Full-Dimensional Operations;

O 5º Capítulo “Corações e mentes revisados” – as adaptações necessárias para o combate de contrainsurgência durante e após a experiência de combate no Afeganistão e no Iraque. A experiência anterior norte-americana no combate a guerrilhas. O surgimento do Manual de Campanha 3-24 Contrainsurgência e sua aplicação naqueles teatros de operações.

O 6º Capítulo “Incubadoras, redes de defesa e mudanças organizacionais” – capítulo dedicado a explicar a metodologia de transformação organizacional e doutrinária do Exército dos Estados Unidos. As redes de pesquisas, ou seja, a extensa teia de centros de estudos, de treinamento e escolas militares, que levam a formulação de novos conceitos operacionais testados nos jogos de guerra e exercícios operacionais realizados nos diversos centros de treinamento. A reflexão sobre a inovação e sua disseminação na força.

O livro é descritivo, não aprofunda a análise sobre o processo de renovação da doutrina no Exército dos Estados Unidos. A obra é útil para uma primeira abordagem para os pesquisadores sobre o tema e uma boa leitura para todos aqueles que se interessam por assuntos militares.

### **Ficha Técnica:**

**Título:** Forjando a Espada: A Evolução da Doutrina do Exército dos Estados Unidos.

**Editora:** BIBLIEX - 978-65-5757-108-8 - Edição: 2023 - Número de Páginas: 252

**Acabamento:** BROCHURA - Formato: 15 x 23 cm

**Preço Médio:** R\$ 50,00 disponível no site da Bibliex:

<https://lojavirtual.bibliex.eb.mil.br/product/20230110/>



### **O Autor:**

O Dr. Benjamin M. Jensen tem uma dupla nomeação como Professor de Estudos Estratégicos na Escola de Combate Avançado de Guerra Avançada (SAW) da Universidade do Corpo de Fuzileiros Navais e como Acadêmico Residente na American University, School of International Service. Na SAW dirige o Future War Research Program e dirige o curso Changing Character of Conflict (3C). Anteriormente, ele fundou o Programa de Acadêmicos Gray na Universidade do Corpo de Fuzileiros Navais, no Colégio de Comando e Estado-Maior e serviu como o primeiro Donald Bren Chair, ajudando a estabelecer o Programa de Estrategistas do CMC. Em 2017, o Dr. Jensen recebeu o Prêmio de Inovação do Corpo de Fuzileiros Navais. Ele é membro sênior do Atlantic Council desde 2016.

# Filme em Destaque



## MASTERS OF THE AIR

Lançada em janeiro de 2024 e disponível no canal de streaming Apple TV, a série foca na história de um grupo de bombardeiros B-17, desde sua chegada a Europa em meados de 1943, até o final da guerra, enquanto seus tripulantes conduzem ataques de bombardeio sobre a Alemanha nazista e lidam com constante risco de vida e o inevitável custo emocional provocado pela perda constante dos camaradas abatidos pela artilharia antiaérea e caças alemães.

Dividido em nove episódios, o roteiro é alegadamente baseado no livro homônimo de Donald L. Miller, que na verdade aborda a História da 8ª Força Aérea dos Estados Unidos como um todo e não especificamente a do 100º Grupo de Bombardeiros, como acontece na série. Aliás, muito mais relacionado a série é o livro escrito por um dos personagens centrais da trama: o navegador Harry H. Crosby (“Croz”): “A Wing and a Prayer: The “Bloody 100th” Bomb Group of the U.S. Eighth Air Force in Action Over Europe in World War II”, com trechos narrados pelo próprio personagem em alguns episódios.

Dentre os equívocos comuns em produções semelhantes e que chamam atenção de historiadores profissionais e amadores, destaca-se a afirmação de que as missões diurnas dos pilotos norte-americanos eram infinitamente mais perigosas – e mais humanitárias – do que as missões noturnas executadas pelos britânicos, o que certamente não encontra respaldo nas estatísticas, já que a porcentagem de perdas nas tripulações britânicas foi imensa. Dos 120 mil tripulantes que serviram no Comando de Bombardeiros da RAF, mais de 55 mil morreram em combate e quase 10 mil foram feitos prisioneiros.

Cabe ainda destacar a aparição – nos episódios finais - dos “Tuskegee Airmen” do 332º grupo de aviação de caça: pilotos afro-americanos, que na verdade atuaram junto a 15ª Força Aérea e cuja inserção na trama não guarda relação com o tema do filme.

De qualquer maneira, a série é interessante e vale a pena conferir, mas fica aquém das antecessoras: *The Pacific* e – principalmente – *Band of Brothers*, com as quais pretensamente se compara, mesmo considerando os cenários diferentes em que se desenvolvem. Uma sugestão – depois de assistir a série – é procurar o clássico “*Memphis Belle: A Fortaleza Voadora*” de 1990 e comparar as duas produções.

Para mais informações, acesse o link da série no portal da Apple TV: <https://www.apple.com/br/tv-pr/originals/masters-of-the-air/episodes-images/>



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.